

[05 - Exercício Avaliativo](#)

[06 - Exercício Avaliativo](#)

[07 - Exercício Avaliativo](#)

[08 - Exercício Avaliativo](#)

05 - Exercício Avaliativo

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) A suspensão da prescrição não atinge os crédito tributários, visto que as normas relativas à prescrição e à decadência tributárias têm natureza de normas gerais de direito tributário, cuja disciplina é reservada a lei complementar

PORQUE

(II) A decretação da falência não implica a suspensão do prazo prescricional, não sendo a cobrança judicial do crédito tributário sujeita à habilitação em falência, em face da previsão do art. 187 do CTN.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c. As asserções I e II são proposições falsas.

d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

A resposta correta é a alternativa a. **A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**

A asserção I está correta pois, de fato, a suspensão da prescrição não atinge os créditos tributários. A prescrição tributária é regida por lei complementar, sendo considerada norma geral de direito tributário. (STF – Súmula Vinculante 8)

A asserção II é falsa, visto que a decretação de falência **implica sim a suspensão da prescrição**. O que ocorre é que essa suspensão não se aplica aos créditos tributários. A cobrança judicial de crédito tributário, contudo, não se sujeita à habilitação em falência, em face da previsão do art. 187 do CTN.

A empresa XLatildog Itda teve a sua falência decretada e tem as seguintes ações e execuções em curso.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir, no tocante às questões que não serão suspensas pela decretação da falência da empresas:

- (I) Ação trabalhista proposta por Antonio.
- (II) Execução fiscal proposta pelo Município de Luz (MG).
- (III) Uma demanda arbitral em curso.
- (IV) Execução trabalhista em curso.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. II e IV
- b. III e IV
- c. I, II e IV
- d. I e III
- e. I, II e III**

QUESTÃO SIMILAR:

A empresa XLatildog Itda teve a sua falência decretada e tem as seguintes ações e execuções em curso.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir, no tocante às questões que não serão suspensas pela decretação da falência da empresas:

- (I) Ação trabalhista proposta por Antonio.
- (II) Demanda envolvendo quantia ilíquida.
- (III) uma demanda arbitral em curso.
- (IV) Execução trabalhista em curso.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. I, II e IV
- b. I, II e III**
- c. III e IV
- d. I e III
- e. II e IV

Com a decretação da falência as dívidas do devedor e dos sócios com responsabilidade ilimitadas passam a ser consideradas vencidas na data da sentença que decretar a falência, abatendo-se de forma proporcional os juros.

Considerando esse contexto e a posição do professor, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Haverá vencimento antecipado, levando em consideração o câmbio do dia da decretação da falência, levando em consideração no caso de taxa flutuante, a média do mercado apurada no dia e se não existir taxa no dia da decretação da quebra leva-se em consideração a média do dia posterior

PORQUE

(II) a ideia de vencimento antecipado não acarreta a necessidade de que os juros futuros devem ser abatidos, quando da decretação da falência em decorrência do vencimento antecipado das dívidas do falido, ou seja, igualar os credores para instaurar o par conditio creditorum.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- c. As asserções I e II são proposições falsas.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**

Feedback

Haverá vencimento antecipado, levando em consideração o câmbio do dia da decretação da falência, levando em consideração no caso de taxa flutuante, a média do mercado apurada no dia e se não existir taxa no dia da decretação da quebra leva-se em consideração a média do dia posterior.

a ideia de vencimento antecipado acarreta a necessidade de que os juros futuros devem ser abatidos, quando da decretação da falência em decorrência do vencimento antecipado das dívidas do falido, ou seja, igualar os credores para instaurar o par conditio creditorum.

A Cláusula penal é obrigação acessória em que se estipula pena ou multa destinada a evitar o inadimplemento da obrigação principal ou o retardamento de seu cumprimento.

Considerando esse contexto e a posição do professor, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) As cláusulas penais dos contratos unilaterais não serão atendidas se as obrigações neles estipuladas se vencerem em virtude da falência

PORQUE

(II) representaria um encargo pesado à massa responder pelo inadimplemento do contrato cuja cláusula só foi açãoada por causa da decretação da falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**

- b. As asserções I e II são proposições falsas.
 - c. **As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
 - d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
-

Segundo o art. 126 da LREF, nas relações patrimoniais não reguladas expressamente pela LREF, caberá ao juiz decidir o caso atendendo à unidade, à universalidade do concurso e à igualdade de tratamento dos credores, observado o disposto no art. 75 da LREF.

Dante dos efeitos da decretação da falência assinale a alternativa correta:

- a. **No processo de falência, a incidência de juros e correção monetária sobre os créditos habilitados deve ocorrer até a decretação da quebra, entendida como a data da prolação da sentença e não sua publicação**
 - b. Contra a massa falida são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato.
 - c. A decretação da falência não suspende o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
 - d. As obrigações sujeitas as condições suspensas (enquanto não acontecer não se realiza o direito) se sujeitam ao vencimento antecipado
 - e. A decretação da falência não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação.
-

A decretação da falência acarreta diversos efeitos. Assinale a alternativa correta:

- a. **Em caso de falência do espólio, ficará suspenso o processo de inventário, cabendo ao AJ a realização de atos pendentes em relação aos direitos e obrigações da massa falida.**
- b. A atualização monetária não deverá ser realizada até a data do efetivo pagamento, uma vez que ela representa acréscimo no valor do crédito, se utilizando do índice da tabela de correção dos débitos judiciais.
- c. o credor de coobrigados solidários cujas falências tenham sido decretadas tem o direito de concorrer em apenas na falência do devedor principal.
- d. De acordo com posição do STJ é a prisão civil do depositário quando, decretada a falência da empresa, sobrevém a arrecadação do bem pelo síndico.

e. Os juros dos créditos com garantia real, mesmo vencidos após a decretação da falência não podem ser alocados na classe dos direitos reais.

Feedback

Art. 125. Na falência do espólio, ficará suspenso o processo de inventário, cabendo ao administrador judicial a realização de atos pendentes em relação aos direitos e obrigações da massa falida.

Com a decretação da falência o juiz do principal se torna prevento para julgar as ações envolvendo o falido.

A esse respeito e com base nas decisões do STJ, avalie as afirmações a seguir.

(I) A unidade do juízo falimentar refere-se que há apenas um único juiz competente para decretar a falência do devedor, salvo as questões envolvendo transnacionalidade, visto que a falência de uma sociedade no exterior não acarreta a falência de sua filial no Brasil, tendo em vista a competência absoluta do art. 3º da LREF .

(II) A universalidade (universalidade material ou obrigacional) significa que todos os credores do falido, fossem eles quais fossem, deveriam concorrer ao juízo falimentar, para que possam receber os seus créditos.

(III) Ações e execuções trabalhistas são de competência da justiça do trabalho tendo em vista a determinação da Constituição Federal.

(IV) A indivisibilidade (universalidade formal ou processual) do juízo falimentar, pela qual o juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido.

É correto apenas o que se afirma em

- a. I, II e III, apenas
- b. I e III, apenas
- c. I, II e IV, apenas**
- d. III e IV, apenas
- e. II e IV, apenas

Os credores das ações que não forem atraídas pelo juízo falimentar poderão requerer a reserva de valores, perante o juízo em que processa a respectiva ação.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) O juiz competente para julgar a ação de conhecimento poderá determinar a reserva da importância que estimar devida na falência, e uma vez reconhecido a importância, valor do crédito líquido, o mesmo será incluído na classe própria

PORQUE

(II) a finalidade é do pedido de reserva objetiva salvaguardar o direito do credor cujo objeto é, ainda, ilíquido ou dependentes de cláusula suspensiva.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- d. As asserções I e II são proposições falsas.
- e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto e as regras do STJ, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a fomentar a recuperação judicial da empresa

PORQUE

(II) Os pedidos de falência estão sujeitos a distribuição obrigatória, respeitada a ordem de apresentação.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições falsas.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

A alternativa correta é a c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

A asserção I é falsa, pois a falência, em si, não visa a fomentar a recuperação judicial da empresa. O objetivo da falência é a liquidação do patrimônio do

devedor para a satisfação dos credores de forma organizada, quando a recuperação da empresa já não é mais viável. A falência é, portanto, um processo de execução coletiva, como destacado na fonte, com o objetivo de garantir a segurança do crédito e o pagamento do maior número possível de credores, conforme mencionado na fonte. A Lei n. 11.101/2005, que regulamenta a recuperação judicial e a falência, prevê o afastamento do devedor da gestão da empresa na falência justamente para proteger os interesses dos credores e garantir a lisura do processo de liquidação patrimonial.

A asserção II é verdadeira, pois os pedidos de falência, como qualquer ação judicial, **estão sujeitos à distribuição obrigatória, respeitando a ordem cronológica de apresentação**. Isso garante a isonomia entre os credores que buscam a satisfação de seus créditos por meio da falência. Não há, nas fontes fornecidas, informações específicas sobre a distribuição de pedidos de falência. No entanto, trata-se de um princípio geral do processo civil brasileiro, que se aplica a todas as ações judiciais, incluindo os pedidos de falência. (**Art. 78 da Lei nº 11.101**)

É importante observar que a falência e a recuperação judicial são institutos distintos, com objetivos e procedimentos diferentes. A recuperação judicial busca a superação da crise econômico-financeira da empresa, permitindo a sua continuidade, enquanto a falência visa à liquidação do patrimônio do devedor insolvente.

A decretação da falência suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Ações e execuções de quantia ilíquidas serão suspensas pelo prazo de 180 dias úteis improrrogáveis

PORQUE

(II) na situação aplica-se o Código de Processo Civil na forma do art. 189 da LREF.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

c. As asserções I e II são proposições falsas.

- d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Feedback

o prazo de suspensão das questões no processo de falência não há prazo e na situação não se aplica o CPC, em relação aos dias úteis

06 - Exercício Avaliativo

A administração da falência é exercida por um administrador judicial, sob a imediata superintendência e direção do juiz.

Dentre as alternativas abaixo, qual delas apresenta as características exigidas de pessoa que pode ser administrador judicial.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

I - Profissional idôneo, preferencialmente advogado, contador, economista ou administrador de empresas.

II - Profissional idôneo, sem qualquer preferência com relação a área na qual atua.

III - Pessoa jurídica especializada na atuação de processos de recuperação e falência.

IV - Pessoa ligada ao falido diretamente e que já lidou com situação de falência anteriormente.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. II e IV, apenas
- b. I e III, apenas**
- c. I, II e III, apenas
- d. III e IV, apenas

A realização do ativo é, portanto, momento essencial no processo falimentar, em que o administrador judicial passa a fazer as vezes de liquidante. São formas ordinárias de alienação do ativo prevista na LREF:

- I - Leilão.
- II - Pregão.
- III - Processo competitivo.
- IV - Hasta pública.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. III e IV, apenas
- b. I, II e III, apenas
- c. I e III, apenas**
- d. I, II e IV, apenas
- e. II e IV, apenas

Feedback

Art. 142. O juiz, ouvido o administrador judicial e atendendo à orientação do Comitê, se houver, ordenará que se proceda à alienação do ativo em uma das seguintes modalidades:

I – leilão, por lances orais;

(...)

IV - processo competitivo organizado promovido por agente especializado e de reputação ilibada, cujo procedimento deverá ser detalhado em relatório anexo ao plano de realização do ativo ou ao plano de recuperação judicial, conforme o caso;

Assinale a alternativa correta:

a. Os bens arrecadados **deverão** ser removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.

Art. 112, LREF. Os bens arrecadados **poderão** ser removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.

b. Logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência e o **Quadro Geral de Credores**, será iniciada a realização do ativo.

Art. 139, LREF. Logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência, será iniciada a realização do ativo.

c. **Todas as formas de alienação de bens realizadas de acordo com a LREF serão consideradas, para todos os fins e efeitos, alienações judiciais.**

(Art. 142, § 8º , LREF)

d. Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho e o **arrematante responde** por obrigações decorrentes do contrato anterior.

Art. 141, § 2º, LREF. Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho e o **arrematante não responde** por obrigações decorrentes do contrato anterior.

e. As quantias recebidas a qualquer título serão imediatamente depositadas em conta remunerada de instituição financeira, atendidos os requisitos da lei ou das normas de organização judiciária e **estará disponível aos credores**.

Art. 147, LREF. As quantias recebidas a qualquer título serão imediatamente depositadas em conta remunerada de instituição financeira, atendidos os requisitos da lei ou das normas de organização judiciária.

QUESTÃO SIMILAR

Assinale a alternativa correta:

- a. Logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência e o Quadro Geral de Credores, será iniciada a realização do ativo.
- b. A alienação dos bens no processo de falência poderá ser realizado por meio de processo competitivo, desde que autorizado pela AGC ou deverá ser aprovada pelo juiz, considerada a manifestação do administrador judicial e do Comitê de Credores, se existente.**
- c. As quantias recebidas a qualquer título serão imediatamente depositadas em conta remunerada de instituição financeira, atendidos os requisitos da lei ou das normas de organização judiciária e estará disponível aos credores.
- d. Os bens arrecadados deverão ser removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.
- e. Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho e o arrematante responde por obrigações decorrentes do contrato anterior.

Quando é decretada a falência da sociedade empresária de responsabilidade limitada ou anônima, ocorre a formação da massa-falida, que corresponde à arrecadação de todo o patrimônio líquido da empresa falida.

Esta concentração de bens da empresa está limitada aos bens da empresa somente, as responsabilidades dos sócios são limitadas a sua participação societária, não podendo o processo falimentar invadir o patrimônio pessoal do sócio para a satisfação de credores, ainda que o capital não tenha sido integralizado totalmente pelo sócio, pois, nesse caso observado o processo judicial de integralização do capital social pelo administrador, o montante correspondente será buscado pela penhora de bens do sócio para integrar a massa-falida.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I - Com a decretação da falência o falido perde a disponibilidade e a propriedade dos seus bens

PORQUE

(II) os credores serão satisfeitos com a alienação dos bens do falido e dos sócios com responsabilidade ilimitada.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
 - c. As asserções I e II são proposições falsas.
 - d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
 - e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
-

A empresa Xisto laminados Ltda teve a sua falência decretada. O Administrador Judicial foi nomeado e tomou posse.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

I - a venda dos bens será unicamente realizada após a consolidação do quadro geral de credores.

II - a avaliação dos bens da massa falida precisará ser realizada pelo leiloeiro.

III - o administrador judicial poderá requerer ao juiz a venda antecipada de bens perecíveis, deterioráveis ou sujeitos a considerável desvalorização ou de conservação arriscada ou dispendiosa.

IV - A alienação da empresa terá por objeto o conjunto de determinados bens necessários à operação rentável da unidade de produção, que poderá compreender a transferência de contratos específicos.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. I, II e III, apenas
- b. III e IV, apenas**
- c. I e III, apenas
- d. II e IV, apenas

Feedback

art. 140 (...) § 2º A realização do ativo terá início independentemente da formação do quadro-geral de credores.

Art. 113. Os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, poderão ser vendidos antecipadamente, após a arrecadação e a avaliação, mediante autorização judicial, ouvidos o Comité e o falido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

De acordo com Fábio Ulhoa Coelho “a falência é causa de dissolução da sociedade empresária. O processo falimentar, no qual se realizam o ativo e passivo, é uma forma específica de dissolução- procedimento”.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) - A decretação da falência acarreta a inabilitação do falido para gerir a empresa falida

PORQUE

(II) - o falido se tornou relativamente incapaz com a falência, sendo seu assistente o Administrador Judicial.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições falsas.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Assinale a alternativa correta que complete a afirmação: O juiz poderá autorizar:

- a. Os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida objetiva, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, sem ouvir o Comitê.
- b. Os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, sem ouvir o Comitê.
- c. Os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, ouvido o Comitê.**
- d. Os credores, de forma individual, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, ouvido o Comitê.
- e. Os credores, de forma coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, ouvido o Comitê.

Sobre as atribuições do administrador judicial. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

- I. O administrador judicial deve apresentar, no prazo de 40 (quarenta) dias, contado da assinatura do termo de compromisso, prorrogável por igual período, relatório sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência, no qual apontará a responsabilidade civil e penal dos envolvidos.**

II. O administrador judicial deve examinar a escrituração do devedor; relacionar os processos e assumir a representação judicial da massa falida, bem como receber e abrir a correspondência dirigida ao devedor, entregando a ele o que não for assunto de interesse da massa.

III. O administrador judicial deve, ao verificar a existência de bens perecíveis, deterioráveis ou sujeitos a considerável desvalorização ou de conservação arriscada ou dispendiosa, efetivar a venda independente de autorização e comunicar imediatamente ao juiz, tendo comprovação dos valores arrecadados.

IV. O administrador judicial deve requerer todas as medidas e diligências que forem necessárias para a proteção da massa ou a eficiência da administração e apresentar ao juiz, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao vencido, conta demonstrativa da administração que especifique com clareza a receita e a despesa.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. I e III, apenas
- b. I, II e III, apenas
- c. II e IV, apenas
- d. III e IV, apenas
- e. I, II e IV, apenas**

Feedback

LREF. Art. 113. Os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, poderão ser vendidos antecipadamente, após a arrecadação e a avaliação, mediante autorização judicial, ouvidos o Comitê e o falido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

O grande responsável pelo bom desenvolvimento do processo falimentar é o administrador judicial, que deverá proceder a arrecadação dos bens do falido e realizar o procedimento de verificação e habilitação dos créditos.

Desta forma, assinale a alternativa correta em relação a composição do auto de arrecadação:

- a. Relação dos devedores e o laudo de avaliação
- b. Inventário e a relação de bens
- c. Laudo de avaliação e a relação dos débitos
- d. Laudo de avaliação dos bens e a relação dos credores
- e. Inventário e laudo de avaliação**

Feedback

Art. 110. O auto de arrecadação, composto pelo inventário e pelo respectivo laudo de avaliação dos bens, será assinado pelo administrador judicial, pelo falido ou seus representantes e por outras pessoas que auxiliarem ou presenciarem o ato.

Arrecadação dos bens é ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias, desta forma, assinale a alternativa correta:

- a. Deve ser realizada em ato continuo a decretação da falência
- b. Deve ser feita após a elaboração do quadro geral de credores.
- c. Deve ser feita após a homologação dos créditos.
- d. Deve ser feita após a verificação dos créditos.
- e. Deve ser feita após a nomeação do administrador e sua aceitação.**

Feedback

Art. 108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias.

07 - Exercício Avaliativo

O negócio jurídico é ineficaz quando por qualquer motivo legal não produz todos ou parte dos efeitos que, segundo o conteúdo das declarações de vontade que o integram, tenderia a produzir.

Considerando esse contexto e a LREF, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(I) o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato acarreta ineficácia objetiva

PORQUE

(II) É desnecessário a prova da existência do consilium fraudis e o eventos damni, tendo em vista a presunção iuris et de iure.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- c. As asserções I e II são proposições falsas.
- d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Feedback

LREF. Art. 129. II – o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo

legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato; (AgRg no Ag 489.545/RJ) e (REsp 604.315/SP). É desnecessário a prova da existência do consilium fraudis e o eventos damni, tendo em vista a presunção iuris et de iure (absoluta) (AgInt no AREsp 901.010/SC).

De acordo com a Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial), o Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembleia-geral o comitê de credores.

A esse respeito e observando a composição do comitê de credores, avalie as afirmações a seguir a respeito da sua composição.

I – apenas os titulares de créditos derivados da legislação do trabalho, com dois suplentes;

II – apenas os titulares de créditos com garantia real, com dois suplentes;

III – apenas os titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados, com dois suplentes;

IV - apenas os titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, com dois suplentes.

É correto apenas o que se afirma em

- a. II e III, apenas
- b. I e IV, apenas**
- c. I, II e IV
- d. III e IV, apenas
- e. I, II e III

Feedback

LREF. Art. 26. O Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembleia-geral e terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes;

II – 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes;

III – 1 (um) representante indicado pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 2 (dois) suplentes.

IV - 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.

Em relação à ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência, dispõe a Lei no 11.101/2005:

- a. A ineficácia poderá ser alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria distribuída por dependência, cuja decisão ocorrerá mediante análise de provas e após manifestação das partes, vedada sua declaração de ofício pelo juiz.
- b. A ação revocatória pode ser promovida contra os herdeiros ou legatários dos terceiros adquirentes, se estes tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar os credores.**
- c. A ação revocatória deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 2 (dois) anos contado da decretação da falência.
- d. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores, a prática de atos a título gratuito, desde 1 (um) ano antes da decretação da falência.
- e. A venda ou transferência de estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, mesmo que prevista e realizada na forma definida no plano de recuperação judicial, será declarada ineficaz ou revogada.

Feedback

Aplicação do art. 133, II, da Lei n. 11.101/05. A questão tenta confundir na medida em que condiciona a revocatória contra os herdeiros ao prévio conhecimento do intento fraudador do devedor. Ocorre que a ação revocatória abrange os atos de ineficácia subjetiva, devendo ser comprovada a intenção de prejudicar credores (art. 130). Assim, se a revocatória foi proposta contra os herdeiros, naturalmente deverá ser comprovado o conluio fraudulento.

Assinale a assertiva correta acerca da ineficácia e da revogação dos atos praticados antes da falência.

- a. Os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, não geram efeitos em relação à massa falida, independentemente de prenotação anterior.
- b. Os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, desde que provado o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar, são revogáveis de per si, sem necessidade da produção de qualquer outra prova.
- c. A sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, mas não dará direito a acréscimo a título de perdas e danos.

d. Tratando-se de ato revogável, a ação revocatória deverá ser proposta no prazo de 3 anos contado da decretação da falência pelo administrador judicial, pelo Ministério Público ou por qualquer credor.

e. Da sentença que julgar procedente a ação revocatória cabe agravo na modalidade de instrumento, da que julgá-la improcedente cabe apelação.

Feedback

LREF Art. 132. A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.

O comitê de credores é um órgão, cujo funcionamento não é essencial para o andamento dos processos de falências e de recuperação judicial e, por isso, sua constituição será facultativa.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(I) A competência para determinar a sua constituição é dos próprios credores e do juiz

PORQUE

(II) O comitê tem o direito de manifestar nos atos processuais no interesse dos credores, como na alienação ou oneração de bens do ativo permanente do devedor, segundo a função fiscalizatória. (o certo seria opinativo)

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. As asserções I e II são proposições falsas.

b. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

O juiz poderá, a requerimento do autor da ação revocatória, ordenar, como medida preventiva, na forma da lei processual civil (procedimento apartado, de modo antecipatório ou incidental), o sequestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros, obedecendo o contraditório regular.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(I) O MP quando não for autor da ação revocatória poderá intervir no feito, em virtude da questão patrimonial envolvida

PORQUE

(II) o MP é o fiscal da lei e tem legitimidade ativa na propositura da ação revocatória.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições falsas.
- b. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

Feedback

O MP quando não for autor da ação revocatória poderá intervir no feito, em virtude da questão patrimonial envolvida, também por que o MP é o fiscal da lei e tem legitimidade ativa na propositura da ação revocatória (TJSC. Apelação Cível n. 2011.063857-3) e (TJSP. Apelação Cível 1009434-96.2015.8.26.0510), mas a sua não intimação não acarreta nulidade ao processo (TJSP. Apelação Cível 1008904-88.2016.8.26.0597).

Antonio é sócio da sociedade Abreu e Lima Ltda que teve a sua falência decretada no último mês. Ocorre que Antonio faz jus a receber valores decorrentes de créditos de dividendos sem vínculo trabalhistico (empregatício), sendo assim, o seu crédito será habilitado como

- a. o crédito é subquirografário e estará na classe III na AGC
- b. O credito é subordinado e estará na classe III na AGC**
- c. O credito é quirografário e estará na classe III na AGC
- d. O credito é privilégio especial (equiparado ao quirografário) e estará na classe III na AGC
- e. O credito é privilégio geral (equiparado ao quirografário) e estará na classe III na AGC

Assinale a alternativa correta, observando a LREF e a jurisprudência do STJ.

- a. Quando a ação de revogação tiver como objeto a aquisição de bem imóvel, o juiz competente para julgar a demanda revogatória incidental ao processo de falência é o juízo do localização do bem.
- b. Considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver votos favoráveis de credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembléia-geral para a aprovação de alienação alternativa do ativo
- c. Considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver votos favoráveis de credores que representem mais da metade do valor total dos créditos, para a constituição do comitê de credores.
- d. A ineficácia subjetiva poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo.

e. A dação em pagamento (pagamento anormal de dívidas vencidas) realizada dentro do termo, fixado no processo falimentar, deve ser tida por objetivamente ineficaz em relação à massa falida

Feedback

A dação em pagamento (pagamento anormal de dívidas vencidas) realizada dentro do termo, fixado no processo falimentar, deve ser tida por objetivamente ineficaz em relação à massa falida (REsp 604.315/SP).

Assinale a alternativa correta em relação ao crédito decorrente de um contrato de compra e venda onde o credor é o SR. Antonio da Silva MEI da massa falida Abreu e Silva Ltda.

- a. O crédito é subquirografário e participará na AGC na classe IV, em virtude do tipo de contrato.
- b. O credito é privilégio especial (equiparado ao quirografário) e participará na AGC na classe III, em virtude do tipo de contrato.
- c. O credito é privilégio especial (equiparado ao quirografário) e participará na AGC na classe IV, em virtude do tipo de pessoa.**
- d. O credito é quirografário e participará na AGC na classe III, em virtude do tipo de contrato.
- e. O credito é subordinado e participará na AGC na classe III, em virtude do tipo de contrato.

Feedback

Art. 41 IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Sobre a ineficácia e a revogação de atos praticados antes da falência, a Lei nº 11.101/2005 dispõe que

- a. O ato não pode ser declarado ineficaz ou revogado, ainda que praticado com base em decisão judicial
- b. a ação revocatória poderá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 2 (dois) anos, contado da decretação da falência.
- c. a ineficácia poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo.**

d. são ineficazes os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar independente do prejuízo sofrido pela massa falida.

e. o juiz poderá, a requerimento de qualquer uma das partes da ação revocatória, ordenar, como medida preventiva, na forma processual estabelecida na lei falimentar, o arresto ou sequestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros.

08 - Exercício Avaliativo

Não há como se dar uma solução única para todos os contratos, surgindo daí a indagação sobre o futuro dos contratos com a decretação, ou seja, deve-se responder quais contratos continuarão e quais serão extintos com a decretação da falência.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) a decisão pela continuação do contrato normalmente ensejará despesas posteriores à falência que será considerada como extraconcursal

PORQUE

(II) o fato gerador da despesa é a continuidade do contrato ocorrido após a decretação da falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições falsas.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

Feedback

Em todo caso, a decisão pela continuação do contrato normalmente ensejará despesas posteriores à falência. Tais despesas, por decorrerem de atos válidos praticados pelo administrador judicial, são consideradas créditos extraconcursais (Lei n. 11.101/2005 – art. 84, V)

Com a sentença que decreta a falência, os contratos do falido passam a se submeter a regras específicas do direito falimentar.

Em outros termos, o regime jurídico dos contratos de qualquer empresário muda segundo ele esteja falido, ou não.

Sendo assim assinale a alternativa correta

- a. Os contratos de trabalho em que o falido figura como empregador se resolvem com a falência.
- b. A decisão do administrador judicial autorizado pelo comitê é definitiva, podendo os demais credores ou o contratante com o falido pleitearem a revisão do que eles decidiram
- c. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, não cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.
- d. Na venda a prazo de coisa móvel pelo falido, o administrador judicial não pode optar pela resolução do contrato, ficando obrigado a restituir ao comprador o valor das prestações pagas.
- e. As contas-correntes do falido serão encerradas no momento da declaração da falência.**

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2023.

Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias.

A primeira delas, com bens penhorados antes da falência.

A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já pago, que fora objeto de importação.

Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel.

A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

- a. O valor das multas moratórias decorrentes do não pagamento dos créditos tributários anteriores à falência não poderá ser incluído no quadro geral de credores.
- b. Os débitos tributários serão pagos após os trabalhistas.
- c. Os créditos extraconcursais, referentes às remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, deverão ser pagos com preferência em relação aos créditos tributários**

d. Em uma massa falida, os créditos tributários relativos ao período anterior à decretação da falência são encargos da massa e, portanto, é exigível o seu pagamento anteriormente ao das dívidas da massa.

e. As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas trabalhistas e tributárias são consideradas como subquirografários

O Contrato de Compra e Venda estipula os compromissos entre as partes nos negócios mercantis, podendo ser efetuado de forma escrita ou verbal. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

Considerando esse contexto e a LREF, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(i) O vendedor pode obstar a entrega de mercadorias expedidas ao devedor falido e ainda em trânsito

PORQUE

(ii) ainda não ocorreu a tradição do objeto vendido pelo empresário falido.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. As asserções I e II são proposições falsas.

- b. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Feedback

O vendedor não pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, sem fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor. E com a falência o devedor perde o direito de dispor e administrar os seus bens.

Se o falido havia celebrado contrato de câmbio ou qualquer outro vinculado a moeda estrangeira, os riscos da oscilação cambial passam a ser do credor, que terá direito ao valor convertido em moeda nacional na data da decretação da quebra, sendo irrelevante o valor de conversão à época do pagamento.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda nacional pelo câmbio do dia em que for declarada a falência

PORQUE

(II) este valor de conversão poderá ser reclamado, conjuntamente com os juros e a correção monetária.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta

a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

b. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

d. As asserções I e II são proposições falsas.

e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Feedback

Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda nacional pelo câmbio do dia em que for declarada a falência (LF, art. 77), sendo que somente por este valor de conversão poderão ser eles reclamados. Trata-se de exceção à regra geral da conversão de valores entre diferentes moedas, que se faz pela cotação do dia do pagamento (como, por exemplo, no art. 75, § 1.o). O objetivo da exceção no caso de falência é possibilitar a definição precisa do passivo do falido. Os juros são suspenso com a decretação da falencia e os valores futuros são descontados.

Celebram contrato de sociedade Itda as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. O falido pode ser sócio de várias sociedades que não são atingidas pela falência.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(i) os contratos de sociedade Itda serão resolvidos em relação ao falido e ele será excluído de pleno direito do quadro societário

PORQUE

(ii) haverá a dissolução total da sociedade Itda em que é sócio e haverá com a liquidação da conta.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

b. As asserções I e II são proposições falsas.

c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Feedback

O falido pode ser sócio de várias sociedades que não são atingidas pela falência. Nesse caso, os contratos de sociedade serão resolvidos em relação ao falido e ele será excluído de pleno direito do quadro societário (Lei n. 11.101/2005). Ele deixará de ser sócio, mas será feita apuração dos seus haveres que serão entregues à massa falida, isto é, ela receberá a parte que toca ao falido no patrimônio da sociedade. Assim, a sociedade em que é sócio se manterá sem o sócio que foi declarado falido, pois ocorre a dissolução parcial.

Assinale a alternativa acerca da consequência da falência no contrato de locação, em que o falido é o inquilino

- a. o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato**
- b. o contrato será automaticamente rescindido.
- c. o contrato será mantido, mas eventual resolução dependerá de manifestação do juiz
- d. não haverá a resolução e tão pouco a resilição do contrato de locação
- e. o contrato não será mantido, pois ocorreu a falência do inquilino

Além de produzir efeitos quanto à pessoa do falido e quanto a suas obrigações, a falência também produz efeitos quanto aos contratos do falido.

Seria natural que todos os contratos do falido fossem rescindidos pela decretação da falência, uma vez que não haverá, em regra, a continuação da atividade.

Contudo, por vezes a atividade continua. Além disso, para alcançar o objetivo primordial da falência, com a maximização dos ativos do falido, alguns contratos devem ser mantidos na medida em que permitiriam obter mais valores ou ao menos diminuiriam o passivo a ser pago.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência

PORQUE

(II) podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização do Comitê.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições falsas.

e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Feedback

LREF. Art. 117. Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização do Comitê.

Assinale a alternativa correta:

- a. O promitente comprador poderá honrar suas obrigações e celebrar o contrato definitivo de compra e venda do imóvel, mas não pode postular a adjudicação do bem, no caso de inércia da massa falida
- b. O contrato de cartão de crédito não será rescindido e caberá ao portador do cartão habilitar o seu eventual crédito.
- c. As contas correntes do devedor consideram-se encerradas no momento de decretação da falência, verificando-se o respectivo saldo.**
- d. O inquilino no contrato de locação tem o direito de preferência, inclusive quando o bem for vendido no processo de falência
- e. Se falir a sociedade vendedora do crédito (a exportadora), a instituição financeira credora deverá habilitar o seu crédito no processo de falência tendo em vista a resolução do contrato principal.

Segundo o art. 126 da LREF, nas relações patrimoniais não reguladas expressamente pela LREF, caberá ao juiz decidir o caso atendendo à unidade, à universalidade do concurso e à igualdade de tratamento dos credores, observado o disposto no art. 75 da LREF.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

I - O administrador judicial, mediante autorização do Comitê, poderá dar cumprimento a contrato unilateral se esse fato reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, realizando o pagamento da prestação pela qual está obrigada.

II - A decisão pela resolução do contrato bilateral, expressa ou decorrente do silêncio no prazo da interpelação, dá ao interpelante o direito a uma indenização pelos danos causados em razão da resolução do contrato.

III - Se o falido é devedor de um mútuo, não há que se cogitar de decisão sobre sua continuação, isto é, caberá ao falido apenas pagar o valor devido de acordo com a ordem legal de preferências.

IV - O mandato judicial conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.

É correto apenas o que se afirma em

- a. III e IV, apenas
- b. II e IV, apenas
- c. I, II e III**
- d. I, II e IV, apenas
- e. I e III, apenas

Feedback

LREF. Art. 120. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.

§ 1º O mandato conferido para representação judicial do devedor continua em vigor até que seja expressamente revogado pelo administrador judicial.

OUTRAS QUESTÕES

Em razão dos efeitos perniciosos que as crises da empresa podem gerar, nosso ordenamento jurídico houve por bem criar diversos institutos para tentar superar as crises ou para liquidar o que não é passível de recuperação. Entre esses institutos, os mais importantes são aqueles que têm o maior âmbito de aplicação, isto é, aqueles que se aplicam a um número maior de situações. Nesta situação, estão a falência, a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial, todas disciplinadas pela Lei n. 11.101/2005.

Quando não é possível ou não é viável a recuperação, deve-se proceder à liquidação forçada do patrimônio do devedor, para reduzir ou evitar novos prejuízos decorrentes do exercício da atividade por aquele devedor. A falência representa justamente esse meio de liquidação forçada do patrimônio do devedor (TOMAZETTE, 2023).

A partir da ideia apresentada no texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A pessoa física que explora atividade econômica pode ser sujeito passivo ou ativo no processo de falência

PORQUE

II - O empresário individual regular ou irregular poderá estar nos dois polos do pedido de falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

Parabéns você acertou

A resposta correta é a alternativa **a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.**

Vamos analisar cada asserção:

I - A pessoa física que explora atividade econômica pode ser sujeito passivo ou ativo no processo de falência.

- Essa asserção é **verdadeira**. O texto menciona que a falência é um meio de liquidação forçada do patrimônio do devedor **empresário**. Isso significa que tanto **pessoas físicas** quanto **jurídicas** que exercem atividade empresarial podem ser **sujeitos passivos**, ou seja, podem ter sua falência decretada.
- Além disso, o empresário individual, mesmo que irregular, pode pedir a **autofalência**. Isso significa que a pessoa física que explora atividade econômica também pode ser **sujeito ativo** no processo de falência.
- **Sujeito Passivo:** O artigo 1º da Lei n. 11.101/2005 estabelece que esta lei se aplica às empresas, o que inclui o empresário individual, conforme definido no artigo 966 do Código Civil.
 - A falência é um processo de liquidação forçada do patrimônio do devedor, e o empresário individual, sendo uma empresa, pode ter sua falência decretada.
- **Sujeito Ativo:** A possibilidade do empresário individual pedir a autofalência, ou seja, figurar como sujeito ativo no processo, está prevista no **artigo 105 da Lei n. 11.101/2005**.

II - O empresário individual regular ou irregular poderá estar nos dois polos do pedido de falência.

- Essa asserção também é **verdadeira e justifica a primeira**. Como explicado acima, o empresário individual pode ser tanto **requerente** (autofalência) quanto **requerido** no processo de falência.
- A lei não exige a regularidade para a decretação da falência, o que significa que **empresários irregulares** também podem estar em **ambos os polos** do processo.
- **Regular e Irregular:** A Lei n. 11.101/2005 não faz distinção entre empresário regular e irregular para fins de falência.

- O artigo 97 da lei trata dos requisitos para a decretação da falência, e em nenhum momento exige a regularização da empresa.
- Isso significa que tanto o empresário regular quanto o irregular podem ser requeridos em um processo de falência, e ambos também podem pedir a autofalência.

Portanto, a alternativa a é a correta, pois ambas as asserções são verdadeiras e a II justifica a I. As demais alternativas são incorretas, pois não refletem a relação entre as asserções e as informações presentes no texto.

Jacinto Almenara Ltda teve um bem de sua propriedade arrecadado pelo administrador judicial na falência de Rubim & Divisa Ltda., mas foi informado que o referido bem já tinha sido alienado pela massa.

Ciente dessa circunstância, o(a) advogado(a) da Itda

- a. não poderá pleitear a restituição do bem nem receber o preço da venda em razão de já ter sido alienado pela massa falida.
- b. deverá habilitar o crédito no processo de falência, com a classificação de quirografário, diante da impossibilidade de sua restituição in natura.
- c. poderá pleitear a restituição em dinheiro, recebendo o preço obtido com a venda do bem arrecadado, devidamente atualizado.**
- d. deverá ajuizar ação revocatória para obter indenização da massa falida pela venda ilegal do bem arrecadado, que deveria lhe ter sido restituído.
- e. deverá requerer a restituição e o pagamento será realizado antes dos créditos extraconcursais.

Feedback

Parabéns você acertou

Análise do Caso e Resposta à Questão

O gabarito está **correto**. A alternativa c é a correta.

Explicação:

No caso apresentado, Jacinto Almenara Ltda. teve um bem de sua propriedade indevidamente arrecadado pelo administrador judicial no processo de falência de Rubim & Divisa Ltda. Posteriormente, a empresa foi informada de que o bem já havia sido alienado pela massa falida. Diante dessa situação, o advogado da Jacinto Almenara Ltda. pode

pleitear a restituição em dinheiro, recebendo o preço obtido com a venda do bem, devidamente atualizado.

Essa restituição em dinheiro é prevista no **artigo 86, inciso I, da Lei n. 11.101/2005**. O dispositivo legal prevê que, se a coisa não mais existir ao tempo do pedido de restituição, o requerente receberá o valor da avaliação do bem ou, no caso de venda, o respectivo preço, em ambos os casos, no valor atualizado.

Análise das demais alternativas:

- **a. Incorreta.** O fato do bem ter sido alienado não impede o direito à restituição, apenas a torna impossível *in natura*.
- **b. Incorreta.** A restituição em dinheiro é um direito específico previsto em lei, e não um crédito a ser habilitado no processo de falência.
- **d. Incorreta.** A ação revocatória é cabível para anular atos praticados pelo falido com a intenção de fraudar credores (art. 130 da Lei n. 11.101/2005). No caso em questão, não há indícios de fraude, mas sim de um erro na arrecadação do bem.
- **e. Incorreta.** A restituição em dinheiro tem preferência em relação aos créditos concursais, mas não em relação aos créditos extraconcursais (art. 149 da Lei n. 11.101/2005).

Conclusão:

O advogado da Jacinto Almenara Ltda. **deve pleitear a restituição em dinheiro** (alternativa **c**), com base no **artigo 86, inciso I, da Lei n. 11.101/2005**.

Ribamar é sócio da sociedade empresária Junco, Fiquene & Cia. Ltda.

Após uma infrutífera negociação de plano de recuperação judicial, a assembleia de credores rejeitou o plano, acarretando a decretação de falência da sociedade. O desgaste, que já existia entre Ribamar e os demais sócios, intensificou-se com a decretação da falência, ensejando pedido de retirada da sociedade, com base nas disposições reguladoras da sociedade limitada.

Avalie as afirmações a seguir:

I - A decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio Ribamar.

II - O juiz da falência deverá avaliar o pedido de retirada do sócio Ribamar e, eventualmente, deferi-lo na ação de dissolução parcial.

III - A decretação de falência suspende o pagamento de seus haveres deverá ser incluído como crédito subquirografário.

IV - Caso já tenha exercício o direito de retirada, o valor dos haveres do sócio dissidente Ribamar, que serão Dados como créditos subordinado.

É correto o que se afirma em:

- a. I e IV
- b. II e IV
- c. I e III
- d. I, II e III
- e. II, III e IV

Feedback

Estão corretas I e IV

Justificativa

Ar. 115 LREF c/c 1.044 do CC, ou seja, o direito do sócio é suspenso e o direito de haveres será pago como concursal subordinado

Análise das Afirmações e Resposta à Questão

O gabarito está **correto**. A alternativa a. I e IV é a que contém as afirmações corretas.

Analizando cada afirmação:

I - A decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio Ribamar.

- **Correta.** O artigo 116 da Lei n. 11.101/2005 (LREF), juntamente com o artigo 1.044 do Código Civil (CC), estabelece que a decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio. Isso ocorre para evitar a descapitalização da empresa falida e garantir a igualdade entre os credores no processo de falência.

II - O juiz da falência deverá avaliar o pedido de retirada do sócio Ribamar e, eventualmente, deferi-lo na ação de dissolução parcial.

- **Incorreta.** O pedido de retirada do sócio é suspenso pela decretação da falência. Não cabe ao juiz da falência avaliar ou deferir tal pedido durante o processo falimentar.

III - A decretação de falência suspende o pagamento de seus haveres deverá ser incluído como crédito subquirografário.

- **Incorreta.** A decretação da falência suspende o pagamento dos haveres do sócio, mas estes **não** serão classificados como crédito subquirografário.

IV - Caso já tenha exercício o direito de retirada, o valor dos haveres do sócio dissidente Ribamar. que serão Dados como créditos subordinado.

- **Correta.** Conforme o artigo 83, inciso VIII, alínea 'b', da Lei n. 11.101/2005, se o sócio já tiver exercido o direito de retirada antes da decretação da falência, o valor

dos seus haveres será classificado como crédito **subordinado** no processo de falência.

Justificativa da alternativa A:

As afirmações I e IV estão corretas e refletem os efeitos da falência sobre o direito de retirada e o pagamento de haveres aos sócios, conforme previsto nos artigos 116 e 83, inciso VIII, alínea 'b', da Lei n. 11.101/2005.

O empresário individual J. Câmara EPP é credor na falência da sociedade empresária R. Fernandes & Filhos Ltda., cuja falência foi decretada pelo juízo da Comarca de Queluz/SP. O crédito, que figura na relação de credores apresentada pela falida, é fruto do fornecimento de aves vivas à sociedade empresária antes do requerimento de falência. Após a verificação dos créditos pelo administrador judicial, no dia 22/5, segunda-feira, foi publicado no órgão oficial o edital contendo a relação de credores. Nessa relação, o crédito de J. Câmara EPP foi reclassificado como quirografário. Em 26/5, sexta-feira, o advogado do credor pretende interpor medida judicial, nesse dia, por insatisfação com a relação de credores.

Avalie as afirmações a seguir:

I - A medida judicial a ser proposta é a impugnação à relação de credores, tendo em vista que se trata subquirografário.

II - Como a publicação da relação de credores ocorreu em 22/5 e a impugnação será interposta em 26/5, há tempestividade para o pedido judicial, porque está dentro do prazo legal de 10 dias.

III - A medida deverá ser direcionada ao Administrador Judicial, tendo em vista a natureza administrativa da questão em pauta.

IV - Cada impugnação terá uma autuação, mas as várias impugnações para o mesmo crédito serão autuadas conjuntamente.

É correto o que se afirma em:

- a. I e IV
- b. II e IV**
- c. I e III
- d. I, II e III
- e. II, III e IV

Feedback

parabens vc acertou

Análise das Afirmações e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa **b. II e IV** é a que apresenta as afirmações corretas.

Vamos analisar cada afirmação:

I - A medida judicial a ser proposta é a impugnação à relação de credores, tendo em vista que se trata subquirografário.

- **Incorreta.** A medida judicial cabível é a **impugnação à relação de credores**, mas não porque o crédito foi classificado como subquirografário. A impugnação é o instrumento processual utilizado para questionar a **existência, o valor ou a classificação de qualquer crédito** relacionado na relação de credores, independentemente da sua classificação.

II - Como a publicação da relação de credores ocorreu em 22/5 e a impugnação será interposta em 26/5, há tempestividade para o pedido judicial, porque está dentro do prazo legal de 10 dias.

- **Correta.** O artigo 8 da Lei n. 11.101/2005 estabelece o prazo de **10 dias**, contados da publicação da relação de credores, para a apresentação de impugnações. No caso em análise, a publicação ocorreu em 22/05, segunda-feira, e a impugnação será protocolada em 26/05, sexta-feira, portanto, dentro do prazo legal.

III - A medida deverá ser direcionada ao Administrador Judicial, tendo em vista a natureza administrativa da questão em pauta.

- **Incorreta.** A impugnação à relação de credores é uma **ação incidental** que deve ser **direcionada ao juiz** responsável pelo processo de falência. Embora o administrador judicial tenha elaborado a relação de credores, cabe ao juiz a decisão final sobre a impugnação.

IV - Cada impugnação terá uma autuação, mas as várias impugnações para o mesmo crédito serão autuadas conjuntamente.

- **Correta.** O parágrafo único do artigo 13 da Lei n. 11.101/2005 dispõe que, embora cada impugnação tenha uma autuação individual, as diversas impugnações que versem sobre o **mesmo crédito** serão autuadas **conjuntamente**. Isso garante a análise unificada das impugnações que se refiram ao mesmo crédito.

Conclusão:

As afirmações **II e IV** estão corretas e baseiam-se nos artigos 8 e 13, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005, respectivamente. A alternativa **b** é a resposta correta para a questão.

José, empresário individual que teve sua falência decretada em 20.10.2022, vendeu um sítio de sua propriedade para Antônio, em agosto de 2022. Antônio prenotou a escritura de compra e venda do sítio em 18.10.2022, mas o registro da transferência imobiliária só foi efetuado em 05.11.2022, 15 (quinze) dias após a decretação da falência. Tendo o termo legal sido fixado em 30 dias a contar do pedido de falência requerido pelo credor.

A partir da ideia apresentada no texto, da doutrina, da jurisprudência e da legislação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - É válida, mas ineficaz a compra e venda referenciada no enunciado

PORQUE

II - A prenotação da venda referenciada no enunciado da questão ocorreu dentro do termo legal da falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
- e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

parabens vc acertou

Análise das Asserções e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa correta é a d. **A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**

Vamos analisar cada asserção:

I - É válida, mas ineficaz a compra e venda referenciada no enunciado.

- **Falsa.** A compra e venda do sítio realizada entre José e Antônio é **válida e eficaz em relação à massa falida**, mesmo tendo sido registrada após a decretação da falência. Isso ocorre porque a Lei n. 11.101/2005, no seu artigo 129, inciso VII, prevê a **ineficácia** dos registros de direitos reais e de transferência de propriedade realizados **após a decretação da falência, exceto se tiver havido prenotação anterior.**

No caso em questão, Antônio **prenotou a escritura de compra e venda antes da decretação da falência** de José, o que garante a eficácia do ato, conforme a

exceção prevista no próprio artigo 129, inciso VII, da Lei de Falências.

II - A prenotação da venda referenciada no enunciado da questão ocorreu dentro do termo legal da falência.

- **Verdadeira.** O enunciado informa que o termo legal da falência foi fixado em 30 dias a contar do pedido de falência. A prenotação da escritura ocorreu em 18/10/2022, dois dias antes da decretação da falência (20/10/2022). Considerando que o termo legal se inicia com o pedido de falência e termina com a decretação, a prenotação, de fato, ocorreu dentro do termo legal.

Conclusão:

A asserção I é falsa porque a prenotação da escritura garante a **eficácia** da compra e venda, mesmo registrada após a decretação da falência. A asserção II é verdadeira, pois a prenotação ocorreu dentro do período definido como termo legal da falência. Portanto, a alternativa d está correta.

Para garantir o bom exercício das funções do Administrador Judicial, a lei impõe certo grau de imparcialidade na sua escolha, isto é, proíbe também a nomeação como administrador judicial de pessoas que tenham relação de parentesco ou afinidade até o 3º (terceiro) grau com o devedor, seus administradores, controladores ou representantes legais ou deles for amigo, inimigo ou dependente

A partir da ideia apresentada no texto, da doutrina, da jurisprudência e da legislação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Investido no cargo, o administrador judicial passará a exercer as funções que lhe cabem nos processos de falência e de recuperação judicial. Na falência, suas funções serão basicamente a administração e a liquidação da massa falida.

PORQUE

II - O Administrador Judicial é o principal braço de atuação do juiz nos processos de falência e recuperação judicial. Cabe a ele trazer ao juiz os subsídios necessários para o melhor andamento dos processos de falência e recuperação judicial, inclusive fiscalizar o andamento da atividade empresarial em caso de falência decretada.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

Item I correto

Item II errado - na falência não há andamento da atividade empresarial

Análise das Asserções e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa **c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa** é a opção correta.

Vamos analisar cada asserção:

I - Investido no cargo, o administrador judicial passará a exercer as funções que lhe cabem nos processos de falência e de recuperação judicial. Na falência, suas funções serão basicamente a administração e a liquidação da massa falida.

- **Verdadeira.** O administrador judicial, após sua nomeação e investidura no cargo, assume funções importantes tanto na falência quanto na recuperação judicial. Conforme descrito no **artigo 32** da fonte "Curso de Direito Empresarial - 2023 -Marlon Tomazette (1).pdf", na falência, suas funções principais são a **administração e a liquidação da massa falida**, visando a arrecadação dos bens do falido, sua avaliação, administração e alienação para o pagamento dos credores, conforme a ordem legal de preferência.

II - O Administrador Judicial é o principal braço de atuação do juiz nos processos de falência e recuperação judicial. Cabe a ele trazer ao juiz os subsídios necessários para o melhor andamento dos processos de falência e recuperação judicial, inclusive fiscalizar o andamento da atividade empresarial em caso de falência decretada.

- **Falsa.** A afirmação está incorreta pois, na falência, a atividade empresarial é paralisada e, posteriormente, direcionada à liquidação. O administrador judicial atua como auxiliar do juiz, fornecendo informações e subsídios para o andamento do processo, mas não fiscaliza o "andamento da atividade empresarial" em caso de falência, já que esta **não continua** após a decretação da falência. A **função primordial do administrador judicial na falência é a administração e a liquidação da massa falida**, conforme descrito no **artigo 32**.

Conclusão:

A asserção I é verdadeira, pois descreve corretamente as funções do administrador judicial na falência. A asserção II é falsa, pois alega a fiscalização da atividade empresarial na falência, o que não ocorre. Portanto, a alternativa **c** é a resposta correta.

A Indústria de Solventes Mundo Colorido S.A. requereu a falência da sociedade empresária Pintando o Sete Comércio de Tintas Ltda., com base em três notas promissórias, cada qual no valor de R\$ 60.000,00, todas vencidas e não pagas. Das três cambiais que embasam o pedido apenas uma delas (que primeiro venceu) foi protestada para fim falimentar e as demais não tiveram protesto.

Em defesa, a devedora requerida, em síntese, sustentou que a falência não poderia ser decretada porque duas das notas promissórias que instruíram o requerimento não foram protestadas.

Em defesa, requereu o deferimento de prestação de uma caução real, que garantisse o juízo falimentar da cobrança dos títulos.

Recebida a defesa tempestivamente ofertada, o juiz da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro abriu prazo para o credor se manifestar sobre os fundamentos da defesa e após manifestação do autor, juiz passou a decidir.

Assinale a decisão correta

- a. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo e vista o protesto falimentar**
- b. a decisão é pelo indeferimento do pedido, tendo em visto que dois títulos não foram protestados.
- c. a decisão é pelo indeferimento do pedido, tendo em vista que houve o depósito elisivo, e o valor deve ser entregue ao autor.
- d. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo em vista houve o depósito elisivo.
- e. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo em vista que o depósito elisivo, e o valor deve ser entregue ao autor.

Feedback

parabens vc acertou

Análise da Decisão e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa **a. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo em vista o protesto falimentar** é a decisão correta.

Fundamentação:

- **Pedido de Falência por Impontualidade:** O caso em análise se enquadra no pedido de falência por impontualidade, previsto no **artigo 94, inciso I, do caput da Lei n. 11.101/2005**. Esse dispositivo legal permite o pedido de falência com base em títulos executivos protestados para fim falimentar, cujo valor ultrapasse 40 salários

mínimos.

- **Protesto Falimentar:** O enunciado deixa claro que, apesar de a Indústria de Solventes Mundo Colorido S.A. possuir três notas promissórias vencidas e não pagas, **apenas uma delas foi protestada para fim falimentar**.
- **Valor do Crédito:** O valor de cada nota promissória é de R\$ 60.000,00, o que já ultrapassa o limite de 40 salários mínimos exigidos pela lei para o pedido de falência.
- **Irrelevância do Protesto das Demais Notas:** A lei exige o protesto para fim falimentar de títulos que somem valor superior a 40 salários mínimos. No caso em questão, **uma única nota promissória já satisfaz esse requisito**, tornando irrelevante o fato de as outras duas notas não terem sido protestadas.
- **Caução Real:** O pedido de deferimento de caução real apresentado pela devedora não impede a decretação da falência. A caução real, se deferida, serviria para garantir o pagamento do crédito em caso de procedência do pedido de falência. No entanto, a análise da procedência do pedido e a decretação da falência se baseiam nos requisitos legais, que no caso foram preenchidos.

Conclusão:

Diante do exposto, a decisão correta é o **deferimento do pedido de falência**, tendo em vista que o credor apresentou **título executivo protestado para fim falimentar com valor superior a 40 salários mínimos, preenchendo os requisitos legais para a decretação da falência**. A alternativa a está correta e se baseia no artigo 94, inciso I, da Lei n. 11.101/2005.

Entre todas as fases da falência a mais importante é a fase falimentar, que busca a satisfação dos credores.

Em razão disso, pode-se afirmar que seu objetivo mais amplo é o pagamento de todos os credores do devedor de acordo com uma ordem legal de preferência.

Dentro dessa ideia, a falência teria como objetivo principal assegurar a igualdade entre os credores de um devedor juridicamente insolvente, permitindo que eles tenham seus créditos satisfeitos de acordo com a ordem legal de preferência (importância para o legislador) e não pela sua agilidade.

Nesse sentido, seria possível repartir os prejuízos entre os credores proporcionalmente à importância de cada crédito.

A partir da ideia apresentada no texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Um objetivo mais específico na falência, no sentido da maximização do valor dos recursos produtivos do devedor. Essa maximização atenderá aos interesses dos credores, na medida em que permitirá a obtenção de mais recursos e, consequentemente, o pagamento de mais credores.

PORQUE

II - A falência, sob o ponto de vista econômico, representa um fato patológico no desenvolvimento da economia creditícia, vale dizer, ela é o efeito do anormal funcionamento do crédito.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 - c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.**
 - d) As asserções I e II são proposições falsas.
 - e) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira
-

A Lei n. 11.101/2005 possui um viés mais recuperatório do que liquidatório, seguindo uma tendência mundial do direito das empresas em crise.

Apesar disso, a referida lei não deixa de tratar da falência, isto é, da liquidação patrimonial forçada em relação aos devedores empresários que não têm condições de superar a crise econômico-financeira pela qual estão passando.

Deve-se buscar, sempre que possível, a recuperação da empresa, mas não a ponto de desvirtuar os riscos da atividade, passando-os aos credores.

Quando não é possível ou não é viável a recuperação, deve-se proceder à liquidação forçada do patrimônio do devedor, para reduzir ou evitar novos prejuízos decorrentes do exercício da atividade por aquele devedor.

Avalie as afirmações a seguir:

I - Na chamada fase pré-falimentar são verificados os pressupostos para a instauração da falência, vale dizer, nessa fase irá se verificar se a falência é aplicável ou não à situação em análise.

II - Decretada a falência, passa-se à segunda fase do processo chamada de fase falimentar propriamente dita, na qual o processo atuará como um processo de execução coletiva.

III - Na fase pré-falimentar, serão identificados os credores sujeitos ao processo, por meio do procedimento de verificação de créditos, que é essencialmente o mesmo da recuperação judicial.

IV - Na fase falimentar serão tomadas as medidas necessárias para a apuração do patrimônio do devedor sujeito ao processo.

É correto o que se afirma em:

- a) I e III
 - b) III e IV
 - c) I, II e III
 - d) II e IV**
 - e) I, II e IV
-

Outra postura que pode ser adotada pelo devedor citado em um pedido de falência é a realização do chamado depósito elisivo, isto é, a realização de um depósito impeditivo da decretação da falência.

A partir da ideia apresentada no texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Esse depósito deve abranger o valor total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios , desconfigurando a ideia de insolvência do devedor.

PORQUE

II - O juiz poderá, na própria sentença de denegação, condenar aquele que fez um pedido doloso de falência a indenizar o devedor pelos danos causados, que deverão ser apurados em liquidação de sentença.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 - c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 - d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
 - e) As asserções I e II são proposições falsas.
-

A sentença que indeferir o pedido de falência cabe:

- a) apelação
- b) Inominado

- c) ordinário
- d) Agravo**
- e) embargos

José da silva, exercer a atividade de venda de biscoito na região administrativa de Ceilândia (sede matriz) e filiais nas Regiões administrativas de Taguatinga, de Samambaia, de Riacho Fundo e de Sobradinho, no Distrito Federal, a mais de 4 anos, sem nunca ter se utilizado da LREF (Lei 11.101/2005).

Dante de uma crise econômica-financeira e preenchendo os requisitos legais deseja pleitear o recuperação judicial.

Observando a legislação pertinente do Poder Judiciário do Distrito Federal, assinale o foro competente para a propositura

- a) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Taguatinga.
 - b) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Ceilândia.
 - c) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Distrito Federal.**
 - d) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Sobradinho.
 - e) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Riacho Fundo
-

A abrangência do termo Juízo do principal estabelecimento segundo o STJ é

- a) qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como sede de maior volume de negócios do devedor ou sede administrativa.**
 - b) qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como matriz ou sede administrativa.
 - c) a sede real, que é o local em que se encontra registrado o contrato social ou o Estatuto.
 - d) qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como matriz ou sede de maior volume de negócios do devedor.
 - e) qualquer estabelecimento desde que seja a sede estatutária ou sede contratual.
-

Diante do atual panorama legislativo, pode vir a falir quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços (conceito do Código Civil de 2002, art. 966 – no mesmo sentido do art. 2.082 – Código Civil italiano), vale dizer, o sujeito de direito que exerce a empresa está sujeito à falência.

Reitere-se que dentro desse conceito temos dois tipos de sujeitos, a princípio, submetidos à falência: os empresários individuais (pessoas físicas) e as sociedades empresárias (pessoas jurídicas ou não).

Desta feita, assinale a alternativa correta no tocante ao sujeito passivo na falência

- a) uma sociedade cooperativa que explora atividade intelectual
 - b) uma sociedade limitada que explora atividade intelectual
 - c) uma sociedade simples que explora atividade intelectual
 - d) uma sociedade em conta de participação que explora atividade intelectual
 - e) uma sociedade anônima que explora atividade intelectual**
-

Assinale a alternativa correta

- a) A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios Itda, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos da LREF.
 - b) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.
 - c) A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.**
 - d) A extensão dos efeitos da falência somente será admitida quando estiverem presentes os requisitos da desconsideração da personalidade jurídica.
 - e) A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios Itda responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.
-

Qual das sociedades não pode ser sujeito ativo na falência:

- a) sociedade anônima
- b) sociedade cooperativa**

- c) sociedade simples
 - d) sociedade limitada
 - e) sociedade em comum
-

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto e as regras do STJ, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio ilimitado

PORQUE

(II) a expressão "sócio solidário" deve ser compreendida como sócio com responsabilidade ilimitada, logo não haverá suspensão das ações, execuções e prescrições em face dos avalistas e demais coobrigados.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
 - b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
 - c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**
 - d) As asserções I e II são proposições falsas.
 - e) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
-

O grande responsável pelo bom desenvolvimento do processo falimentar é o administrador judicial, que deverá proceder a arrecadação dos bens do falido e realizar o procedimento de verificação e habilitação dos créditos.

Desta forma, assinale a alternativa correta em relação a composição do auto de arrecadação:

- a) Laudo de avaliação e a relação dos débitos
 - b) Inventário e laudo de avaliação**
 - c) Inventário e a relação de bens
 - d) Relação dos devedores e o laudo de avaliação
 - e) Laudo de avaliação dos bens e a relação dos credores
-

(Adaptada - VII EXAME DE ORDEM UNIFICADO - TIPO 1 - BRANCA - Questão 52)

A Empresa XYZ LTDA teve a sua falência decretada e foram apresentados diversos créditos, por força da convolação da recuperação em falência.

Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que corresponde a um crédito que deve ser classificado como extraconcursal:

- a. Os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento (garantias reais).
- b. Custas judiciais relativas às ações e execuções de dívidas líquidas em que a massa tenha sido vencida.**
- c. "Os créditos decorrentes das custas que os credores tiveram para iniciar o recebimento dos seus créditos.**
- d. Os créditos trabalhistas até o limite de 150 (cento e cinquenta reais)
- e. Multas por infração do Código de Postura Municipal antes do durante o processamento da 1ª Fase da falência.

Feedback

interpretação dos artigos 83 e 84

RESPOSTA: Custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa tenha sido vencida, na forma do art. 84, II.

(Adaptada - Ano: 2014 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2014 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XV - Tipo 1 - Branca)

João Lima Artigos Esportivos Ltda. celebrou contrato de locação de imóvel comercial, localizado na Galeria Madureira, para a instalação do estabelecimento comercial da sociedade. Atingida por forte crise setorial, a sociedade acumulou dívidas vultosas e não conseguiu honrá-las. Com a decretação da falência, o contrato de locação comercial firmado pelo locatário

- a. ficará extinto, salvo se o Comitê de Credores autorizar o administrador judicial da massa falida a mantê-lo.
- b. poderá ser mantido, desde que o locador interpele o administrador judicial no prazo de até 90 (noventa) dias. (anulado)**
- c. ficará extinto de pleno direito, sendo obrigado o locatário a entregar ao locador o imóvel onde se localiza o ponto.
- d. será inválido em decorrência do termo legal, que torna o negócio jurídico ineficaz subjetivamente.

e. poderá ser mantido, desde que o locador interpele o administrador judicial no prazo de até 90 (noventa) dias.

anulado.

Resposta correta seria:

será mantido, mas poderá ser denunciado, a qualquer tempo, pelo administrador judicial da massa falida.

(Adaptada - Ano: 2019 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2019 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXX - Primeira Fase)

Além da impontualidade, a falência pode ser decretada pela prática de atos de falência por parte do devedor empresário individual ou dos administradores da sociedade empresária.

Assinale a opção que constitui um ato de falência por parte do devedor.

- a. Deixar de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no contrato celebrado entre o credor e devedor e sem assinatura de testemunha.
- b. Deixar de pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título executivo protestado por falta de pagamento, cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
- c. Realiza a transferência de maneira simulada da sede correta administrativa (principal estabelecimento) do devedor com o objetivo de prejudicar credor.**
- d. Transferir, durante a recuperação judicial, estabelecimento a terceiro sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo, em cumprimento à disposição de plano de recuperação.
- e. Não pagar, não depositar ou não nomear à penhora, no prazo legal, bens suficientes para garantir o cumprimento de sentença.

Resposta:

Art. 94, III, d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;

(Adaptada - Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2022 - OAB - Exame da Ordem Unificado XXXVI - Primeira Fase)

Cerâmica Água Doce do Norte teve sua falência requerida pelo Banco Boa Esperança S/A, em razão do não pagamento de cinco duplicatas que lhe foram endossadas por Castelo, Vivacqua & Cia.

Os títulos estão protestados para fins falimentares e não se verificou pagamento até a data da citação.

Ao ser citada, a sociedade devedora apresentou tempestivamente a contestação e, no mesmo prazo, em peça processual própria, requereu recuperação judicial, sem, contudo, se manifestar sobre a efetivação de depósito elisivo.

Com base nas informações acima, a sociedade empresária

- a. não deveria ter requerido sua recuperação judicial e sim ter efetuado o depósito elisivo, eliminando a presunção de insolvência para, somente após esse ato, pleitear recuperação judicial.
 - b. deveria ter pleiteado sua recuperação judicial, pois o devedor pode se utilizar do benefício até o trânsito em julgado da sentença de falência, portanto, o pedido foi tempestivo e correto.
 - c. As duplicatas não servem para o pedido de falência tendo em vista que as elas não são consideradas como títulos executivos passíveis do pedido de falência.
 - d. estava impedida de requerer recuperação judicial, pois já havia, na data do pedido de recuperação, requerimento de falência contra si, ajuizado pelo credor das duplicatas.
 - e. tinha a faculdade de pleitear sua recuperação judicial no prazo de contestação, ainda que não tivesse se manifestado pela efetivação de depósito elisivo.**
-

(Adaptada Ano: 2017 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2017 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXII - Primeira Fase)

Mauriti & Cia Ltda. celebrou contrato de alienação fiduciária em garantia com a sociedade empresária Gama. Com a decretação de falência da fiduciante, o advogado da fiduciária pleiteou a restituição do bem alienado, sendo informado pelo administrador judicial que o bem se encontrava na posse do falido na época da decretação da falência, porém não foi encontrado para ser arrecadado.

Considerando os fatos narrados, o credor fiduciário terá direito à restituição em dinheiro do valor da avaliação do bem atualizado?

- a. Não, em razão de este não ter sido encontrado para arrecadação.
- b. Sim, devendo, para tanto, habilitar seu crédito na falência como quirografário.
- c. Sim, devendo, para tanto, propor ação de embargos de terceiros, perante o juízo falimentar, para reservar o seu direito no momento dos credores concursais.
- d. Não, por não ter a propriedade plena do bem alienado fiduciariamente, e sim resolúvel.

e. Sim, mesmo que o bem alienado não mais exista ao correto tempo do pedido de restituição ou que não tenha sido arrecadado.

RESPOSTA: Tendo em vista que o credor é dono do bem e o falido apenas a pretensão de um dia vir a ser dono, caberá a restituição do bem e caso ele não exista, haverá restituição em dinheiro como extraconcursal. De acordo com os artigos 85 e 86 da Lei 11.101/2005, na alienação fiduciária, quando o devedor sofre falência, para que o credor possa ingressar com o pedido de restituição em dinheiro, é necessário que o bem esteja na posse do devedor.

A empresas Antônio Empreendimentos Ltda . , Silva e Sousa Ltda, Construção limpeza S/A e a Empresa Construções de Linda Casa Ltda realizarão um contrato de sociedade em conta de participação.

A sociedade empresária Construções de Linda Casa Ltda. fora constituída sociedade ostensiva enquanto a sociedade empresária Antônio Empreendimentos Ltda, Construção limpeza S/A e sociedade Silva e Sousa Ltda. foram constituidas como sócias participativas.

O empreendimento objeto do contrato da sociedade em conta de participação será realizado na cidade de Valparaiso e tem o nome fantasia de Bela Vista Greem Company.

Sabe-se que o empreendimento vem acumulando diversas dívidas, o que o tornou economicamente inviável. Sabe-se que os credores possuem diversos créditos devidamente protestados.

Assim, nesse caso se os credores desejarem pedir a falência devem fazer contra quem? Assinale a resposta correta:

- a. Antonio Emprendimentos Ltda
- b. Silva e Sousa Ltda
- c. Construção limpeza S/A
- d. Construções de Linda Casa Ltda**
- e. Bela Vista Greem Company.

Feedback

CC. Art. 991. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes. Parágrafo único. Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.

A falência deve ser do sócio considerado como ostensivo.

(Adaptada - Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXV - Primeira Fase)

A empresa de viagens Balneário Gaivota Ltda. teve sua falência decretada com fundamento na impontualidade no pagamento de crédito no valor de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais).

Na relação de credores apresentada pela falida para efeito de publicação consta o crédito em favor do Banco Princesa S/A. no valor, atualizado até a data da falência, de R\$ 90.002, 50 (noventa mil e dois reais e cinquenta centavos), garantido por constituição de propriedade fiduciária.

Ao ler a relação de credores e constatar tal crédito, é correto afirmar que

- a. o crédito do Banco Princesa S/A. não se submeterá aos efeitos da falência, e prevalecerão as condições contratuais originais assumidas pela devedora antes da falência perante o fiduciário.
- b. o crédito do Banco Princesa S/A. submeter-se-á aos efeitos da falência, porém o bem garantido pela propriedade fiduciária será alienado de imediato para pagamento, exclusivamente aos credores extraconcursais.
- c. o crédito do Banco Princesa S/A. não se submeterá aos efeitos da falência, permitindo ao falido permanecer na posse do imóvel até o encerramento da falência, tendo inclusive o direito de preferência.**
- d. o crédito do Banco Princesa S/A. submeter-se-á aos efeitos da falência e será pago na ordem legal, sendo considerado como direito de o credor pleitear a restituição do bem.
- e. o crédito do Banco Princesa S/A. submeter-se-á aos efeitos da falência e será pago na ordem dos créditos concursais como garantia real em garantia.

A Lei 11.101/05 determina que “Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor”. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a. A crise organizacional é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial
- b. A crise patrimonial é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial
- c. A crise econômico-financeira é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial

d. A crise econômico-financeira é importante para a caracterização da falência e também para a recuperação judicial

e. A crise de rigidez e de eficiência são importantes para a caracterização da falência e também para a recuperação judicial

A sociedade empresária Bar limpo Ltda contestou um pedido de falência, apresentando um pedido de recuperação judicial.

Após analisar o pedido de recuperação, feito no prazo de contestação de um pedido de falência, o juiz indeferiu a recuperação.

O devedor apresentou o recurso cabível e o tribunal manteve a decisão, negando o pedido de recuperação, ocorrendo o trânsito em julgado.

Dante da situação, assinale a alternativa correta

a. Cabe aos credores a decisão de qual processo será dado continuidade, se o de recuperação ou o de falência.

b. O pedido de recuperação será arquivado e a falência será decretada.

c. Tanto o pedido de recuperação como o pedido de falência serão arquivados.

d. O pedido de recuperação judicial será convertido em recuperação extrajudicial.

e. O pedido de falência será arquivado e o juiz diante do princípio da preservação da empresa deferirá a recuperação.

Feedback

Tendo em vista que o pedido falência foi realizado e o devedor pediu recuperação, caso seja deferida a recuperação a falência será arquivada, caso seja negado o pedido de recuperação, a falência será decretada.

No entanto, caso o pedido inicial seja o de recuperação, o juiz poderá deferir ou indeferir o pedido, se deferido teremos início a 2a fase da recuperação. Se o pedido de recuperação foi indeferido o juiz não pode determinar a falência, mas apenas determinar o arquivamento da recuperação.

Um sindicato de trabalhadores (associação) — SINFO —, cuja precípua e efetiva atividade é a de defender os direitos laborais de seus associados resolveu montar, na luta para aumentar seus parcios rendimentos em sua sede administrativa em Brasília, uma pequena loja temática para ali vender, tão-somente, camisas, bonés e bijuterias com sua marca.

Para tanto, Carlos Magno, associado e representante legal (administrador) da SINFO, encomendou a confecção desses produtos à Serigrafias Ltda., comprando-os dessa fábrica para, posteriormente, revendê-los na referida loja, o que faz regularmente há, pelo menos, dois anos.

No ano de 2018/2019, porém, as vendas não foram razoáveis, o que levou o SINFO a inadimplir dívida no valor de R\$ 6.000,00, representada em nota promissória subscrita pelo Sindicato, a qual foi devidamente protestada por falta de pagamento. Dois meses após esse protesto, a credora, Serigrafias Ltda., resolveu levar sua demanda ao foro judicial.

Assim, Serigrafias Ltda. com sede administrativa e fiscal em Goiânia ingressou com pedido de decretação da falência do SINFO, na 4a Vara Civil da cidade de Goiana, apresentando documentos que comprovavam as informações acima mencionadas, quais sejam, a condição empresarial do autor da ação, a existência da pequena loja na sede do devedor, a atividade de venda de bens, o título de crédito, o inadimplemento da dívida e o referido protesto ordinário.

No pedido, Serigrafias Ltda. alegou, quanto à legitimidade passiva, que o SINFO, por comprar mercadorias para posteriormente revendê-las no mercado com claro intuito de lucro, estaria realizando atos de comércio de modo habitual, o que caracterizaria sua condição de empresário, nos termos do art. 966 do CC.

Segundo a alegação de Serigrafias Ltda., essa condição estaria agravada por se tratar de empresário atuando com tipo impróprio de personalidade jurídica — associação civil —, em evidente exercício irregular da atividade empresarial. Serigrafias Ltda. alegou, ainda, que o fato jurídico desencadeador da falência seria o cabal inadimplemento de obrigação líquida, materializada no título de crédito antes mencionado. O juízo competente segundo da LREF é

- a. a sede matriz
- b. o principal estabelecimento do devedor
- c. a sede administrativa
- d. o domicílio do devedor
- e. a sede com o maior volume de negócios**

Feedback

LREF. Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Uma empresa teve a sua falência requerida em janeiro de 2005, sendo que a sentença foi proferida em maio de 2005. Desta forma, qual a norma aplicável ao caso

- a. Até a decisão o DL 7661/1945 e depois da decisão a Lei 11.101/2005.

b. A primeira fase da falência será regida pelo DL 7661/1945 e da decisão em diante a Lei 11.101/2005.

c. A Lei 11.101/2005 em todo o processo.

d. Todo o processo será regido pelo DL 7661/1945.

e. A primeira e a segunda fase no DL 7661/1945, por ser a norma de vigência, mas a partir de junho, com vigência da LREF aplica-se ela em diante.

Assinale a afirmativa que completa corretamente o fragmento a seguir. A sentença que decreta a falência de uma empresa,

a. deverá declarar a indisponibilidade dos bens dos sócios da sociedade limitada falida.

b. apresentará o quadro geral de credores.

c. determinará obrigatoriamente o encerramento das atividades do falido e a lacração dos estabelecimentos empresariais.

d. extinguirá a pessoa jurídica da empresa falida.

e. ordenará ao Registro Público de Empresas que no registro da empresa falida conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação do falido para o exercício de qualquer atividade empresarial.

A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações, fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 dias contados

a. da decretação da falência.

b. do deferimento da recuperação judicial.

c. da distribuição da primeira execução.

d. do primeiro protesto por falta de pagamento.

e. do último protesto por falta de pagamento tirado antes da decretação da falência.

O Art. 75 da LFRE determina que “Art. 75. A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a: I - preservar e a otimizar a utilização produtiva dos bens, dos ativos e dos recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa;”.

Desta forma análise as afirmações abaixo e aponte aquele que não corresponde a um princípio falimentar:

a. do saisine

- b. da economia processual
 - c. da celeridade processual
 - d. da maximização do ativo
 - e. par conditum creditorum
-

A hipótese que NÃO autoriza a declaração da falência é:

- a. requerimento de concordata preventiva, distribuído no dia seguinte ao pedido de falência, antes da realização da citação do devedor.
 - b. realização do depósito elisivo.**
 - c. requerimento com base em duplicata, sem aceite do devedor, instruído com a comprovação da entrega da mercadoria e o instrumento do protesto.
 - d. omissão na indicação de bens à penhora, por parte do executado, na execução de título de crédito.
 - e. decurso de um ano da morte do devedor.
-

A empresa VESPA AUTOMÓVEIS LIMITADA teve vários cheques e notas promissórias protestadas por falta de pagamento no valor de 60.000,00 (sessenta mil reais) e, após tentativas infrutíferas de recebimento, a firma Multimídia Acessórios Automotivos Ltda requereu falência da primeira

com base na Lei no 11.101/ 2005. Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas, observando a LREF.

(I) O pedido foi realizado tendo em consideração a impontualidade injustificada, mas será indeferido

PORQUE

(II) o protesto realizada na forma do enunciado é um protestos simples.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b. As asserções I e II são proposições falsas.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.**

Feedback

Segundo o art. 94,I combinado 9o da LREF, o pedido de falência com base na impontualidade injustificada deve conter entre outros requisitos o protesto para fins falimentares

As condutas relacionadas nas alternativas a seguir, quando realizadas pelo devedor, podem ser consideradas como atos de falência.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

- I. Dar ou reforçar garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo.
- II. transferir estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo.
- III. Simular a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor.
- IV. Deixar de pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados.

Assim, assinale apenas os itens corretos que correspondam aos motivos que são considerados atos falimentares

- a. II e IV
 - b. I e III
 - c. I, II e III**
 - d. I, II e IV
 - e. III e IV
-

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta:

- (i) as execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os corresponsáveis entre elas.

PORQUE

(II) a nova legislação permite que a fazenda pública e tenha um incidente de classificação de crédito público idêntico aos demais credores .

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- b. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

Item I correto. Art. 7-A § 4 - V - as execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os responsáveis.

Item II - Errado - A fazenda pública terá um incidente para classificar os seus créditos na falência mas não é identico aos demais credores. (Art. 7-A)

FALÊNCIA



Sujeito Ativo

- Art. 97. Podem requerer a falência do devedor:
 - I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei;
 - II – o cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante;
 - III – o cotista ou o acionista do devedor na forma da lei ou do ato constitutivo da sociedade;
 - IV – qualquer credor.
- § 1º O credor empresário apresentará certidão do Registro Público de Empresas que comprove a regularidade de suas atividades.
- § 2º O credor que não tiver domicílio no Brasil deverá prestar caução relativa às custas e ao pagamento da indenização de que trata o art. 101 desta Lei.

Fundamentos

- Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:
- I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;
 - **Impontualidade injustificada.**
 - II – executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;
 - **Execução frustada.**
 - III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:
 - **Atos falimentares**
- a) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos;

- b) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não;
 - c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;
 - d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;
 - e) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;
 - f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;
 - g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial.
- § 1º Credores podem reunir-se em litisconsórcio a fim de perfazer o limite mínimo para o pedido de falência com base no inciso I do caput deste artigo.
- § 2º Ainda que líquidos, não legitimam o pedido de falência os créditos que nela não se possam reclamar.
- § 3º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com os títulos executivos na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei, acompanhados, em qualquer caso, dos respectivos instrumentos de protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica.
- § 4º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com certidão expedida pelo juízo em que se processa a execução.
- § 5º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o pedido de falência descreverá os fatos que a

caracterizam, juntando-se as provas que houver e especificando-se as que serão produzidas.

I) Impontualidade injustificada:

Se ele deixa de pagar sem motivos uma obrigação com certas características, o estado de insolvência é presumido, vale dizer, é considerado insolvente o devedor que não paga, sem relevante razão de direito, dívida líquida constante de título ou títulos executivos, cujo valor ultrapasse quarenta salários-mínimos

Caso o devedor tenha relevantes razões para não efetuar o pagamento, não se pode falar em insolvência do devedor. Essas relevantes razões de direito são as mais diversas possíveis, havendo alguns exemplos no art. 96 da Lei n. 11.101/2005, como a quitação da obrigação, a falsidade do título que a legitima, a prescrição, a nulidade da obrigação ou qualquer outro fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título.

a) Títulos executivos:

Eles são necessários para comprovar a existência da dívida.

Valem todos os títulos executivos, sejam eles judiciais (CPC/2015 – art. 515) ou extrajudiciais (CPC/2015 – art. 784 e leis esparsas).

2) Execução frustrada:

Configura a execução frustrada a penhora de bens insuficientes para cobrir o total da dívida. Sendo assim, apenas a penhora integral afasta a configuração da execução frustrada.

Havendo a configuração da execução frustrada, poderá ser requerida a falência do devedor, não sendo admissível a simples conversão da execução em pedido de falência, sobretudo pela diversidade de ritos.

3) Atos de falência:

Também pode ser presumida a insolvência da prática dos chamados atos de falência, os quais poderiam ser definidos como sinais exteriores da ruína patrimonial, isto é, sinais exteriores da impossibilidade de pagar suas obrigações.

Tais atos não são compatíveis com exercício seguro, duradouro e prudente da atividade empresarial, denotando assim a insolvência do devedor.

Rol taxativo de atos que podem ser considerados atos de falência (Lei n. 11.101/2005 – art. 94, III) - afasta a presunção de insolvência quando o ato for praticado com fundamento em um plano de recuperação judicial.

Nessas hipóteses, o pedido de falência descreverá os fatos que a caracterizam, juntando-se as provas que houver e especificando-se as que serão produzidas.

Juiz

Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Reu

Art. 2º Esta Lei não se aplica a:

I – empresa pública e sociedade de economia mista;
II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

Defesa

Art. 98. Citado, o devedor poderá apresentar contestação no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Nos pedidos baseados nos incisos I e II do caput do art. 94 desta Lei, o devedor poderá, no prazo da contestação, depositar o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios, hipótese em que a falência não será decretada e, caso julgado procedente o pedido de falência, o juiz ordenará o levantamento do valor pelo autor.

Art. 96. A falência requerida com base no art. 94, inciso I do caput, desta Lei, não será decretada se o requerido provar:

- I – falsidade de título;
- II – prescrição;
- III – nulidade de obrigação ou de título;
- IV – pagamento da dívida;
- V – qualquer outro fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título;
- VI – vício em protesto ou em seu instrumento;
- VII – apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação, observados os requisitos do art. 51 desta Lei;
- VIII – cessação das atividades empresariais mais de 2 (dois) anos antes do pedido de falência, comprovada por documento hábil do Registro Público de Empresas, o qual não prevalecerá contra prova de exercício posterior ao ato registrado.

§ 1º Não será decretada a falência de sociedade anônima após liquidado e partilhado seu ativo nem do espólio após 1 (um) ano da morte do devedor.

§ 2º As defesas previstas nos incisos I a VI do caput deste artigo não obstam a decretação de falência se, ao final, restarem obrigações não atingidas pelas defesas em montante que supere o limite previsto naquele dispositivo.

Posturas do devedor

Realizada a citação, o caminho do pedido de falência dependerá da postura adotada pelo devedor, uma vez que a lei lhe dá diversas opções que podem até prejudicar o pedido. Uma vez citado, o devedor poderá:

- Apresentar pedido de recuperação judicial;
- Efetuar o depósito elisivo, com ou sem contestação;
- Contestar o pedido no prazo de 10 dias;
- Ficar inerte;
- Reconhecer o pedido.

A depender da postura adotada, o processo tomará rumos distintos.

I) Pedido de recuperação judicial:

Se o devedor reconhecer que está passando por uma crise econômico-financeira que pode ser superada, dá-se a ele a possibilidade de tentar superar essa crise

Deve haver apenas a suspensão do trâmite do pedido de falência, nos casos de credor submetido aos efeitos do plano de recuperação. Os pedidos feitos por credores não abrangidos pela recuperação tramitarão normalmente.

Acreditamos que a hipótese é de suspensão, porque, embora o pedido de recuperação judicial também possa culminar na falência (Lei n. 11.101/2005 – art. 73), é certo que ele eventualmente poderá ser extinto por questões processuais, sem a decisão sobre o mérito do pedido.

Nesses casos, seria possível voltar e decidir o pedido de falência. Em todo caso, com a concessão da recuperação judicial, se a obrigação estiver submetida ao plano de recuperação, o pedido de falência será elidido.

2) Depósito Elisivo:

Outra postura que pode ser adotada pelo devedor citado em um pedido de falência é a realização do chamado depósito elisivo, isto é, a realização de um depósito impeditivo da decretação da falência.

Art. 98, parágrafo único.

Esse depósito deve abranger o valor total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios

Ora, se ele consegue fazer esse depósito, não há motivo para presumir a sua insolvência e, consequentemente, não há motivo para decretação da falência.

O objetivo do depósito elisivo é impedir a decretação da falência requerida, deslocando a análise do juiz para o exame da legitimidade do crédito¹¹⁶⁴, vale dizer, “feito o regular depósito, a via falimentar, por conta daquele pedido não se configura”

Pelo teor literal do art. 98, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005, tal depósito só será admitido nos pedidos de falência baseados na impondibilidade e na execução frustrada, uma vez que nesses casos o depósito afasta a configuração da insolvência.

Ao realizar esse depósito, o devedor poderá também apresentar ou não contestação.

Não havendo contestação, o depósito elisivo tem um objetivo de pagamento, para impedir a decretação da falência.

Assim, o devedor reconhece a existência da dívida e, por isso, caberá ao credor o levantamento do valor depositado, mas não há que se cogitar de procedência do pedido, como leva a crer o art. 98, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005. Nesse caso, deve-se julgar elidido o pedido de falência e não procedente, pois a procedência do pedido significaria a decretação da falência.

*Elidido = eliminado, extinto.

Havendo contestação do devedor, o objetivo do depósito elisivo continua a ser impedir a decretação da falência, mas ele passa a ter a natureza de cautela, deslocando a análise do juiz para o exame da legitimidade do crédito. Nesse caso, também não há que se cogitar de decretação da falência, mas de uma discussão sobre o crédito reclamado, vale dizer, caberá ao juiz, em última análise, decidir quem levantarão o depósito.

Caso acolha as razões do devedor, o juiz denegará o pedido de falência e determinará o levantamento do depósito pelo próprio devedor.

Caso não aceite as razões do devedor, o juiz deverá julgar elidido o pedido de falência e determinará o levantamento do depósito pelo credor.

3) Contestação:

Simples apresentação de contestação ao pedido, com o objetivo de evitar a decretação da falência.

Caso em que só tiver essa contestação.

O devedor poderá levantar questões processuais com o intuito de ver extinto o processo sem julgamento do mérito. Questões relacionadas ao

processo de falência, como incompetência, inépcia da petição inicial, ilegitimidade ativa e irregularidade de representação, são exemplos de matérias que podem ser suscitadas pelo devedor nessa contestação.

Registre-se, porém, que qualquer matéria processual poderá ser levantada nessa defesa apresentada pelo devedor.

Qualquer que seja a matéria levantada na contestação, caberá ao juiz apreciá-la e decidir o pedido, extinguindo-o sem julgamento do mérito, denegando-o ou decretando a falência.

4) Revelia/ inércia:

O devedor citado também poderá ficar inerte ou mesmo reconhecer o pedido. A inércia do devedor equivale à revelia e gera confissão quanto à matéria de fato.

Nesse caso, caberá ao juiz verificar se, com a confissão da matéria de fato, estão presentes todos os pressupostos necessários à decretação da falência, isto é, não se deve cogitar automaticamente de decretação da falência nesses casos. A matéria de direito sempre será apreciada pelo juizo, cabendo-lhe decidir se é ou não caso de decretação da falência, especialmente no aspecto da legitimidade passiva específica.

De modo similar, o reconhecimento do pedido também gera, no pedido de falência, apenas a confissão quanto à matéria de fato, pois mesmo um pedido de autofalência pode ser indeferido pelo juiz.

O reconhecimento do pedido aqui não conduz necessariamente à decretação da falência, pois a falência depende de pressupostos específicos que não se preenchem exclusivamente pela manifestação das partes.

Revelia: falência deferida.

Recuperação judicial:

→ RJ deferida: ela segue.

→ RJ indeferida: falência.

Contestação:

- Deferida Inic: Falência.
- Indeferida Inic: arquivamento da falência.

Pagar depósito elisivo: falência extinta.

Decisão

A decretação judicial da falência só poderá ocorrer em três tipos de processos: na recuperação judicial, na autofalência e no pedido de falência.

I) Convolução em falência:

Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

I – por deliberação da assembleia-geral de credores, na forma do art. 42 desta Lei;

II – pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo do art. 53 desta Lei;

III - quando não aplicado o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 56 desta Lei, ou rejeitado o plano de recuperação judicial proposto pelos credores, nos termos do § 7º do art. 56 e do art. 58-A desta Lei;

IV – por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei.

V - por descumprimento dos parcelamentos referidos no art. 68 desta Lei ou da transação prevista no art. 10-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

VI - quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.

Havendo a convulação da recuperação em falência, os atos praticados durante o período de recuperação permanecerão válidos, desde que tenham obedecido à legislação.

De outro lado, a novação operada em relação aos créditos abrangidos no plano deixará de produzir efeitos, isto é, os créditos retornarão às suas condições originais, desde que ainda não tenham sido extintos.

2) Autofalência:

O devedor toma a iniciativa de requerer sua autofalência, como forma de liquidação judicial do seu patrimônio. Trata-se de uma confissão da situação de insolvência e da impossibilidade de superação desse estado.

Não há nenhuma sanção para a falta do pedido e, por isso, não se pode falar propriamente em um dever jurídico de requerer a autofalência.

É uma opção do devedor.

Pode ser pedida pelos empresários irregulares.

Precisa ser decisão do próprio empresário, que poderá até ser representado, mas em uma representação convencional, por procuração.

3) Pedido de falência:

Processo iniciado por terceiros com o objetivo de verificar a presença dos dois primeiros pressupostos e decretar a falência, caso não exista nenhum fato impeditivo.

Efeitos em relação aos vencimentos

I) Suspensão:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei;

II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

2) Antecipada:

Art. 77. A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos desta Lei.

Efeitos em relação aos credores

Art. 7-20.

I) Administrador judicial:

Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

§ 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.

2) Jud:

Art. 8º No prazo de 10 (dez) dias, contado da publicação da relação referida no art. 7º, § 2º, desta Lei, o Comitê, qualquer credor, o devedor ou seus sócios ou o Ministério Pùblico podem apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado.

Parágrafo único. Autuada em separado, a impugnação será processada nos termos dos arts. 13 a 15 desta Lei.

§ 5º As habilitações de crédito retardatárias, se apresentadas antes da homologação do quadro-geral de credores, serão recebidas como impugnação e processadas na forma dos arts. 13 a 15 desta Lei.

§ 6º Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil,

requerer ao juízo da falência ou da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito.

§ 10. O credor deverá apresentar pedido de habilitação ou de reserva de crédito em, no máximo, 3 (três) anos, contados da data de publicação da sentença que decretar a falência, sob pena de decadência.

Art. 19. O administrador judicial, o Comitê, qualquer credor ou o representante do Ministério Pùblico poderá, até o encerramento da recuperação judicial ou da falência, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no [Código de Processo Civil](#), pedir a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou, ainda, documentos ignorados na época do julgamento do crédito ou da inclusão no quadro-geral de credores.

§ 1º A ação prevista neste artigo será proposta exclusivamente perante o juízo da recuperação judicial ou da falência ou, nas hipóteses previstas no art. 6º, §§ 1º e 2º, desta Lei, perante o juízo que tenha originariamente reconhecido o crédito.

§ 2º Proposta a ação de que trata este artigo, o pagamento ao titular do crédito por ela atingido somente poderá ser realizado mediante a prestação de caução no mesmo valor do crédito questionado.

Efeitos em relação aos negócios

Ineficácia (129 a 138):

- Objetiva (129)
- Subjetiva (130)

Restituição (85-93)

Obrigações e contratos (115-128)

I) Ineficácia objetiva:

Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado

de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores:

I – o pagamento de dívidas não vencidas realizado pelo devedor dentro do termo legal, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, ainda que pelo desconto do próprio título;

II – o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato;

III – a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente; se os bens dados em hipoteca forem objeto de outras posteriores, a massa falida receberá a parte que devia caber ao credor da hipoteca revogada;

IV – a prática de atos a título gratuito, desde 2 (dois) anos antes da decretação da falência;

V – a renúncia à herança ou a legado, até 2 (dois) anos antes da decretação da falência;

VI – a venda ou transferência de estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, não houver oposição dos credores, após serem devidamente notificados, judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos;

VII – os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenotação anterior.

Parágrafo único. A ineficácia poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo.

2) Ineficácia subjetiva:

Art. 130. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o

conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.

Art. 131. Nenhum dos atos referidos nos incisos I, II, III e VI do caput do art. 129 desta Lei que tenham sido previstos e realizados na forma definida no plano de recuperação judicial ou extrajudicial será declarado ineficaz ou revogado.

Art. 132. A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Pùblico no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.

Art. 133. A ação revocatória pode ser promovida:

I – contra todos os que figuraram no ato ou que por efeito dele foram pagos, garantidos ou beneficiados;

II – contra os terceiros adquirentes, se tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar os credores;

III – contra os herdeiros ou legatários das pessoas indicadas nos incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 134. A ação revocatória correrá perante o juízo da falência e obedecerá ao procedimento ordinário previsto na [Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973](#) - Código de Processo Civil.

Art. 135. A sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos.

Parágrafo único. Da sentença cabe apelação.

Art. 136. Reconhecida a ineficácia ou julgada procedente a ação revocatória, as partes retornarão ao estado anterior, e o contratante de boa-fé terá direito à restituição dos bens ou valores entregues ao devedor.

I) Restituição:

Na restituição, o credor quer a devolução do seu bem, que é dele por inteiro.

Ex: o veículo de Maria estava na posse de uma concessionária, a loja foi lacrada e o carro foi arrecadado. O AJ faz a arrecadação e não pode dar o carro para Maria. Ela precisa entrar com uma ação de restituição.

Art. 85. O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.

Parágrafo único. Também pode ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada.

I) Contratos e obrigações:

Art. 115. A decretação da falência sujeita todos os credores, que somente poderão exercer os seus direitos sobre os bens do falido e do sócio ilimitadamente responsável na forma que esta Lei prescrever.

Art. 116. A decretação da falência suspende:

I – o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial;

II – o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.

PAGAMENTO

-Restituição in natura.

-Extraconcursal (84) - posterior

-Concursal (83) - passado

-Feito com todos os créditos julgados (art. 16 e 18)

Art. 149. Realizadas as restituições, pagos os créditos extraconcursais, na forma do art. 84 desta Lei, e consolidado o quadro-geral de credores, as importâncias recebidas com a realização do ativo serão destinadas ao pagamento dos credores, atendendo à classificação prevista no art. 83 desta Lei, respeitados os demais dispositivos desta Lei e as decisões judiciais que determinam reserva de importâncias.

§ 1º Havendo reserva de importâncias, os valores a ela relativos ficarão depositados até o julgamento definitivo do crédito e, no caso de não ser este finalmente reconhecido, no todo ou em parte, os recursos depositados serão objeto de rateio suplementar entre os credores remanescentes.

§ 2º Os credores que não procederem, no prazo fixado pelo juiz, ao levantamento dos valores que lhes couberam em rateio serão intimados a fazê-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, após o qual os recursos serão objeto de rateio suplementar entre os credores remanescentes.

Art. 150. As despesas cujo pagamento antecipado seja indispensável à administração da falência, inclusive na hipótese de continuação provisória das atividades previstas no inciso XI do caput do art. 99 desta Lei, serão pagas pelo administrador judicial com os recursos disponíveis em caixa.

Art. 151. Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.

I) Extraconcursal:

**Sempre que tiver escrito "massa falida" é crédito extraconcursal.

Art. 84. Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, aqueles relativos:

I-A - às quantias referidas nos arts. 150 e 151 desta Lei;

I-B - ao valor efetivamente entregue ao devedor em recuperação judicial pelo financiador, em conformidade com o disposto na Seção IV-A do Capítulo III desta Lei;

I-C - aos créditos em dinheiro objeto de restituição, conforme previsto no art. 86 desta Lei;

I-D - às remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos

derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência;

I-E - às obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, nos termos do art. 67 desta Lei, ou após a decretação da falência;

II - às quantias fornecidas à massa falida pelos credores;

III - às despesas com arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência;

IV - às custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida;

V - aos tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei.

§ 1º As despesas referidas no inciso I-A do caput deste artigo serão pagas pelo administrador judicial com os recursos disponíveis em caixa.

§ 2º O disposto neste artigo não afasta a hipótese prevista no art. 122 desta Lei.

Além do art. 83, I, são trabalhistas, os seguintes créditos:

a) honorários sucubenciais.

b) os créditos do representante comercial (art. 44, lei 4886)

c) FGTS

*Os créditos com privilégio especial e geral são considerados quirografários, art. 83, 6º

*Caso um vendedor venda seu crédito, ele será considerado como quirografário. (foi revogado)

-O que vale: caso ocorra uma cessão de crédito na falência, manterá a sua classificação original. (art. 83, § 5º)

*São considerados créditos quirografários, todos aqueles não classificados de outra forma na lei,

aqueles valores superiores a 150 salários mínimos devidos aos trabalhadores, bem como o valor superior ao limite do bem gravado.

Após os quirografários, existem as multas que são chamados de sub-quirografários (art. 83, VII)

Por último, tem os créditos subordinados, aqueles determinados por lei ou por contrato. Os créditos dos Adm da empresa sem vínculo trabalhista são subordinados.

[05 - Exercício Avaliativo](#)

[06 - Exercício Avaliativo](#)

[07 - Exercício Avaliativo](#)

[08 - Exercício Avaliativo](#)

05 - Exercício Avaliativo

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) A suspensão da prescrição não atinge os crédito tributários, visto que as normas relativas à prescrição e à decadência tributárias têm natureza de normas gerais de direito tributário, cuja disciplina é reservada a lei complementar

PORQUE

(II) A decretação da falência não implica a suspensão do prazo prescricional, não sendo a cobrança judicial do crédito tributário sujeita à habilitação em falência, em face da previsão do art. 187 do CTN.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c. As asserções I e II são proposições falsas.

d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

A resposta correta é a alternativa a. **A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**

A asserção I está correta pois, de fato, a suspensão da prescrição não atinge os créditos tributários. A prescrição tributária é regida por lei complementar, sendo considerada norma geral de direito tributário. (STF – Súmula Vinculante 8)

A asserção II é falsa, visto que a decretação de falência **implica sim a suspensão da prescrição**. O que ocorre é que essa suspensão não se aplica aos créditos tributários. A cobrança judicial de crédito tributário, contudo, não se sujeita à habilitação em falência, em face da previsão do art. 187 do CTN.

A empresa XLatildog Itda teve a sua falência decretada e tem as seguintes ações e execuções em curso.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir, no tocante às questões que não serão suspensas pela decretação da falência da empresas:

- (I) Ação trabalhista proposta por Antonio.
- (II) Execução fiscal proposta pelo Município de Luz (MG).
- (III) Uma demanda arbitral em curso.
- (IV) Execução trabalhista em curso.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. II e IV
- b. III e IV
- c. I, II e IV
- d. I e III
- e. I, II e III**

QUESTÃO SIMILAR:

A empresa XLatildog Itda teve a sua falência decretada e tem as seguintes ações e execuções em curso.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir, no tocante às questões que não serão suspensas pela decretação da falência da empresas:

- (I) Ação trabalhista proposta por Antonio.
- (II) Demanda envolvendo quantia ilíquida.
- (III) uma demanda arbitral em curso.
- (IV) Execução trabalhista em curso.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. I, II e IV
- b. I, II e III**
- c. III e IV
- d. I e III
- e. II e IV

Com a decretação da falência as dívidas do devedor e dos sócios com responsabilidade ilimitadas passam a ser consideradas vencidas na data da sentença que decretar a falência, abatendo-se de forma proporcional os juros.

Considerando esse contexto e a posição do professor, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Haverá vencimento antecipado, levando em consideração o câmbio do dia da decretação da falência, levando em consideração no caso de taxa flutuante, a média do mercado apurada no dia e se não existir taxa no dia da decretação da quebra leva-se em consideração a média do dia posterior

PORQUE

(II) a ideia de vencimento antecipado não acarreta a necessidade de que os juros futuros devem ser abatidos, quando da decretação da falência em decorrência do vencimento antecipado das dívidas do falido, ou seja, igualar os credores para instaurar o par conditio creditorum.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- c. As asserções I e II são proposições falsas.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**

Feedback

Haverá vencimento antecipado, levando em consideração o câmbio do dia da decretação da falência, levando em consideração no caso de taxa flutuante, a média do mercado apurada no dia e se não existir taxa no dia da decretação da quebra leva-se em consideração a média do dia posterior.

a ideia de vencimento antecipado acarreta a necessidade de que os juros futuros devem ser abatidos, quando da decretação da falência em decorrência do vencimento antecipado das dívidas do falido, ou seja, igualar os credores para instaurar o par conditio creditorum.

A Cláusula penal é obrigação acessória em que se estipula pena ou multa destinada a evitar o inadimplemento da obrigação principal ou o retardamento de seu cumprimento.

Considerando esse contexto e a posição do professor, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) As cláusulas penais dos contratos unilaterais não serão atendidas se as obrigações neles estipuladas se vencerem em virtude da falência

PORQUE

(II) representaria um encargo pesado à massa responder pelo inadimplemento do contrato cuja cláusula só foi açãoada por causa da decretação da falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**

- b. As asserções I e II são proposições falsas.
 - c. **As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
 - d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
-

Segundo o art. 126 da LREF, nas relações patrimoniais não reguladas expressamente pela LREF, caberá ao juiz decidir o caso atendendo à unidade, à universalidade do concurso e à igualdade de tratamento dos credores, observado o disposto no art. 75 da LREF.

Dante dos efeitos da decretação da falência assinale a alternativa correta:

- a. **No processo de falência, a incidência de juros e correção monetária sobre os créditos habilitados deve ocorrer até a decretação da quebra, entendida como a data da prolação da sentença e não sua publicação**
 - b. Contra a massa falida são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato.
 - c. A decretação da falência não suspende o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
 - d. As obrigações sujeitas as condições suspensas (enquanto não acontecer não se realiza o direito) se sujeitam ao vencimento antecipado
 - e. A decretação da falência não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação.
-

A decretação da falência acarreta diversos efeitos. Assinale a alternativa correta:

- a. **Em caso de falência do espólio, ficará suspenso o processo de inventário, cabendo ao AJ a realização de atos pendentes em relação aos direitos e obrigações da massa falida.**
- b. A atualização monetária não deverá ser realizada até a data do efetivo pagamento, uma vez que ela representa acréscimo no valor do crédito, se utilizando do índice da tabela de correção dos débitos judiciais.
- c. o credor de coobrigados solidários cujas falências tenham sido decretadas tem o direito de concorrer em apenas na falência do devedor principal.
- d. De acordo com posição do STJ é a prisão civil do depositário quando, decretada a falência da empresa, sobrevém a arrecadação do bem pelo síndico.

e. Os juros dos créditos com garantia real, mesmo vencidos após a decretação da falência não podem ser alocados na classe dos direitos reais.

Feedback

Art. 125. Na falência do espólio, ficará suspenso o processo de inventário, cabendo ao administrador judicial a realização de atos pendentes em relação aos direitos e obrigações da massa falida.

Com a decretação da falência o juiz do principal se torna prevento para julgar as ações envolvendo o falido.

A esse respeito e com base nas decisões do STJ, avalie as afirmações a seguir.

(I) A unidade do juízo falimentar refere-se que há apenas um único juiz competente para decretar a falência do devedor, salvo as questões envolvendo transnacionalidade, visto que a falência de uma sociedade no exterior não acarreta a falência de sua filial no Brasil, tendo em vista a competência absoluta do art. 3º da LREF .

(II) A universalidade (universalidade material ou obrigacional) significa que todos os credores do falido, fossem eles quais fossem, deveriam concorrer ao juízo falimentar, para que possam receber os seus créditos.

(III) Ações e execuções trabalhistas são de competência da justiça do trabalho tendo em vista a determinação da Constituição Federal.

(IV) A indivisibilidade (universalidade formal ou processual) do juízo falimentar, pela qual o juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido.

É correto apenas o que se afirma em

- a. I, II e III, apenas
- b. I e III, apenas
- c. I, II e IV, apenas**
- d. III e IV, apenas
- e. II e IV, apenas

Os credores das ações que não forem atraídas pelo juízo falimentar poderão requerer a reserva de valores, perante o juízo em que processa a respectiva ação.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) O juiz competente para julgar a ação de conhecimento poderá determinar a reserva da importância que estimar devida na falência, e uma vez reconhecido a importância, valor do crédito líquido, o mesmo será incluído na classe própria

PORQUE

(II) a finalidade é do pedido de reserva objetiva salvaguardar o direito do credor cujo objeto é, ainda, ilíquido ou dependentes de cláusula suspensiva.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- d. As asserções I e II são proposições falsas.
- e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto e as regras do STJ, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a fomentar a recuperação judicial da empresa

PORQUE

(II) Os pedidos de falência estão sujeitos a distribuição obrigatória, respeitada a ordem de apresentação.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições falsas.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

A alternativa correta é a c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

A asserção I é falsa, pois a falência, em si, não visa a fomentar a recuperação judicial da empresa. O objetivo da falência é a liquidação do patrimônio do

devedor para a satisfação dos credores de forma organizada, quando a recuperação da empresa já não é mais viável. A falência é, portanto, um processo de execução coletiva, como destacado na fonte, com o objetivo de garantir a segurança do crédito e o pagamento do maior número possível de credores, conforme mencionado na fonte. A Lei n. 11.101/2005, que regulamenta a recuperação judicial e a falência, prevê o afastamento do devedor da gestão da empresa na falência justamente para proteger os interesses dos credores e garantir a lisura do processo de liquidação patrimonial.

A asserção II é verdadeira, pois os pedidos de falência, como qualquer ação judicial, **estão sujeitos à distribuição obrigatória, respeitando a ordem cronológica de apresentação**. Isso garante a isonomia entre os credores que buscam a satisfação de seus créditos por meio da falência. Não há, nas fontes fornecidas, informações específicas sobre a distribuição de pedidos de falência. No entanto, trata-se de um princípio geral do processo civil brasileiro, que se aplica a todas as ações judiciais, incluindo os pedidos de falência. (**Art. 78 da Lei nº 11.101**)

É importante observar que a falência e a recuperação judicial são institutos distintos, com objetivos e procedimentos diferentes. A recuperação judicial busca a superação da crise econômico-financeira da empresa, permitindo a sua continuidade, enquanto a falência visa à liquidação do patrimônio do devedor insolvente.

A decretação da falência suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Ações e execuções de quantia ilíquida serão suspensas pelo prazo de 180 dias úteis improrrogáveis

PORQUE

(II) na situação aplica-se o Código de Processo Civil na forma do art. 189 da LREF.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

c. As asserções I e II são proposições falsas.

- d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- e. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Feedback

o prazo de suspensão das questões no processo de falência não há prazo e na situação não se aplica o CPC, em relação aos dias úteis

06 - Exercício Avaliativo

A administração da falência é exercida por um administrador judicial, sob a imediata superintendência e direção do juiz.

Dentre as alternativas abaixo, qual delas apresenta as características exigidas de pessoa que pode ser administrador judicial.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

I - Profissional idôneo, preferencialmente advogado, contador, economista ou administrador de empresas.

II - Profissional idôneo, sem qualquer preferência com relação a área na qual atua.

III - Pessoa jurídica especializada na atuação de processos de recuperação e falência.

IV - Pessoa ligada ao falido diretamente e que já lidou com situação de falência anteriormente.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. II e IV, apenas
- b. I e III, apenas**
- c. I, II e III, apenas
- d. III e IV, apenas

A realização do ativo é, portanto, momento essencial no processo falimentar, em que o administrador judicial passa a fazer as vezes de liquidante. São formas ordinárias de alienação do ativo prevista na LREF:

- I - Leilão.
- II - Pregão.
- III - Processo competitivo.
- IV - Hasta pública.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. III e IV, apenas
- b. I, II e III, apenas
- c. I e III, apenas**
- d. I, II e IV, apenas
- e. II e IV, apenas

Feedback

Art. 142. O juiz, ouvido o administrador judicial e atendendo à orientação do Comitê, se houver, ordenará que se proceda à alienação do ativo em uma das seguintes modalidades:

I – leilão, por lances orais;

(...)

IV - processo competitivo organizado promovido por agente especializado e de reputação ilibada, cujo procedimento deverá ser detalhado em relatório anexo ao plano de realização do ativo ou ao plano de recuperação judicial, conforme o caso;

Assinale a alternativa correta:

a. Os bens arrecadados **deverão** ser removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.

Art. 112, LREF. Os bens arrecadados **poderão** ser removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.

b. Logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência e o **Quadro Geral de Credores**, será iniciada a realização do ativo.

Art. 139, LREF. Logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência, será iniciada a realização do ativo.

c. **Todas as formas de alienação de bens realizadas de acordo com a LREF serão consideradas, para todos os fins e efeitos, alienações judiciais.**

(Art. 142, § 8º , LREF)

d. Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho e o **arrematante responde** por obrigações decorrentes do contrato anterior.

Art. 141, § 2º, LREF. Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho e o **arrematante não responde** por obrigações decorrentes do contrato anterior.

e. As quantias recebidas a qualquer título serão imediatamente depositadas em conta remunerada de instituição financeira, atendidos os requisitos da lei ou das normas de organização judiciária e **estará disponível aos credores**.

Art. 147, LREF. As quantias recebidas a qualquer título serão imediatamente depositadas em conta remunerada de instituição financeira, atendidos os requisitos da lei ou das normas de organização judiciária.

QUESTÃO SIMILAR

Assinale a alternativa correta:

- a. Logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência e o Quadro Geral de Credores, será iniciada a realização do ativo.
- b. A alienação dos bens no processo de falência poderá ser realizado por meio de processo competitivo, desde que autorizado pela AGC ou deverá ser aprovada pelo juiz, considerada a manifestação do administrador judicial e do Comitê de Credores, se existente.**
- c. As quantias recebidas a qualquer título serão imediatamente depositadas em conta remunerada de instituição financeira, atendidos os requisitos da lei ou das normas de organização judiciária e estará disponível aos credores.
- d. Os bens arrecadados deverão ser removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.
- e. Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho e o arrematante responde por obrigações decorrentes do contrato anterior.

Quando é decretada a falência da sociedade empresária de responsabilidade limitada ou anônima, ocorre a formação da massa-falida, que corresponde à arrecadação de todo o patrimônio líquido da empresa falida.

Esta concentração de bens da empresa está limitada aos bens da empresa somente, as responsabilidades dos sócios são limitadas a sua participação societária, não podendo o processo falimentar invadir o patrimônio pessoal do sócio para a satisfação de credores, ainda que o capital não tenha sido integralizado totalmente pelo sócio, pois, nesse caso observado o processo judicial de integralização do capital social pelo administrador, o montante correspondente será buscado pela penhora de bens do sócio para integrar a massa-falida.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I - Com a decretação da falência o falido perde a disponibilidade e a propriedade dos seus bens

PORQUE

(II) os credores serão satisfeitos com a alienação dos bens do falido e dos sócios com responsabilidade ilimitada.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
 - c. As asserções I e II são proposições falsas.
 - d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
 - e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
-

A empresa Xisto laminados Ltda teve a sua falência decretada. O Administrador Judicial foi nomeado e tomou posse.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

I - a venda dos bens será unicamente realizada após a consolidação do quadro geral de credores.

II - a avaliação dos bens da massa falida precisará ser realizada pelo leiloeiro.

III - o administrador judicial poderá requerer ao juiz a venda antecipada de bens perecíveis, deterioráveis ou sujeitos a considerável desvalorização ou de conservação arriscada ou dispendiosa.

IV - A alienação da empresa terá por objeto o conjunto de determinados bens necessários à operação rentável da unidade de produção, que poderá compreender a transferência de contratos específicos.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. I, II e III, apenas
- b. III e IV, apenas**
- c. I e III, apenas
- d. II e IV, apenas

Feedback

art. 140 (...) § 2º A realização do ativo terá início independentemente da formação do quadro-geral de credores.

Art. 113. Os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, poderão ser vendidos antecipadamente, após a arrecadação e a avaliação, mediante autorização judicial, ouvidos o Comité e o falido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

De acordo com Fábio Ulhoa Coelho “a falência é causa de dissolução da sociedade empresária. O processo falimentar, no qual se realizam o ativo e passivo, é uma forma específica de dissolução- procedimento”.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) - A decretação da falência acarreta a inabilitação do falido para gerir a empresa falida

PORQUE

(II) - o falido se tornou relativamente incapaz com a falência, sendo seu assistente o Administrador Judicial.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições falsas.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Assinale a alternativa correta que complete a afirmação: O juiz poderá autorizar:

- a. Os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida objetiva, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, sem ouvir o Comitê.
- b. Os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, sem ouvir o Comitê.
- c. Os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, ouvido o Comitê.**
- d. Os credores, de forma individual, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, ouvido o Comitê.
- e. Os credores, de forma coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, ouvido o Comitê.

Sobre as atribuições do administrador judicial. A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

- I. O administrador judicial deve apresentar, no prazo de 40 (quarenta) dias, contado da assinatura do termo de compromisso, prorrogável por igual período, relatório sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência, no qual apontará a responsabilidade civil e penal dos envolvidos.**

II. O administrador judicial deve examinar a escrituração do devedor; relacionar os processos e assumir a representação judicial da massa falida, bem como receber e abrir a correspondência dirigida ao devedor, entregando a ele o que não for assunto de interesse da massa.

III. O administrador judicial deve, ao verificar a existência de bens perecíveis, deterioráveis ou sujeitos a considerável desvalorização ou de conservação arriscada ou dispendiosa, efetivar a venda independente de autorização e comunicar imediatamente ao juiz, tendo comprovação dos valores arrecadados.

IV. O administrador judicial deve requerer todas as medidas e diligências que forem necessárias para a proteção da massa ou a eficiência da administração e apresentar ao juiz, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao vencido, conta demonstrativa da administração que especifique com clareza a receita e a despesa.

É correto apenas o que se afirmar em

- a. I e III, apenas
- b. I, II e III, apenas
- c. II e IV, apenas
- d. III e IV, apenas
- e. I, II e IV, apenas**

Feedback

LREF. Art. 113. Os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, poderão ser vendidos antecipadamente, após a arrecadação e a avaliação, mediante autorização judicial, ouvidos o Comitê e o falido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

O grande responsável pelo bom desenvolvimento do processo falimentar é o administrador judicial, que deverá proceder a arrecadação dos bens do falido e realizar o procedimento de verificação e habilitação dos créditos.

Desta forma, assinale a alternativa correta em relação a composição do auto de arrecadação:

- a. Relação dos devedores e o laudo de avaliação
- b. Inventário e a relação de bens
- c. Laudo de avaliação e a relação dos débitos
- d. Laudo de avaliação dos bens e a relação dos credores
- e. Inventário e laudo de avaliação**

Feedback

Art. 110. O auto de arrecadação, composto pelo inventário e pelo respectivo laudo de avaliação dos bens, será assinado pelo administrador judicial, pelo falido ou seus representantes e por outras pessoas que auxiliarem ou presenciarem o ato.

Arrecadação dos bens é ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias, desta forma, assinale a alternativa correta:

- a. Deve ser realizada em ato continuo a decretação da falência
- b. Deve ser feita após a elaboração do quadro geral de credores.
- c. Deve ser feita após a homologação dos créditos.
- d. Deve ser feita após a verificação dos créditos.
- e. Deve ser feita após a nomeação do administrador e sua aceitação.**

Feedback

Art. 108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias.

07 - Exercício Avaliativo

O negócio jurídico é ineficaz quando por qualquer motivo legal não produz todos ou parte dos efeitos que, segundo o conteúdo das declarações de vontade que o integram, tenderia a produzir.

Considerando esse contexto e a LREF, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(I) o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato acarreta ineficácia objetiva

PORQUE

(II) É desnecessário a prova da existência do consilium fraudis e o eventos damni, tendo em vista a presunção iuris et de iure.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- c. As asserções I e II são proposições falsas.
- d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Feedback

LREF. Art. 129. II – o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo

legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato; (AgRg no Ag 489.545/RJ) e (REsp 604.315/SP). É desnecessário a prova da existência do consilium fraudis e o eventos damni, tendo em vista a presunção iuris et de iure (absoluta) (AgInt no AREsp 901.010/SC).

De acordo com a Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial), o Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembleia-geral o comitê de credores.

A esse respeito e observando a composição do comitê de credores, avalie as afirmações a seguir a respeito da sua composição.

I – apenas os titulares de créditos derivados da legislação do trabalho, com dois suplentes;

II – apenas os titulares de créditos com garantia real, com dois suplentes;

III – apenas os titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados, com dois suplentes;

IV - apenas os titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, com dois suplentes.

É correto apenas o que se afirma em

- a. II e III, apenas
- b. I e IV, apenas**
- c. I, II e IV
- d. III e IV, apenas
- e. I, II e III

Feedback

LREF. Art. 26. O Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembleia-geral e terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes;

II – 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes;

III – 1 (um) representante indicado pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 2 (dois) suplentes.

IV - 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.

Em relação à ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência, dispõe a Lei no 11.101/2005:

- a. A ineficácia poderá ser alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria distribuída por dependência, cuja decisão ocorrerá mediante análise de provas e após manifestação das partes, vedada sua declaração de ofício pelo juiz.
- b. A ação revocatória pode ser promovida contra os herdeiros ou legatários dos terceiros adquirentes, se estes tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar os credores.**
- c. A ação revocatória deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 2 (dois) anos contado da decretação da falência.
- d. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores, a prática de atos a título gratuito, desde 1 (um) ano antes da decretação da falência.
- e. A venda ou transferência de estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, mesmo que prevista e realizada na forma definida no plano de recuperação judicial, será declarada ineficaz ou revogada.

Feedback

Aplicação do art. 133, II, da Lei n. 11.101/05. A questão tenta confundir na medida em que condiciona a revocatória contra os herdeiros ao prévio conhecimento do intento fraudador do devedor. Ocorre que a ação revocatória abrange os atos de ineficácia subjetiva, devendo ser comprovada a intenção de prejudicar credores (art. 130). Assim, se a revocatória foi proposta contra os herdeiros, naturalmente deverá ser comprovado o conluio fraudulento.

Assinale a assertiva correta acerca da ineficácia e da revogação dos atos praticados antes da falência.

- a. Os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, não geram efeitos em relação à massa falida, independentemente de prenotação anterior.
- b. Os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, desde que provado o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar, são revogáveis de per si, sem necessidade da produção de qualquer outra prova.
- c. A sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, mas não dará direito a acréscimo a título de perdas e danos.

d. Tratando-se de ato revogável, a ação revocatória deverá ser proposta no prazo de 3 anos contado da decretação da falência pelo administrador judicial, pelo Ministério Público ou por qualquer credor.

e. Da sentença que julgar procedente a ação revocatória cabe agravo na modalidade de instrumento, da que julgá-la improcedente cabe apelação.

Feedback

LREF Art. 132. A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.

O comitê de credores é um órgão, cujo funcionamento não é essencial para o andamento dos processos de falências e de recuperação judicial e, por isso, sua constituição será facultativa.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(I) A competência para determinar a sua constituição é dos próprios credores e do juiz

PORQUE

(II) O comitê tem o direito de manifestar nos atos processuais no interesse dos credores, como na alienação ou oneração de bens do ativo permanente do devedor, segundo a função fiscalizatória. (o certo seria opinativo)

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. As asserções I e II são proposições falsas.

b. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

O juiz poderá, a requerimento do autor da ação revocatória, ordenar, como medida preventiva, na forma da lei processual civil (procedimento apartado, de modo antecipatório ou incidental), o sequestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros, obedecendo o contraditório regular.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(I) O MP quando não for autor da ação revocatória poderá intervir no feito, em virtude da questão patrimonial envolvida

PORQUE

(II) o MP é o fiscal da lei e tem legitimidade ativa na propositura da ação revocatória.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições falsas.
- b. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

Feedback

O MP quando não for autor da ação revocatória poderá intervir no feito, em virtude da questão patrimonial envolvida, também por que o MP é o fiscal da lei e tem legitimidade ativa na propositura da ação revocatória (TJSC. Apelação Cível n. 2011.063857-3) e (TJSP. Apelação Cível 1009434-96.2015.8.26.0510), mas a sua não intimação não acarreta nulidade ao processo (TJSP. Apelação Cível 1008904-88.2016.8.26.0597).

Antonio é sócio da sociedade Abreu e Lima Ltda que teve a sua falência decretada no último mês. Ocorre que Antonio faz jus a receber valores decorrentes de créditos de dividendos sem vínculo trabalhistico (empregatício), sendo assim, o seu crédito será habilitado como

- a. o crédito é subquirografário e estará na classe III na AGC
- b. O credito é subordinado e estará na classe III na AGC**
- c. O credito é quirografário e estará na classe III na AGC
- d. O credito é privilégio especial (equiparado ao quirografário) e estará na classe III na AGC
- e. O credito é privilégio geral (equiparado ao quirografário) e estará na classe III na AGC

Assinale a alternativa correta, observando a LREF e a jurisprudência do STJ.

- a. Quando a ação de revogação tiver como objeto a aquisição de bem imóvel, o juiz competente para julgar a demanda revogatória incidental ao processo de falência é o juízo do localização do bem.
- b. Considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver votos favoráveis de credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembléia-geral para a aprovação de alienação alternativa do ativo
- c. Considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver votos favoráveis de credores que representem mais da metade do valor total dos créditos, para a constituição do comitê de credores.
- d. A ineficácia subjetiva poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo.

e. A dação em pagamento (pagamento anormal de dívidas vencidas) realizada dentro do termo, fixado no processo falimentar, deve ser tida por objetivamente ineficaz em relação à massa falida

Feedback

A dação em pagamento (pagamento anormal de dívidas vencidas) realizada dentro do termo, fixado no processo falimentar, deve ser tida por objetivamente ineficaz em relação à massa falida (REsp 604.315/SP).

Assinale a alternativa correta em relação ao crédito decorrente de um contrato de compra e venda onde o credor é o SR. Antonio da Silva MEI da massa falida Abreu e Silva Ltda.

- a. O crédito é subquirografário e participará na AGC na classe IV, em virtude do tipo de contrato.
- b. O credito é privilégio especial (equiparado ao quirografário) e participará na AGC na classe III, em virtude do tipo de contrato.
- c. O credito é privilégio especial (equiparado ao quirografário) e participará na AGC na classe IV, em virtude do tipo de pessoa.**
- d. O credito é quirografário e participará na AGC na classe III, em virtude do tipo de contrato.
- e. O credito é subordinado e participará na AGC na classe III, em virtude do tipo de contrato.

Feedback

Art. 41 IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Sobre a ineficácia e a revogação de atos praticados antes da falência, a Lei nº 11.101/2005 dispõe que

- a. O ato não pode ser declarado ineficaz ou revogado, ainda que praticado com base em decisão judicial
- b. a ação revocatória poderá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 2 (dois) anos, contado da decretação da falência.
- c. a ineficácia poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo.**

d. são ineficazes os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar independente do prejuízo sofrido pela massa falida.

e. o juiz poderá, a requerimento de qualquer uma das partes da ação revocatória, ordenar, como medida preventiva, na forma processual estabelecida na lei falimentar, o arresto ou sequestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros.

08 - Exercício Avaliativo

Não há como se dar uma solução única para todos os contratos, surgindo daí a indagação sobre o futuro dos contratos com a decretação, ou seja, deve-se responder quais contratos continuarão e quais serão extintos com a decretação da falência.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) a decisão pela continuação do contrato normalmente ensejará despesas posteriores à falência que será considerada como extraconcursal

PORQUE

(II) o fato gerador da despesa é a continuidade do contrato ocorrido após a decretação da falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições falsas.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.**
- e. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

Feedback

Em todo caso, a decisão pela continuação do contrato normalmente ensejará despesas posteriores à falência. Tais despesas, por decorrerem de atos válidos praticados pelo administrador judicial, são consideradas créditos extraconcursais (Lei n. 11.101/2005 – art. 84, V)

Com a sentença que decreta a falência, os contratos do falido passam a se submeter a regras específicas do direito falimentar.

Em outros termos, o regime jurídico dos contratos de qualquer empresário muda segundo ele esteja falido, ou não.

Sendo assim assinale a alternativa correta

- a. Os contratos de trabalho em que o falido figura como empregador se resolvem com a falência.
- b. A decisão do administrador judicial autorizado pelo comitê é definitiva, podendo os demais credores ou o contratante com o falido pleitearem a revisão do que eles decidiram
- c. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, não cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.
- d. Na venda a prazo de coisa móvel pelo falido, o administrador judicial não pode optar pela resolução do contrato, ficando obrigado a restituir ao comprador o valor das prestações pagas.
- e. As contas-correntes do falido serão encerradas no momento da declaração da falência.**

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2023.

Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias.

A primeira delas, com bens penhorados antes da falência.

A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já pago, que fora objeto de importação.

Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel.

A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

- a. O valor das multas moratórias decorrentes do não pagamento dos créditos tributários anteriores à falência não poderá ser incluído no quadro geral de credores.
- b. Os débitos tributários serão pagos após os trabalhistas.
- c. Os créditos extraconcursais, referentes às remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, deverão ser pagos com preferência em relação aos créditos tributários**

d. Em uma massa falida, os créditos tributários relativos ao período anterior à decretação da falência são encargos da massa e, portanto, é exigível o seu pagamento anteriormente ao das dívidas da massa.

e. As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas trabalhistas e tributárias são consideradas como subquirografárias

O Contrato de Compra e Venda estipula os compromissos entre as partes nos negócios mercantis, podendo ser efetuado de forma escrita ou verbal. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

Considerando esse contexto e a LREF, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

(i) O vendedor pode obstar a entrega de mercadorias expedidas ao devedor falido e ainda em trânsito

PORQUE

(ii) ainda não ocorreu a tradição do objeto vendido pelo empresário falido.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. As asserções I e II são proposições falsas.

- b. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Feedback

O vendedor não pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, sem fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor. E com a falência o devedor perde o direito de dispor e administrar os seus bens.

Se o falido havia celebrado contrato de câmbio ou qualquer outro vinculado a moeda estrangeira, os riscos da oscilação cambial passam a ser do credor, que terá direito ao valor convertido em moeda nacional na data da decretação da quebra, sendo irrelevante o valor de conversão à época do pagamento.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda nacional pelo câmbio do dia em que for declarada a falência

PORQUE

(II) este valor de conversão poderá ser reclamado, conjuntamente com os juros e a correção monetária.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta

a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

b. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

d. As asserções I e II são proposições falsas.

e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Feedback

Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda nacional pelo câmbio do dia em que for declarada a falência (LF, art. 77), sendo que somente por este valor de conversão poderão ser eles reclamados. Trata-se de exceção à regra geral da conversão de valores entre diferentes moedas, que se faz pela cotação do dia do pagamento (como, por exemplo, no art. 75, § 1.o). O objetivo da exceção no caso de falência é possibilitar a definição precisa do passivo do falido. Os juros são suspenso com a decretação da falencia e os valores futuros são descontados.

Celebram contrato de sociedade ltda as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. O falido pode ser sócio de várias sociedades que não são atingidas pela falência.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(i) os contratos de sociedade ltda serão resolvidos em relação ao falido e ele será excluído de pleno direito do quadro societário

PORQUE

(ii) haverá a dissolução total da sociedade ltda em que é sócio e haverá com a liquidação da conta.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

b. As asserções I e II são proposições falsas.

c. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

d. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Feedback

O falido pode ser sócio de várias sociedades que não são atingidas pela falência. Nesse caso, os contratos de sociedade serão resolvidos em relação ao falido e ele será excluído de pleno direito do quadro societário (Lei n. 11.101/2005). Ele deixará de ser sócio, mas será feita apuração dos seus haveres que serão entregues à massa falida, isto é, ela receberá a parte que toca ao falido no patrimônio da sociedade. Assim, a sociedade em que é sócio se manterá sem o sócio que foi declarado falido, pois ocorre a dissolução parcial.

Assinale a alternativa acerca da consequência da falência no contrato de locação, em que o falido é o inquilino

- a. o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato**
- b. o contrato será automaticamente rescindido.
- c. o contrato será mantido, mas eventual resolução dependerá de manifestação do juiz
- d. não haverá a resolução e tão pouco a resilição do contrato de locação
- e. o contrato não será mantido, pois ocorreu a falência do inquilino

Além de produzir efeitos quanto à pessoa do falido e quanto a suas obrigações, a falência também produz efeitos quanto aos contratos do falido.

Seria natural que todos os contratos do falido fossem rescindidos pela decretação da falência, uma vez que não haverá, em regra, a continuação da atividade.

Contudo, por vezes a atividade continua. Além disso, para alcançar o objetivo primordial da falência, com a maximização dos ativos do falido, alguns contratos devem ser mantidos na medida em que permitiriam obter mais valores ou ao menos diminuiriam o passivo a ser pago.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência

PORQUE

(II) podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização do Comitê.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições falsas.

e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Feedback

LREF. Art. 117. Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização do Comitê.

Assinale a alternativa correta:

- a. O promitente comprador poderá honrar suas obrigações e celebrar o contrato definitivo de compra e venda do imóvel, mas não pode postular a adjudicação do bem, no caso de inércia da massa falida
- b. O contrato de cartão de crédito não será rescindido e caberá ao portador do cartão habilitar o seu eventual crédito.
- c. As contas correntes do devedor consideram-se encerradas no momento de decretação da falência, verificando-se o respectivo saldo.**
- d. O inquilino no contrato de locação tem o direito de preferência, inclusive quando o bem for vendido no processo de falência
- e. Se falir a sociedade vendedora do crédito (a exportadora), a instituição financeira credora deverá habilitar o seu crédito no processo de falência tendo em vista a resolução do contrato principal.

Segundo o art. 126 da LREF, nas relações patrimoniais não reguladas expressamente pela LREF, caberá ao juiz decidir o caso atendendo à unidade, à universalidade do concurso e à igualdade de tratamento dos credores, observado o disposto no art. 75 da LREF.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir:

I - O administrador judicial, mediante autorização do Comitê, poderá dar cumprimento a contrato unilateral se esse fato reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, realizando o pagamento da prestação pela qual está obrigada.

II - A decisão pela resolução do contrato bilateral, expressa ou decorrente do silêncio no prazo da interpelação, dá ao interpelante o direito a uma indenização pelos danos causados em razão da resolução do contrato.

III - Se o falido é devedor de um mútuo, não há que se cogitar de decisão sobre sua continuação, isto é, caberá ao falido apenas pagar o valor devido de acordo com a ordem legal de preferências.

IV - O mandato judicial conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.

É correto apenas o que se afirma em

- a. III e IV, apenas
- b. II e IV, apenas
- c. I, II e III**
- d. I, II e IV, apenas
- e. I e III, apenas

Feedback

LREF. Art. 120. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.

§ 1º O mandato conferido para representação judicial do devedor continua em vigor até que seja expressamente revogado pelo administrador judicial.

OUTRAS QUESTÕES

Em razão dos efeitos perniciosos que as crises da empresa podem gerar, nosso ordenamento jurídico houve por bem criar diversos institutos para tentar superar as crises ou para liquidar o que não é passível de recuperação. Entre esses institutos, os mais importantes são aqueles que têm o maior âmbito de aplicação, isto é, aqueles que se aplicam a um número maior de situações. Nesta situação, estão a falência, a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial, todas disciplinadas pela Lei n. 11.101/2005.

Quando não é possível ou não é viável a recuperação, deve-se proceder à liquidação forçada do patrimônio do devedor, para reduzir ou evitar novos prejuízos decorrentes do exercício da atividade por aquele devedor. A falência representa justamente esse meio de liquidação forçada do patrimônio do devedor (TOMAZETTE, 2023).

A partir da ideia apresentada no texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A pessoa física que explora atividade econômica pode ser sujeito passivo ou ativo no processo de falência

PORQUE

II - O empresário individual regular ou irregular poderá estar nos dois polos do pedido de falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

Parabéns você acertou

A resposta correta é a alternativa **a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.**

Vamos analisar cada asserção:

I - A pessoa física que explora atividade econômica pode ser sujeito passivo ou ativo no processo de falência.

- Essa asserção é **verdadeira**. O texto menciona que a falência é um meio de liquidação forçada do patrimônio do devedor **empresário**. Isso significa que tanto **pessoas físicas** quanto **jurídicas** que exercem atividade empresarial podem ser **sujeitos passivos**, ou seja, podem ter sua falência decretada.
- Além disso, o empresário individual, mesmo que irregular, pode pedir a **autofalência**. Isso significa que a pessoa física que explora atividade econômica também pode ser **sujeito ativo** no processo de falência.
- **Sujeito Passivo:** O artigo 1º da Lei n. 11.101/2005 estabelece que esta lei se aplica às empresas, o que inclui o empresário individual, conforme definido no artigo 966 do Código Civil.
 - A falência é um processo de liquidação forçada do patrimônio do devedor, e o empresário individual, sendo uma empresa, pode ter sua falência decretada.
- **Sujeito Ativo:** A possibilidade do empresário individual pedir a autofalência, ou seja, figurar como sujeito ativo no processo, está prevista no **artigo 105 da Lei n. 11.101/2005**.

II - O empresário individual regular ou irregular poderá estar nos dois polos do pedido de falência.

- Essa asserção também é **verdadeira e justifica a primeira**. Como explicado acima, o empresário individual pode ser tanto **requerente** (autofalência) quanto **requerido** no processo de falência.
- A lei não exige a regularidade para a decretação da falência, o que significa que **empresários irregulares** também podem estar em **ambos os polos** do processo.
- **Regular e Irregular:** A Lei n. 11.101/2005 não faz distinção entre empresário regular e irregular para fins de falência.

- O artigo 97 da lei trata dos requisitos para a decretação da falência, e em nenhum momento exige a regularização da empresa.
- Isso significa que tanto o empresário regular quanto o irregular podem ser requeridos em um processo de falência, e ambos também podem pedir a autofalência.

Portanto, a alternativa a é a correta, pois ambas as asserções são verdadeiras e a II justifica a I. As demais alternativas são incorretas, pois não refletem a relação entre as asserções e as informações presentes no texto.

Jacinto Almenara Ltda teve um bem de sua propriedade arrecadado pelo administrador judicial na falência de Rubim & Divisa Ltda., mas foi informado que o referido bem já tinha sido alienado pela massa.

Ciente dessa circunstância, o(a) advogado(a) da Itda

- a. não poderá pleitear a restituição do bem nem receber o preço da venda em razão de já ter sido alienado pela massa falida.
- b. deverá habilitar o crédito no processo de falência, com a classificação de quirografário, diante da impossibilidade de sua restituição in natura.
- c. poderá pleitear a restituição em dinheiro, recebendo o preço obtido com a venda do bem arrecadado, devidamente atualizado.**
- d. deverá ajuizar ação revocatória para obter indenização da massa falida pela venda ilegal do bem arrecadado, que deveria lhe ter sido restituído.
- e. deverá requerer a restituição e o pagamento será realizado antes dos créditos extraconcursais.

Feedback

Parabéns você acertou

Análise do Caso e Resposta à Questão

O gabarito está **correto**. A alternativa c é a correta.

Explicação:

No caso apresentado, Jacinto Almenara Ltda. teve um bem de sua propriedade indevidamente arrecadado pelo administrador judicial no processo de falência de Rubim & Divisa Ltda. Posteriormente, a empresa foi informada de que o bem já havia sido alienado pela massa falida. Diante dessa situação, o advogado da Jacinto Almenara Ltda. pode

pleitear a restituição em dinheiro, recebendo o preço obtido com a venda do bem, devidamente atualizado.

Essa restituição em dinheiro é prevista no **artigo 86, inciso I, da Lei n. 11.101/2005**. O dispositivo legal prevê que, se a coisa não mais existir ao tempo do pedido de restituição, o requerente receberá o valor da avaliação do bem ou, no caso de venda, o respectivo preço, em ambos os casos, no valor atualizado.

Análise das demais alternativas:

- **a. Incorreta.** O fato do bem ter sido alienado não impede o direito à restituição, apenas a torna impossível *in natura*.
- **b. Incorreta.** A restituição em dinheiro é um direito específico previsto em lei, e não um crédito a ser habilitado no processo de falência.
- **d. Incorreta.** A ação revocatória é cabível para anular atos praticados pelo falido com a intenção de fraudar credores (art. 130 da Lei n. 11.101/2005). No caso em questão, não há indícios de fraude, mas sim de um erro na arrecadação do bem.
- **e. Incorreta.** A restituição em dinheiro tem preferência em relação aos créditos concursais, mas não em relação aos créditos extraconcursais (art. 149 da Lei n. 11.101/2005).

Conclusão:

O advogado da Jacinto Almenara Ltda. **deve pleitear a restituição em dinheiro** (alternativa **c**), com base no **artigo 86, inciso I, da Lei n. 11.101/2005**.

Ribamar é sócio da sociedade empresária Junco, Fiquene & Cia. Ltda.

Após uma infrutífera negociação de plano de recuperação judicial, a assembleia de credores rejeitou o plano, acarretando a decretação de falência da sociedade. O desgaste, que já existia entre Ribamar e os demais sócios, intensificou-se com a decretação da falência, ensejando pedido de retirada da sociedade, com base nas disposições reguladoras da sociedade limitada.

Avalie as afirmações a seguir:

I - A decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio Ribamar.

II - O juiz da falência deverá avaliar o pedido de retirada do sócio Ribamar e, eventualmente, deferi-lo na ação de dissolução parcial.

III - A decretação de falência suspende o pagamento de seus haveres deverá ser incluído como crédito subquirografário.

IV - Caso já tenha exercício o direito de retirada, o valor dos haveres do sócio dissidente Ribamar, que serão Dados como créditos subordinado.

É correto o que se afirma em:

- a. I e IV
- b. II e IV
- c. I e III
- d. I, II e III
- e. II, III e IV

Feedback

Estão corretas I e IV

Justificativa

Ar. 115 LREF c/c 1.044 do CC, ou seja, o direito do sócio é suspenso e o direito de haveres será pago como concursal subordinado

Análise das Afirmações e Resposta à Questão

O gabarito está **correto**. A alternativa a. I e IV é a que contém as afirmações corretas.

Analizando cada afirmação:

I - A decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio Ribamar.

- **Correta.** O artigo 116 da Lei n. 11.101/2005 (LREF), juntamente com o artigo 1.044 do Código Civil (CC), estabelece que a decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada do sócio. Isso ocorre para evitar a descapitalização da empresa falida e garantir a igualdade entre os credores no processo de falência.

II - O juiz da falência deverá avaliar o pedido de retirada do sócio Ribamar e, eventualmente, deferi-lo na ação de dissolução parcial.

- **Incorreta.** O pedido de retirada do sócio é suspenso pela decretação da falência. Não cabe ao juiz da falência avaliar ou deferir tal pedido durante o processo falimentar.

III - A decretação de falência suspende o pagamento de seus haveres deverá ser incluído como crédito subquirografário.

- **Incorreta.** A decretação da falência suspende o pagamento dos haveres do sócio, mas estes **não** serão classificados como crédito subquirografário.

IV - Caso já tenha exercício o direito de retirada, o valor dos haveres do sócio dissidente Ribamar. que serão Dados como créditos subordinado.

- **Correta.** Conforme o artigo 83, inciso VIII, alínea 'b', da Lei n. 11.101/2005, se o sócio já tiver exercido o direito de retirada antes da decretação da falência, o valor

dos seus haveres será classificado como crédito **subordinado** no processo de falência.

Justificativa da alternativa A:

As afirmações I e IV estão corretas e refletem os efeitos da falência sobre o direito de retirada e o pagamento de haveres aos sócios, conforme previsto nos artigos 116 e 83, inciso VIII, alínea 'b', da Lei n. 11.101/2005.

O empresário individual J. Câmara EPP é credor na falência da sociedade empresária R. Fernandes & Filhos Ltda., cuja falência foi decretada pelo juízo da Comarca de Queluz/SP. O crédito, que figura na relação de credores apresentada pela falida, é fruto do fornecimento de aves vivas à sociedade empresária antes do requerimento de falência. Após a verificação dos créditos pelo administrador judicial, no dia 22/5, segunda-feira, foi publicado no órgão oficial o edital contendo a relação de credores. Nessa relação, o crédito de J. Câmara EPP foi reclassificado como quirografário. Em 26/5, sexta-feira, o advogado do credor pretende interpor medida judicial, nesse dia, por insatisfação com a relação de credores.

Avalie as afirmações a seguir:

I - A medida judicial a ser proposta é a impugnação à relação de credores, tendo em vista que se trata subquirografário.

II - Como a publicação da relação de credores ocorreu em 22/5 e a impugnação será interposta em 26/5, há tempestividade para o pedido judicial, porque está dentro do prazo legal de 10 dias.

III - A medida deverá ser direcionada ao Administrador Judicial, tendo em vista a natureza administrativa da questão em pauta.

IV - Cada impugnação terá uma autuação, mas as várias impugnações para o mesmo crédito serão autuadas conjuntamente.

É correto o que se afirma em:

- a. I e IV
- b. II e IV**
- c. I e III
- d. I, II e III
- e. II, III e IV

Feedback

parabens vc acertou

Análise das Afirmações e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa **b. II e IV** é a que apresenta as afirmações corretas.

Vamos analisar cada afirmação:

I - A medida judicial a ser proposta é a impugnação à relação de credores, tendo em vista que se trata subquirografário.

- **Incorreta.** A medida judicial cabível é a **impugnação à relação de credores**, mas não porque o crédito foi classificado como subquirografário. A impugnação é o instrumento processual utilizado para questionar a **existência, o valor ou a classificação de qualquer crédito** relacionado na relação de credores, independentemente da sua classificação.

II - Como a publicação da relação de credores ocorreu em 22/5 e a impugnação será interposta em 26/5, há tempestividade para o pedido judicial, porque está dentro do prazo legal de 10 dias.

- **Correta.** O artigo 8 da Lei n. 11.101/2005 estabelece o prazo de **10 dias**, contados da publicação da relação de credores, para a apresentação de impugnações. No caso em análise, a publicação ocorreu em 22/05, segunda-feira, e a impugnação será protocolada em 26/05, sexta-feira, portanto, dentro do prazo legal.

III - A medida deverá ser direcionada ao Administrador Judicial, tendo em vista a natureza administrativa da questão em pauta.

- **Incorreta.** A impugnação à relação de credores é uma **ação incidental** que deve ser **direcionada ao juiz** responsável pelo processo de falência. Embora o administrador judicial tenha elaborado a relação de credores, cabe ao juiz a decisão final sobre a impugnação.

IV - Cada impugnação terá uma autuação, mas as várias impugnações para o mesmo crédito serão autuadas conjuntamente.

- **Correta.** O parágrafo único do artigo 13 da Lei n. 11.101/2005 dispõe que, embora cada impugnação tenha uma autuação individual, as diversas impugnações que versem sobre o **mesmo crédito** serão autuadas **conjuntamente**. Isso garante a análise unificada das impugnações que se refiram ao mesmo crédito.

Conclusão:

As afirmações **II e IV** estão corretas e baseiam-se nos artigos 8 e 13, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005, respectivamente. A alternativa **b** é a resposta correta para a questão.

José, empresário individual que teve sua falência decretada em 20.10.2022, vendeu um sítio de sua propriedade para Antônio, em agosto de 2022. Antônio prenotou a escritura de compra e venda do sítio em 18.10.2022, mas o registro da transferência imobiliária só foi efetuado em 05.11.2022, 15 (quinze) dias após a decretação da falência. Tendo o termo legal sido fixado em 30 dias a contar do pedido de falência requerido pelo credor.

A partir da ideia apresentada no texto, da doutrina, da jurisprudência e da legislação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - É válida, mas ineficaz a compra e venda referenciada no enunciado

PORQUE

II - A prenotação da venda referenciada no enunciado da questão ocorreu dentro do termo legal da falência.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
- e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

parabens vc acertou

Análise das Asserções e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa correta é a d. **A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**

Vamos analisar cada asserção:

I - É válida, mas ineficaz a compra e venda referenciada no enunciado.

- **Falsa.** A compra e venda do sítio realizada entre José e Antônio é **válida e eficaz em relação à massa falida**, mesmo tendo sido registrada após a decretação da falência. Isso ocorre porque a Lei n. 11.101/2005, no seu artigo 129, inciso VII, prevê a **ineficácia** dos registros de direitos reais e de transferência de propriedade realizados **após a decretação da falência, exceto se tiver havido prenotação anterior.**

No caso em questão, Antônio **prenotou a escritura de compra e venda antes da decretação da falência** de José, o que garante a eficácia do ato, conforme a

exceção prevista no próprio artigo 129, inciso VII, da Lei de Falências.

II - A prenotação da venda referenciada no enunciado da questão ocorreu dentro do termo legal da falência.

- **Verdadeira.** O enunciado informa que o termo legal da falência foi fixado em 30 dias a contar do pedido de falência. A prenotação da escritura ocorreu em 18/10/2022, dois dias antes da decretação da falência (20/10/2022). Considerando que o termo legal se inicia com o pedido de falência e termina com a decretação, a prenotação, de fato, ocorreu dentro do termo legal.

Conclusão:

A asserção I é falsa porque a prenotação da escritura garante a **eficácia** da compra e venda, mesmo registrada após a decretação da falência. A asserção II é verdadeira, pois a prenotação ocorreu dentro do período definido como termo legal da falência. Portanto, a alternativa d está correta.

Para garantir o bom exercício das funções do Administrador Judicial, a lei impõe certo grau de imparcialidade na sua escolha, isto é, proíbe também a nomeação como administrador judicial de pessoas que tenham relação de parentesco ou afinidade até o 3º (terceiro) grau com o devedor, seus administradores, controladores ou representantes legais ou deles for amigo, inimigo ou dependente

A partir da ideia apresentada no texto, da doutrina, da jurisprudência e da legislação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Investido no cargo, o administrador judicial passará a exercer as funções que lhe cabem nos processos de falência e de recuperação judicial. Na falência, suas funções serão basicamente a administração e a liquidação da massa falida.

PORQUE

II - O Administrador Judicial é o principal braço de atuação do juiz nos processos de falência e recuperação judicial. Cabe a ele trazer ao juiz os subsídios necessários para o melhor andamento dos processos de falência e recuperação judicial, inclusive fiscalizar o andamento da atividade empresarial em caso de falência decretada.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

Item I correto

Item II errado - na falência não há andamento da atividade empresarial

Análise das Asserções e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa **c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa** é a opção correta.

Vamos analisar cada asserção:

I - Investido no cargo, o administrador judicial passará a exercer as funções que lhe cabem nos processos de falência e de recuperação judicial. Na falência, suas funções serão basicamente a administração e a liquidação da massa falida.

- **Verdadeira.** O administrador judicial, após sua nomeação e investidura no cargo, assume funções importantes tanto na falência quanto na recuperação judicial. Conforme descrito no **artigo 32** da fonte "Curso de Direito Empresarial - 2023 -Marlon Tomazette (1).pdf", na falência, suas funções principais são a **administração e a liquidação da massa falida**, visando a arrecadação dos bens do falido, sua avaliação, administração e alienação para o pagamento dos credores, conforme a ordem legal de preferência.

II - O Administrador Judicial é o principal braço de atuação do juiz nos processos de falência e recuperação judicial. Cabe a ele trazer ao juiz os subsídios necessários para o melhor andamento dos processos de falência e recuperação judicial, inclusive fiscalizar o andamento da atividade empresarial em caso de falência decretada.

- **Falsa.** A afirmação está incorreta pois, na falência, a atividade empresarial é paralisada e, posteriormente, direcionada à liquidação. O administrador judicial atua como auxiliar do juiz, fornecendo informações e subsídios para o andamento do processo, mas não fiscaliza o "andamento da atividade empresarial" em caso de falência, já que esta **não continua** após a decretação da falência. A **função primordial do administrador judicial na falência é a administração e a liquidação da massa falida**, conforme descrito no **artigo 32**.

Conclusão:

A asserção I é verdadeira, pois descreve corretamente as funções do administrador judicial na falência. A asserção II é falsa, pois alega a fiscalização da atividade empresarial na falência, o que não ocorre. Portanto, a alternativa **c** é a resposta correta.

A Indústria de Solventes Mundo Colorido S.A. requereu a falência da sociedade empresária Pintando o Sete Comércio de Tintas Ltda., com base em três notas promissórias, cada qual no valor de R\$ 60.000,00, todas vencidas e não pagas. Das três cambiais que embasam o pedido apenas uma delas (que primeiro venceu) foi protestada para fim falimentar e as demais não tiveram protesto.

Em defesa, a devedora requerida, em síntese, sustentou que a falência não poderia ser decretada porque duas das notas promissórias que instruíram o requerimento não foram protestadas.

Em defesa, requereu o deferimento de prestação de uma caução real, que garantisse o juízo falimentar da cobrança dos títulos.

Recebida a defesa tempestivamente ofertada, o juiz da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro abriu prazo para o credor se manifestar sobre os fundamentos da defesa e após manifestação do autor, juiz passou a decidir.

Assinale a decisão correta

- a. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo e vista o protesto falimentar**
- b. a decisão é pelo indeferimento do pedido, tendo em visto que dois títulos não foram protestados.
- c. a decisão é pelo indeferimento do pedido, tendo em vista que houve o depósito elisivo, e o valor deve ser entregue ao autor.
- d. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo em vista houve o depósito elisivo.
- e. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo em vista que o depósito elisivo, e o valor deve ser entregue ao autor.

Feedback

parabens vc acertou

Análise da Decisão e do Gabarito

O gabarito está **correto**. A alternativa **a. a decisão é pelo deferimento do pedido, tendo em vista o protesto falimentar** é a decisão correta.

Fundamentação:

- **Pedido de Falência por Impontualidade:** O caso em análise se enquadra no pedido de falência por impontualidade, previsto no **artigo 94, inciso I, do caput da Lei n. 11.101/2005**. Esse dispositivo legal permite o pedido de falência com base em títulos executivos protestados para fim falimentar, cujo valor ultrapasse 40 salários

mínimos.

- **Protesto Falimentar:** O enunciado deixa claro que, apesar de a Indústria de Solventes Mundo Colorido S.A. possuir três notas promissórias vencidas e não pagas, **apenas uma delas foi protestada para fim falimentar**.
- **Valor do Crédito:** O valor de cada nota promissória é de R\$ 60.000,00, o que já ultrapassa o limite de 40 salários mínimos exigidos pela lei para o pedido de falência.
- **Irrelevância do Protesto das Demais Notas:** A lei exige o protesto para fim falimentar de títulos que somem valor superior a 40 salários mínimos. No caso em questão, **uma única nota promissória já satisfaz esse requisito**, tornando irrelevante o fato de as outras duas notas não terem sido protestadas.
- **Caução Real:** O pedido de deferimento de caução real apresentado pela devedora não impede a decretação da falência. A caução real, se deferida, serviria para garantir o pagamento do crédito em caso de procedência do pedido de falência. No entanto, a análise da procedência do pedido e a decretação da falência se baseiam nos requisitos legais, que no caso foram preenchidos.

Conclusão:

Diante do exposto, a decisão correta é o **deferimento do pedido de falência**, tendo em vista que o credor apresentou **título executivo protestado para fim falimentar com valor superior a 40 salários mínimos, preenchendo os requisitos legais para a decretação da falência**. A alternativa a está correta e se baseia no artigo 94, inciso I, da Lei n. 11.101/2005.

Entre todas as fases da falência a mais importante é a fase falimentar, que busca a satisfação dos credores.

Em razão disso, pode-se afirmar que seu objetivo mais amplo é o pagamento de todos os credores do devedor de acordo com uma ordem legal de preferência.

Dentro dessa ideia, a falência teria como objetivo principal assegurar a igualdade entre os credores de um devedor juridicamente insolvente, permitindo que eles tenham seus créditos satisfeitos de acordo com a ordem legal de preferência (importância para o legislador) e não pela sua agilidade.

Nesse sentido, seria possível repartir os prejuízos entre os credores proporcionalmente à importância de cada crédito.

A partir da ideia apresentada no texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Um objetivo mais específico na falência, no sentido da maximização do valor dos recursos produtivos do devedor. Essa maximização atenderá aos interesses dos credores, na medida em que permitirá a obtenção de mais recursos e, consequentemente, o pagamento de mais credores.

PORQUE

II - A falência, sob o ponto de vista econômico, representa um fato patológico no desenvolvimento da economia creditícia, vale dizer, ela é o efeito do anormal funcionamento do crédito.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 - c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.**
 - d) As asserções I e II são proposições falsas.
 - e) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira
-

A Lei n. 11.101/2005 possui um viés mais recuperatório do que liquidatório, seguindo uma tendência mundial do direito das empresas em crise.

Apesar disso, a referida lei não deixa de tratar da falência, isto é, da liquidação patrimonial forçada em relação aos devedores empresários que não têm condições de superar a crise econômico-financeira pela qual estão passando.

Deve-se buscar, sempre que possível, a recuperação da empresa, mas não a ponto de desvirtuar os riscos da atividade, passando-os aos credores.

Quando não é possível ou não é viável a recuperação, deve-se proceder à liquidação forçada do patrimônio do devedor, para reduzir ou evitar novos prejuízos decorrentes do exercício da atividade por aquele devedor.

Avalie as afirmações a seguir:

I - Na chamada fase pré-falimentar são verificados os pressupostos para a instauração da falência, vale dizer, nessa fase irá se verificar se a falência é aplicável ou não à situação em análise.

II - Decretada a falência, passa-se à segunda fase do processo chamada de fase falimentar propriamente dita, na qual o processo atuará como um processo de execução coletiva.

III - Na fase pré-falimentar, serão identificados os credores sujeitos ao processo, por meio do procedimento de verificação de créditos, que é essencialmente o mesmo da recuperação judicial.

IV - Na fase falimentar serão tomadas as medidas necessárias para a apuração do patrimônio do devedor sujeito ao processo.

É correto o que se afirma em:

- a) I e III
 - b) III e IV
 - c) I, II e III
 - d) II e IV**
 - e) I, II e IV
-

Outra postura que pode ser adotada pelo devedor citado em um pedido de falência é a realização do chamado depósito elisivo, isto é, a realização de um depósito impeditivo da decretação da falência.

A partir da ideia apresentada no texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Esse depósito deve abranger o valor total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios , desconfigurando a ideia de insolvência do devedor.

PORQUE

II - O juiz poderá, na própria sentença de denegação, condenar aquele que fez um pedido doloso de falência a indenizar o devedor pelos danos causados, que deverão ser apurados em liquidação de sentença.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 - c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 - d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**
 - e) As asserções I e II são proposições falsas.
-

A sentença que indeferir o pedido de falência cabe:

- a) apelação
- b) Inominado

- c) ordinário
- d) Agravo**
- e) embargos

José da silva, exercer a atividade de venda de biscoito na região administrativa de Ceilândia (sede matriz) e filiais nas Regiões administrativas de Taguatinga, de Samambaia, de Riacho Fundo e de Sobradinho, no Distrito Federal, a mais de 4 anos, sem nunca ter se utilizado da LREF (Lei 11.101/2005).

Dante de uma crise econômica-financeira e preenchendo os requisitos legais deseja pleitear o recuperação judicial.

Observando a legislação pertinente do Poder Judiciário do Distrito Federal, assinale o foro competente para a propositura

- a) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Taguatinga.
 - b) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Ceilândia.
 - c) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Distrito Federal.**
 - d) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Sobradinho.
 - e) Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais de Riacho Fundo
-

A abrangência do termo Juízo do principal estabelecimento segundo o STJ é

- a) qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como sede de maior volume de negócios do devedor ou sede administrativa.**
 - b) qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como matriz ou sede administrativa.
 - c) a sede real, que é o local em que se encontra registrado o contrato social ou o Estatuto.
 - d) qualquer estabelecimento, desde que caracterizado como matriz ou sede de maior volume de negócios do devedor.
 - e) qualquer estabelecimento desde que seja a sede estatutária ou sede contratual.
-

Diante do atual panorama legislativo, pode vir a falir quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços (conceito do Código Civil de 2002, art. 966 – no mesmo sentido do art. 2.082 – Código Civil italiano), vale dizer, o sujeito de direito que exerce a empresa está sujeito à falência.

Reitere-se que dentro desse conceito temos dois tipos de sujeitos, a princípio, submetidos à falência: os empresários individuais (pessoas físicas) e as sociedades empresárias (pessoas jurídicas ou não).

Desta feita, assinale a alternativa correta no tocante ao sujeito passivo na falência

- a) uma sociedade cooperativa que explora atividade intelectual
 - b) uma sociedade limitada que explora atividade intelectual
 - c) uma sociedade simples que explora atividade intelectual
 - d) uma sociedade em conta de participação que explora atividade intelectual
 - e) uma sociedade anônima que explora atividade intelectual**
-

Assinale a alternativa correta

- a) A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios Itda, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos da LREF.
 - b) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.
 - c) A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.**
 - d) A extensão dos efeitos da falência somente será admitida quando estiverem presentes os requisitos da desconsideração da personalidade jurídica.
 - e) A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios Itda responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.
-

Qual das sociedades não pode ser sujeito ativo na falência:

- a) sociedade anônima
- b) sociedade cooperativa**

- c) sociedade simples
 - d) sociedade limitada
 - e) sociedade em comum
-

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto e as regras do STJ, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

(I) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio ilimitado

PORQUE

(II) a expressão "sócio solidário" deve ser compreendida como sócio com responsabilidade ilimitada, logo não haverá suspensão das ações, execuções e prescrições em face dos avalistas e demais coobrigados.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
 - b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
 - c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**
 - d) As asserções I e II são proposições falsas.
 - e) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
-

O grande responsável pelo bom desenvolvimento do processo falimentar é o administrador judicial, que deverá proceder a arrecadação dos bens do falido e realizar o procedimento de verificação e habilitação dos créditos.

Desta forma, assinale a alternativa correta em relação a composição do auto de arrecadação:

- a) Laudo de avaliação e a relação dos débitos
 - b) Inventário e laudo de avaliação**
 - c) Inventário e a relação de bens
 - d) Relação dos devedores e o laudo de avaliação
 - e) Laudo de avaliação dos bens e a relação dos credores
-

(Adaptada - VII EXAME DE ORDEM UNIFICADO - TIPO 1 - BRANCA - Questão 52)

A Empresa XYZ LTDA teve a sua falência decretada e foram apresentados diversos créditos, por força da convolação da recuperação em falência.

Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que corresponde a um crédito que deve ser classificado como extraconcursal:

- a. Os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento (garantias reais).
- b. Custas judiciais relativas às ações e execuções de dívidas líquidas em que a massa tenha sido vencida.**
- c. "Os créditos decorrentes das custas que os credores tiveram para iniciar o recebimento dos seus créditos.**
- d. Os créditos trabalhistas até o limite de 150 (cento e cinquenta reais)
- e. Multas por infração do Código de Postura Municipal antes do durante o processamento da 1ª Fase da falência.

Feedback

interpretação dos artigos 83 e 84

RESPOSTA: Custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa tenha sido vencida, na forma do art. 84, II.

(Adaptada - Ano: 2014 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2014 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XV - Tipo 1 - Branca)

João Lima Artigos Esportivos Ltda. celebrou contrato de locação de imóvel comercial, localizado na Galeria Madureira, para a instalação do estabelecimento comercial da sociedade. Atingida por forte crise setorial, a sociedade acumulou dívidas vultosas e não conseguiu honrá-las. Com a decretação da falência, o contrato de locação comercial firmado pelo locatário

- a. ficará extinto, salvo se o Comitê de Credores autorizar o administrador judicial da massa falida a mantê-lo.
- b. poderá ser mantido, desde que o locador interpele o administrador judicial no prazo de até 90 (noventa) dias. (anulado)**
- c. ficará extinto de pleno direito, sendo obrigado o locatário a entregar ao locador o imóvel onde se localiza o ponto.
- d. será inválido em decorrência do termo legal, que torna o negócio jurídico ineficaz subjetivamente.

e. poderá ser mantido, desde que o locador interpele o administrador judicial no prazo de até 90 (noventa) dias.

anulado.

Resposta correta seria:

será mantido, mas poderá ser denunciado, a qualquer tempo, pelo administrador judicial da massa falida.

(Adaptada - Ano: 2019 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2019 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXX - Primeira Fase)

Além da impontualidade, a falência pode ser decretada pela prática de atos de falência por parte do devedor empresário individual ou dos administradores da sociedade empresária.

Assinale a opção que constitui um ato de falência por parte do devedor.

- a. Deixar de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no contrato celebrado entre o credor e devedor e sem assinatura de testemunha.
- b. Deixar de pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título executivo protestado por falta de pagamento, cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
- c. Realiza a transferência de maneira simulada da sede correta administrativa (principal estabelecimento) do devedor com o objetivo de prejudicar credor.**
- d. Transferir, durante a recuperação judicial, estabelecimento a terceiro sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo, em cumprimento à disposição de plano de recuperação.
- e. Não pagar, não depositar ou não nomear à penhora, no prazo legal, bens suficientes para garantir o cumprimento de sentença.

Resposta:

Art. 94, III, d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;

(Adaptada - Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2022 - OAB - Exame da Ordem Unificado XXXVI - Primeira Fase)

Cerâmica Água Doce do Norte teve sua falência requerida pelo Banco Boa Esperança S/A, em razão do não pagamento de cinco duplicatas que lhe foram endossadas por Castelo, Vivacqua & Cia.

Os títulos estão protestados para fins falimentares e não se verificou pagamento até a data da citação.

Ao ser citada, a sociedade devedora apresentou tempestivamente a contestação e, no mesmo prazo, em peça processual própria, requereu recuperação judicial, sem, contudo, se manifestar sobre a efetivação de depósito elisivo.

Com base nas informações acima, a sociedade empresária

- a. não deveria ter requerido sua recuperação judicial e sim ter efetuado o depósito elisivo, eliminando a presunção de insolvência para, somente após esse ato, pleitear recuperação judicial.
 - b. deveria ter pleiteado sua recuperação judicial, pois o devedor pode se utilizar do benefício até o trânsito em julgado da sentença de falência, portanto, o pedido foi tempestivo e correto.
 - c. As duplicatas não servem para o pedido de falência tendo em vista que as elas não são consideradas como títulos executivos passíveis do pedido de falência.
 - d. estava impedida de requerer recuperação judicial, pois já havia, na data do pedido de recuperação, requerimento de falência contra si, ajuizado pelo credor das duplicatas.
 - e. tinha a faculdade de pleitear sua recuperação judicial no prazo de contestação, ainda que não tivesse se manifestado pela efetivação de depósito elisivo.**
-

(Adaptada Ano: 2017 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2017 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXII - Primeira Fase)

Mauriti & Cia Ltda. celebrou contrato de alienação fiduciária em garantia com a sociedade empresária Gama. Com a decretação de falência da fiduciante, o advogado da fiduciária pleiteou a restituição do bem alienado, sendo informado pelo administrador judicial que o bem se encontrava na posse do falido na época da decretação da falência, porém não foi encontrado para ser arrecadado.

Considerando os fatos narrados, o credor fiduciário terá direito à restituição em dinheiro do valor da avaliação do bem atualizado?

- a. Não, em razão de este não ter sido encontrado para arrecadação.
- b. Sim, devendo, para tanto, habilitar seu crédito na falência como quirografário.
- c. Sim, devendo, para tanto, propor ação de embargos de terceiros, perante o juízo falimentar, para reservar o seu direito no momento dos credores concursais.
- d. Não, por não ter a propriedade plena do bem alienado fiduciariamente, e sim resolúvel.

e. Sim, mesmo que o bem alienado não mais exista ao correto tempo do pedido de restituição ou que não tenha sido arrecadado.

RESPOSTA: Tendo em vista que o credor é dono do bem e o falido apenas a pretensão de um dia vir a ser dono, caberá a restituição do bem e caso ele não exista, haverá restituição em dinheiro como extraconcursal. De acordo com os artigos 85 e 86 da Lei 11.101/2005, na alienação fiduciária, quando o devedor sofre falência, para que o credor possa ingressar com o pedido de restituição em dinheiro, é necessário que o bem esteja na posse do devedor.

A empresas Antônio Empreendimentos Ltda . , Silva e Sousa Ltda, Construção limpeza S/A e a Empresa Construções de Linda Casa Ltda realizarão um contrato de sociedade em conta de participação.

A sociedade empresária Construções de Linda Casa Ltda. fora constituída sociedade ostensiva enquanto a sociedade empresária Antônio Empreendimentos Ltda, Construção limpeza S/A e sociedade Silva e Sousa Ltda. foram constituidas como sócias participativas.

O empreendimento objeto do contrato da sociedade em conta de participação será realizado na cidade de Valparaiso e tem o nome fantasia de Bela Vista Greem Company.

Sabe-se que o empreendimento vem acumulando diversas dívidas, o que o tornou economicamente inviável. Sabe-se que os credores possuem diversos créditos devidamente protestados.

Assim, nesse caso se os credores desejarem pedir a falência devem fazer contra quem? Assinale a resposta correta:

- a. Antonio Emprendimentos Ltda
- b. Silva e Sousa Ltda
- c. Construção limpeza S/A
- d. Construções de Linda Casa Ltda**
- e. Bela Vista Greem Company.

Feedback

CC. Art. 991. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes. Parágrafo único. Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.

A falência deve ser do sócio considerado como ostensivo.

(Adaptada - Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXV - Primeira Fase)

A empresa de viagens Balneário Gaivota Ltda. teve sua falência decretada com fundamento na impontualidade no pagamento de crédito no valor de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais).

Na relação de credores apresentada pela falida para efeito de publicação consta o crédito em favor do Banco Princesa S/A. no valor, atualizado até a data da falência, de R\$ 90.002, 50 (noventa mil e dois reais e cinquenta centavos), garantido por constituição de propriedade fiduciária.

Ao ler a relação de credores e constatar tal crédito, é correto afirmar que

- a. o crédito do Banco Princesa S/A. não se submeterá aos efeitos da falência, e prevalecerão as condições contratuais originais assumidas pela devedora antes da falência perante o fiduciário.
- b. o crédito do Banco Princesa S/A. submeter-se-á aos efeitos da falência, porém o bem garantido pela propriedade fiduciária será alienado de imediato para pagamento, exclusivamente aos credores extraconcursais.
- c. o crédito do Banco Princesa S/A. não se submeterá aos efeitos da falência, permitindo ao falido permanecer na posse do imóvel até o encerramento da falência, tendo inclusive o direito de preferência.**
- d. o crédito do Banco Princesa S/A. submeter-se-á aos efeitos da falência e será pago na ordem legal, sendo considerado como direito de o credor pleitear a restituição do bem.
- e. o crédito do Banco Princesa S/A. submeter-se-á aos efeitos da falência e será pago na ordem dos créditos concursais como garantia real em garantia.

A Lei 11.101/05 determina que “Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor”. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a. A crise organizacional é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial
- b. A crise patrimonial é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial
- c. A crise econômico-financeira é importante para a caracterização da falência, mas não da recuperação judicial

d. A crise econômico-financeira é importante para a caracterização da falência e também para a recuperação judicial

e. A crise de rigidez e de eficiência são importantes para a caracterização da falência e também para a recuperação judicial

A sociedade empresária Bar limpo Ltda contestou um pedido de falência, apresentando um pedido de recuperação judicial.

Após analisar o pedido de recuperação, feito no prazo de contestação de um pedido de falência, o juiz indeferiu a recuperação.

O devedor apresentou o recurso cabível e o tribunal manteve a decisão, negando o pedido de recuperação, ocorrendo o trânsito em julgado.

Dante da situação, assinale a alternativa correta

a. Cabe aos credores a decisão de qual processo será dado continuidade, se o de recuperação ou o de falência.

b. O pedido de recuperação será arquivado e a falência será decretada.

c. Tanto o pedido de recuperação como o pedido de falência serão arquivados.

d. O pedido de recuperação judicial será convertido em recuperação extrajudicial.

e. O pedido de falência será arquivado e o juiz diante do princípio da preservação da empresa deferirá a recuperação.

Feedback

Tendo em vista que o pedido falência foi realizado e o devedor pediu recuperação, caso seja deferida a recuperação a falência será arquivada, caso seja negado o pedido de recuperação, a falência será decretada.

No entanto, caso o pedido inicial seja o de recuperação, o juiz poderá deferir ou indeferir o pedido, se deferido teremos início a 2a fase da recuperação. Se o pedido de recuperação foi indeferido o juiz não pode determinar a falência, mas apenas determinar o arquivamento da recuperação.

Um sindicato de trabalhadores (associação) — SINFO —, cuja precípua e efetiva atividade é a de defender os direitos laborais de seus associados resolveu montar, na luta para aumentar seus parcios rendimentos em sua sede administrativa em Brasília, uma pequena loja temática para ali vender, tão-somente, camisas, bonés e bijuterias com sua marca.

Para tanto, Carlos Magno, associado e representante legal (administrador) da SINFO, encomendou a confecção desses produtos à Serigrafias Ltda., comprando-os dessa fábrica para, posteriormente, revendê-los na referida loja, o que faz regularmente há, pelo menos, dois anos.

No ano de 2018/2019, porém, as vendas não foram razoáveis, o que levou o SINFO a inadimplir dívida no valor de R\$ 6.000,00, representada em nota promissória subscrita pelo Sindicato, a qual foi devidamente protestada por falta de pagamento. Dois meses após esse protesto, a credora, Serigrafias Ltda., resolveu levar sua demanda ao foro judicial.

Assim, Serigrafias Ltda. com sede administrativa e fiscal em Goiânia ingressou com pedido de decretação da falência do SINFO, na 4a Vara Civil da cidade de Goiana, apresentando documentos que comprovavam as informações acima mencionadas, quais sejam, a condição empresarial do autor da ação, a existência da pequena loja na sede do devedor, a atividade de venda de bens, o título de crédito, o inadimplemento da dívida e o referido protesto ordinário.

No pedido, Serigrafias Ltda. alegou, quanto à legitimidade passiva, que o SINFO, por comprar mercadorias para posteriormente revendê-las no mercado com claro intuito de lucro, estaria realizando atos de comércio de modo habitual, o que caracterizaria sua condição de empresário, nos termos do art. 966 do CC.

Segundo a alegação de Serigrafias Ltda., essa condição estaria agravada por se tratar de empresário atuando com tipo impróprio de personalidade jurídica — associação civil —, em evidente exercício irregular da atividade empresarial. Serigrafias Ltda. alegou, ainda, que o fato jurídico desencadeador da falência seria o cabal inadimplemento de obrigação líquida, materializada no título de crédito antes mencionado. O juízo competente segundo da LREF é

- a. a sede matriz
- b. o principal estabelecimento do devedor
- c. a sede administrativa
- d. o domicílio do devedor
- e. a sede com o maior volume de negócios**

Feedback

LREF. Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Uma empresa teve a sua falência requerida em janeiro de 2005, sendo que a sentença foi proferida em maio de 2005. Desta forma, qual a norma aplicável ao caso

- a. Até a decisão o DL 7661/1945 e depois da decisão a Lei 11.101/2005.

b. A primeira fase da falência será regida pelo DL 7661/1945 e da decisão em diante a Lei 11.101/2005.

c. A Lei 11.101/2005 em todo o processo.

d. Todo o processo será regido pelo DL 7661/1945.

e. A primeira e a segunda fase no DL 7661/1945, por ser a norma de vigência, mas a partir de junho, com vigência da LREF aplica-se ela em diante.

Assinale a afirmativa que completa corretamente o fragmento a seguir. A sentença que decreta a falência de uma empresa,

a. deverá declarar a indisponibilidade dos bens dos sócios da sociedade limitada falida.

b. apresentará o quadro geral de credores.

c. determinará obrigatoriamente o encerramento das atividades do falido e a lacração dos estabelecimentos empresariais.

d. extinguirá a pessoa jurídica da empresa falida.

e. ordenará ao Registro Público de Empresas que no registro da empresa falida conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação do falido para o exercício de qualquer atividade empresarial.

A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações, fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 dias contados

a. da decretação da falência.

b. do deferimento da recuperação judicial.

c. da distribuição da primeira execução.

d. do primeiro protesto por falta de pagamento.

e. do último protesto por falta de pagamento tirado antes da decretação da falência.

O Art. 75 da LFRE determina que “Art. 75. A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a: I - preservar e a otimizar a utilização produtiva dos bens, dos ativos e dos recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa;”.

Desta forma análise as afirmações abaixo e aponte aquele que não corresponde a um princípio falimentar:

a. do saisine

- b. da economia processual
 - c. da celeridade processual
 - d. da maximização do ativo
 - e. par conditum creditorum
-

A hipótese que NÃO autoriza a declaração da falência é:

- a. requerimento de concordata preventiva, distribuído no dia seguinte ao pedido de falência, antes da realização da citação do devedor.
 - b. realização do depósito elisivo.**
 - c. requerimento com base em duplicata, sem aceite do devedor, instruído com a comprovação da entrega da mercadoria e o instrumento do protesto.
 - d. omissão na indicação de bens à penhora, por parte do executado, na execução de título de crédito.
 - e. decurso de um ano da morte do devedor.
-

A empresa VESPA AUTOMÓVEIS LIMITADA teve vários cheques e notas promissórias protestadas por falta de pagamento no valor de 60.000,00 (sessenta mil reais) e, após tentativas infrutíferas de recebimento, a firma Multimídia Acessórios Automotivos Ltda requereu falência da primeira

com base na Lei no 11.101/ 2005. Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas, observando a LREF.

(I) O pedido foi realizado tendo em consideração a impontualidade injustificada, mas será indeferido

PORQUE

(II) o protesto realizada na forma do enunciado é um protestos simples.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b. As asserções I e II são proposições falsas.
- c. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.**

Feedback

Segundo o art. 94,I combinado 9o da LREF, o pedido de falência com base na impontualidade injustificada deve conter entre outros requisitos o protesto para fins falimentares

As condutas relacionadas nas alternativas a seguir, quando realizadas pelo devedor, podem ser consideradas como atos de falência.

A esse respeito, avalie as afirmações a seguir.

- I. Dar ou reforçar garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo.
- II. transferir estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo.
- III. Simular a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor.
- IV. Deixar de pagar, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados.

Assim, assinale apenas os itens corretos que correspondam aos motivos que são considerados atos falimentares

- a. II e IV
 - b. I e III
 - c. I, II e III**
 - d. I, II e IV
 - e. III e IV
-

De acordo com a doutrina clássica a Falência é uma situação jurídica decorrente de uma sentença decretária proferida por um magistrado onde uma empresa ou sociedade comercial se omite quanto ao cumprimento de determinada obrigação patrimonial e então tem seus bens alienados para satisfazer seus credores.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta:

- (i) as execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os corresponsáveis entre elas.

PORQUE

(II) a nova legislação permite que a fazenda pública e tenha um incidente de classificação de crédito público idêntico aos demais credores .

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- b. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**
- c. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- d. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- e. As asserções I e II são proposições falsas.

Feedback

Item I correto. Art. 7-A § 4 - V - as execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os responsáveis.

Item II - Errado - A fazenda pública terá um incidente para classificar os seus créditos na falência mas não é identico aos demais credores. (Art. 7-A)

FALÊNCIA: EFEITOS EM RELAÇÃO A PESSOA DO FALIDO



Administrador judicial

O AJ passa a ser o representante do devedor. Ele não tem uma função fiscalizadora, igual na RJ.

Art. 21 - 34.

Art. 21. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de que trata o art. 33 desta Lei, o nome de profissional responsável pela condução do processo de falência ou de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz.

Art. 23. O administrador judicial que não apresentar, no prazo estabelecido, suas contas ou qualquer dos relatórios previstos nesta Lei será intimado pessoalmente a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desobediência.

Parágrafo único. Decorrido o prazo do caput deste artigo, o juiz destituirá o administrador judicial e nomeará substituto para elaborar relatórios ou organizar as contas, explicitando as responsabilidades de seu antecessor.

Art. 24. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

§ 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.

§ 3º O administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, salvo se renunciar sem relevante razão ou

for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas nesta Lei, hipóteses em que não terá direito à remuneração.

§ 4º Também não terá direito a remuneração o administrador que tiver suas contas desaprovadas.

Art. 30. Não poderá integrar o Comitê ou exercer as funções de administrador judicial quem, nos últimos 5 (cinco) anos, no exercício do cargo de administrador judicial ou de membro do Comitê em falência ou recuperação judicial anterior, foi destituído, deixou de prestar contas dentro dos prazos legais ou teve a prestação de contas desaprovada.

§ 1º Ficará também impedido de integrar o Comitê ou exercer a função de administrador judicial quem tiver relação de parentesco ou afinidade até o 3º (terceiro) grau com o devedor, seus administradores, controladores ou representantes legais ou deles for amigo, inimigo ou dependente.

§ 2º O devedor, qualquer credor ou o Ministério Público poderá requerer ao juiz a substituição do administrador judicial ou dos membros do Comitê nomeados em desobediência aos preceitos desta Lei

Art. 31. O juiz, de ofício ou a requerimento fundamentado de qualquer interessado, poderá determinar a destituição do administrador judicial ou de quaisquer dos membros do Comitê de Credores quando verificar desobediência aos preceitos desta Lei, descumprimento de deveres, omissão, negligência ou prática de ato lesivo às atividades do devedor ou a terceiros.

§ 1º No ato de destituição, o juiz nomeará novo administrador judicial ou convocará os suplentes para recompor o Comitê.

§ 2º Na falência, o administrador judicial substituído prestará contas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos §§ 1º a 6º do art. 154 desta Lei.

Art. 33. O administrador judicial e os membros do Comitê de Credores, logo que nomeados, serão intimados pessoalmente para, em 48 (quarenta e oito) horas, assinar, na sede do juízo, o termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e assumir todas as responsabilidades a ele inerentes.

Art. 34. Não assinado o termo de compromisso no prazo previsto no art. 33 desta Lei, o juiz nomeará outro administrador judicial.

FALÊNCIA: EFEITOS EM RELAÇÃO A PESSOA DO FALIDO



...

Art. 102 a 104.

Quando o CNPJ sofre o processo, seus representantes passam a ter responsabilidades.

Art. 102. O falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência e até a sentença que extingue suas obrigações, respeitado o disposto no § 1º do art. 181 desta Lei.

- Fica inabilitado por 3 anos.
- Depois de passados, sem crimes cometidos, o devedor pode pedir a sua reabilitação.
- Com a reabilitação, seus atos novos não se comunicam com o processo que ainda está correndo.
- Seus ganhos novos, não podem ser usados para pagar as dívidas passadas.

Parágrafo único. Findo o período de inabilitação, o falido poderá requerer ao juiz da falência que proceda à respectiva anotação em seu registro.

Art. 103. Desde a decretação da falência ou do seqüestro, o devedor perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor.

Parágrafo único. O falido poderá, contudo, fiscalizar a administração da falência, requerer as providências necessárias para a conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados e intervir nos processos em que a massa falida seja parte ou interessada, requerendo o que for de direito e interpondo os recursos cabíveis.

Art. 104. A decretação da falência impõe aos representantes legais do falido os seguintes deveres: ...

Entrega de bens, livros, papéis e documentos

Restrições à liberdade de locomoção

Comparecimento aos atos da falência e manifestações

Prestação de informações e lista de credores

I) Sociedade ilimitada:

Nas sociedades empresárias em geral, é a sociedade que é considerada falida, não havendo, a princípio, extensão da falência a seus sócios ou administradores.

Contudo, o art. 81 da Lei n. 11.101/2005 determina que, no caso de decretação da falência de sociedade que tenha sócios de responsabilidade ilimitada, esses sócios também são considerados falidos e sofrem todos os efeitos da falência.

Os direitos dos credores não recaem apenas sobre o patrimônio da sociedade, mas também sobre o patrimônio desses sócios e, por isso, os efeitos da falência se estendem a eles.

2) Atribuição dos efeitos aos terceiros:

Art. 82-A. É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica.

3) Os efeitos:

a) Inabilitação empresarial:

Em outras palavras, a partir da decretação da falência, surge um impedimento para a pessoa do falido exercer a atividade empresarial.

Essa inabilitação será devidamente averbada junto ao registro do empresário, como forma de dar publicidade a esse estado de falido, e deverá ser obedecida, sob pena de configuração de crime falimentar e irregularidade no exercício da atividade, a partir da publicação da sentença que decretar a falência.

O falido atingido por esse efeito não se torna incapaz, mas apenas sofre uma restrição para o exercício de certas atividades.

A inabilitação proíbe a pessoa do falido de ser empresário individual, isto é, proíbe o falido de exercer a atividade empresarial em seu próprio nome, não impedindo a condição de sócio ou mesmo de administrador de sociedade.

No caso de prática de crime falimentar, pode ser determinado expressamente, como efeito secundário da sentença condenatória, a proibição do exercício da atividade empresarial, o impedimento para o exercício de cargo de administrador ou membro de conselho fiscal de sociedade

b) Capacidade processual do falido:

A inabilitação decorre diretamente da previsão de que o falido perderá a administração e o poder de disposição sobre os seus bens.

O falido deverá ser substituído nos processos relacionados direta ou indiretamente a seus bens, interesses e negócios.

O falido não perde a capacidade processual, mas terá restrições nesta seara, ele poderá atuar em nome próprio, por conta própria, nas questões que se referem ao seu interesse de agir.

c) Sigilo de correspondência:

Na administração da massa falida, cabe ao administrador a abertura das correspondências dirigidas ao devedor, entregando a ele o que não for assunto de interesse da massa.

Assim, pode-se dizer que um dos efeitos da decretação da falência é o fim do sigilo das correspondências empresariais do falido.

4) Direitos do falido:

O falido perde, com a falência, a administração de seus bens, mas não perde imediatamente a propriedade.

FALÊNCIA: EFEITOS EM RELAÇÃO AOS BENS



Introdução

Não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis.

De um lado estará a massa falida objetiva, entendida como um patrimônio de afetação, um conjunto de bens vinculados ao processo, cuja gestão caberá ao administrador judicial. De outro lado estarão os bens não sujeitos ao processo, ainda administrados pelo próprio devedor.

Massa falida objetiva - arrecadação (108-114) e venda (139-148).

I) Arrecadação:

Art. 10. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias.

§ 1º Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, podendo o falido ou qualquer de seus representantes ser nomeado depositário dos bens.

§ 2º O falido poderá acompanhar a arrecadação e a avaliação.

§ 3º O produto dos bens penhorados ou por outra forma apreendidos entrará para a massa, cumprindo ao juiz deprecar, a requerimento do administrador judicial, às autoridades competentes, determinando sua entrega.

§ 4º Não serão arrecadados os bens absolutamente impenhoráveis.

§ 5º Ainda que haja avaliação em bloco, o bem objeto de garantia real será também avaliado separadamente, para os fins do § 1º do art. 83 desta Lei.

Art. 109. O estabelecimento será lacrado sempre que houver risco para a execução da etapa de arrecadação ou para a preservação dos bens da massa falida ou dos interesses dos credores.

Art. 110. O auto de arrecadação, composto pelo inventário e pelo respectivo laudo de avaliação dos bens, será assinado pelo administrador judicial, pelo falido ou seus representantes e por outras pessoas que auxiliarem ou presenciarem o ato.

§ 1º Não sendo possível a avaliação dos bens no ato da arrecadação, o administrador judicial requererá ao juiz a concessão de prazo para apresentação do laudo de avaliação, que não poderá exceder 30 (trinta) dias, contados da apresentação do auto de arrecadação.

§ 2º Serão referidos no inventário:

I – os livros obrigatórios e os auxiliares ou facultativos do devedor, designando-se o estado em que se acham, número e denominação de cada um, páginas escrituradas, data do início da escrituração e do último lançamento, e se os livros obrigatórios estão revestidos das formalidades legais;

II – dinheiro, papéis, títulos de crédito, documentos e outros bens da massa falida;

III – os bens da massa falida em poder de terceiro, a título de guarda, depósito, penhor ou retenção;

IV – os bens indicados como propriedade de terceiros ou reclamados por estes, mencionando-se essa circunstância.

§ 3º Quando possível, os bens referidos no § 2º deste artigo serão individualizados.

§ 4º Em relação aos bens imóveis, o administrador judicial, no prazo de 15 (quinze) dias após a sua arrecadação, exhibirá as certidões de registro, extraídas posteriormente à decretação da falência, com todas as indicações que nele constarem.

Art. 111. O juiz poderá autorizar os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e

no interesse da massa falida, a adquirir ou adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles, ouvido o Comitê.

Art. 112. Os bens arrecadados poderão ser removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.

Art. 113. Os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, poderão ser vendidos antecipadamente, após a arrecadação e a avaliação, mediante autorização judicial, ouvidos o Comitê e o falido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 114. O administrador judicial poderá alugar ou celebrar outro contrato referente aos bens da massa falida, com o objetivo de produzir renda para a massa falida, mediante autorização do Comitê.

§ 1º O contrato disposto no caput deste artigo não gera direito de preferência na compra e não pode importar disposição total ou parcial dos bens.

§ 2º O bem objeto da contratação poderá ser alienado a qualquer tempo, independentemente do prazo contratado, rescindindo-se, sem direito a multa, o contrato realizado, salvo se houver anuênciam do adquirente.

Art. 114-A. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o administrador judicial informará imediatamente esse fato ao juiz, que, ouvido o representante do Ministério Pùblico, fixará, por meio de edital, o prazo de 10 (dez) dias para os interessados se manifestarem.

§ 1º Um ou mais credores poderão requerer o prosseguimento da falência, desde que paguem a quantia necessária às despesas e aos honorários do administrador judicial, que serão considerados despesas essenciais nos termos estabelecidos no inciso I-A do caput do art. 84 desta Lei.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no caput sem manifestação dos interessados, o administrador judicial promoverá a venda dos bens arrecadados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para bens móveis, e de 60 (sessenta) dias, para bens imóveis, e apresentará o seu relatório, nos termos e para os efeitos dispostos neste artigo.

§ 3º Proferida a decisão, a falência será encerrada pelo juiz nos autos.

2) Venda:

Para vender, não precisa saber o valor da dívida da empresa.

FALÊNCIA: EFEITOS EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS



Contratos bilaterais: regra geral

O art. 117 da Lei n. 11.101/2005 estabelece a seguinte regra geral: "Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização do Comitê."

Nem mesmo os contratos celebrados em razão das qualidades pessoais do falido são resolvidos pela decretação da falência. O regime geral é a definição caso a caso pelo administrador judicial.

Exceções: há contratos em que não há o que se decidir sobre a continuação ou não do contrato.

Ocorre a aplicação dessa regra geral a três situações:

- (a) contratos em que a prestação do falido não consista no simples pagamento em dinheiro;
- (b) contratos em que esteja pendente prestação da outra parte que dependa do cumprimento de prestação pelo falido; e
- (c) contratos de trato sucessivo.

Apenas nessas três situações é que se pode cogitar de decisão pela continuação ou não do contrato.

I) Decisão pela resolução do contrato:

Tal decisão cabe exclusivamente ao administrador judicial, não havendo necessidade de autorização para que ele decida nesse sentido.

2) Decisão pela continuação do contrato:

O administrador judicial pode decidir pela continuação do contrato. A decisão também é do administrador, mas ele tem que motivá-la dentro das próprias justificativas admitidas pela legislação, a redução do passivo, o impedimento do aumento do passivo e a manutenção e preservação de ativos.

A decisão do administrador judicial pela continuação do contrato depende de autorização do comitê de credores.

Em todo caso, a decisão pela continuação do contrato normalmente ensejará despesas posteriores à falência.

Tais despesas, por decorrerem de atos válidos praticados pelo administrador judicial, são consideradas créditos extraconcursais (Lei n. 11.101/2005 – art. 84, V).

Essa condição deverá ser levada em conta na decisão pela continuação ou não do contrato.

*Prazo: 10 dias. O silêncio, nesse prazo, equivale à declaração de não cumprimento do contrato, uma vez que a decisão pelo cumprimento deve ser motivada e precisa de autorização.

Todos os danos causados devem ser indenizados. A eventual perda desse prazo acarreta apenas uma eventual redução das perdas e danos que poderão ser requeridas pelo prejudicado, no caso de não cumprimento da obrigação.

3) Indenização pelo não cumprimento:

A decisão pela resolução do contrato, expressa ou decorrente do silêncio no prazo da interpelação, dá ao interpelante o direito a uma indenização pelos danos causados em razão da resolução do contrato.

Tal indenização será apurada em processo autônomo, para evitar qualquer conluio na sua fixação, mesmo no caso de existência da cláusula penal.

Deferida a indenização, ela é classificada como crédito quirografário a ser inscrito no quadro de credores.

Contratos unilaterais

Existem casos que só há uma opção, mas existem também os que tem opção.

Quando tem opção: cabe ao administrador judicial decidir pela continuação ou não do contrato. A decisão pela resolução do contrato compete exclusivamente ao administrador judicial.

Ele poderá decidir pela continuação dos contratos unilaterais se o cumprimento do contrato reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida, ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos (Lei n. 11.101/2005 – art. 18)

Contratos de compra e venda

A princípio, à regra geral aplicável aos contratos bilaterais, cabendo a decisão ao administrador judicial.

I) Mercadorias em trânsito:

O vendedor pode suspender a entrega das mercadorias (Lei n. 11.101/2005 – art. 119, I). Não há o direito de rescindir o contrato de imediato, mas apenas de impedir a entrega enquanto se aguarda o pronunciamento do administrador judicial sobre a continuidade ou não do contrato.

Por fim, é essencial que as mercadorias ainda não tenham sido revendidas pelo falido de boa-fé. Essa revenda pode ter sido feita com base em conhecimentos de transporte e outros documentos e, desde que não seja fraudulenta, afasta esse direito de sustar a entrega das mercadorias. Se elas já foram revendidas, sem fraude, a terceiros de boa-fé, estes devem ser protegidos, cabendo ao vendedor a entrega das mercadorias e a sua habilitação no quadro de credores.

FALÊNCIA: EFEITOS EM RELAÇÃO AS OBRIGAÇÕES DO FALIDO



Efeitos em relação as obrigações do falido

A princípio, todas as obrigações do falido se submetem a esses efeitos, salvo as que forem inexigíveis na falência (Lei n. 11.101/2005 – art. 5º). As obrigações inexigíveis não são pagas na falência e, por isso, não sofrem esse tipo de efeitos.

Assim, as obrigações a título gratuito não sofrem os efeitos da falência. Se o devedor está passando por uma crise, não é razoável obrigá-lo a arcar com obrigações que não lhe deem uma contrapartida.

Obrigações que simplesmente diminuirão seu patrimônio, sem um retorno, não poderão ser exigidas, sob pena de prejuízo injustificável para toda a massa de credores que teve ônus.

Da mesma forma, as despesas judiciais e extrajudiciais que os credores tiveram para tomar parte do processo não são exigíveis. Tais custos devem ser arcados pelo credor, não se podendo pedir o resarcimento ao devedor. Por isso, tais obrigações também não se submetem aos efeitos da falência.

Vencimento antecipado

A falência impõe o vencimento antecipado das obrigações do falido (Lei n. 11.101/2005 – art. 77), de modo que todas elas já sejam exigíveis a partir da falência e possam ser pagas de acordo com a ordem de preferência.

Além disso, os titulares de créditos vencidos não têm mais por que esperar o vencimento e o devedor não tem mais por que gozar do benefício do aguardo do vencimento. Não há motivo para que certos credores assistam o desenvolvimento do processo, até que seus créditos estejam vencidos.

Naturalmente, essa exigibilidade antecipada importará no abatimento do valor dos juros

equivalentes a essa antecipação, porquanto a falência não pode agravar a situação do falido. Devem ser abatidos os juros convencionados pelas partes ou, na impossibilidade de determinação destes, os juros legais.

Não pode haver o vencimento antecipado das obrigações condicionais.

Dentro da mesma perspectiva do não agravamento da situação do falido, não poderão ser exigidas na falência as cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude da falência (Lei n. 11.101/2005 – art. 83, § 3º).

O vencimento antecipado das obrigações não significa o seu pagamento imediato, vale dizer, após a falência há um intervalo até o pagamento dessas obrigações já vencidas.

Conversão cambial

Assim, as obrigações em moeda estrangeira deverão ser convertidas para moeda nacional, pelo câmbio do dia da decretação da falência (Lei n. 11.101/2005 – art. 77).

Suspensão condicional dos juros

Suspensão condicional da exigibilidade dos juros posteriores à falência

A suspensão da exigibilidade dos juros vencidos após a decretação da falência, salvo se o ativo for suficiente para o pagamento de todos os credores (Lei n. 11.101/2005 – art. 124).

Não é o fim da fluência dos juros, mas a subordinação da sua exigibilidade ao pagamento de todos os outros credores. Em última análise, os juros posteriores à falência representarão a última categoria a ser paga, depois inclusive dos créditos subordinados.

O STJ concluiu que "Os juros moratórios correm até a data da quebra e somente serão pagos se o ativo da massa permitir".

Mesmo os juros dos créditos tributários têm sua exigibilidade suspensa, uma vez que não se trata de matéria afeta à lei complementar.

Juízo universal e indivisível

É essencial firmar em um único juízo a realização de todos os pagamentos, isto é, é essencial a formação de um juízo universal. Com isso, todos os credores deverão recorrer ao juízo falimentar para que sejam pagos.

A universalidade significa que todos os credores do falido, fossem eles quais fossem, deveriam concorrer ao juízo falimentar.

Mesmo os créditos fiscais se submetem a esse juízo universal. Como eles não são os primeiros a receber, não podem tentar receber do falido por outros caminhos, sob pena de desvirtuar a ordem legal de preferência.

Em complemento à universalidade, surge a indivisibilidade do juízo falimentar, pela qual o juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido (Lei n. 11.101/2005 – art. 76).

I) Ações anteriores a falência:

Naturalmente, em razão do princípio da perpetuação da jurisdição, tal força atrativa também não abrange ações que foram ajuizadas antes da falência. Estas ficarão onde foram ajuizadas.

Apenas para ações novas, posteriores à falência, é que se pode falar em força atrativa do juízo falimentar.

Nas ações anteriores, os princípios da economia e da celeridade processual justificam a manutenção no juízo original, ressalvando, porém, que a maioria dessas ações será suspensa.

2) Ações trabalhistas:

Ora, as ações trabalhistas são de competência da justiça especializada do trabalho em razão de um

mandamento constitucional (CF/88 – art. 114) e, por isso, não seria aceitável que uma norma infraconstitucional alterasse essa competência. Ademais, a própria matéria inerente a esse tipo de causa é muito melhor analisada na justiça do trabalho. Registre-se, porém, que as ações ajuizadas por trabalhadores para responsabilizar os adquirentes de bens alienados em processo de falência são da competência do juízo falimentar 1353, uma vez que não se trata de uma causa trabalhista, mas da discussão dos efeitos da alienação da massa falida.

3) Causas fiscais:

Outra exceção à unidade do juízo falimentar são as causas fiscais, nas quais se discutem a existência, a exigibilidade e o valor do crédito, ressalvada a habilitação já realizada, bem como aquelas nas quais se discute sobre o eventual prosseguimento da cobrança contra os corresponsáveis, que competirão ao juízo da execução fiscal (Lei n. 11.101/2005 – art. 7º-A, § 4º, II).

Suspensão da execução

A decretação da falência deve impedir que pagamentos de obrigações do falido sejam realizados em outros processos.

Exceções:

I) Ações que demandam quantias ilíquidas:

A primeira exceção envolve as ações que demandam quantias ilíquidas (Lei n. 11.101/2005 – art. 6º, § 1º), inclusive as reclamações trabalhistas.

Abrange as ações de conhecimento, nas quais se discute a existência ou o valor de certos créditos.

2) Execuções fiscais:

As execuções fiscais permanecem suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os corresponsáveis (Lei n. 11.101/2005 – art. 7º-A, § 4º, V)

Suspensão da prescrição

A decretação da falência suspende o curso da prescrição contra o falido (Lei n. 11.101/2005 – art. 6º), até o trânsito em julgado da sentença que encerrar o processo de falência, isto é, os prazos prescricionais param de correr no dia da decretação da falência e voltam a correr quando do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência.

Ressalte-se que é a decretação da falência que suspende a prescrição, e não o pedido

Desse modo, deverá ocorrer o ajuizamento das execuções fiscais de créditos tributários, mesmo durante o processo de falência, a fim de evitar a prescrição da pretensão.

No caso de créditos não tributários, a suspensão se aplica normalmente, uma vez que nesses casos a matéria será regida por lei ordinária.

EXTINÇÃO DO PROCESSO



Introdução

- Promovida a realização do ativo e a distribuição do que foi apurado entre os credores, nada mais justifica a continuação do processo falimentar.
- Se não existem mais recursos disponíveis, não há sentido em manter em andamento um processo com o objetivo de pagar os credores.
- Assim, após a realização do último rateio, deve-se iniciar o procedimento para encerrar o processo de falência.

Prestação de contas

Art. 154. Concluída a realização de todo o ativo, e distribuído o produto entre os credores, o administrador judicial apresentará suas contas ao juiz no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º As contas, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão prestadas em autos apartados que, ao final, serão apensados aos autos da falência.

§ 2º O juiz ordenará a publicação de aviso de que as contas foram entregues e se encontram à disposição dos interessados, que poderão impugná-las no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Decorrido o prazo do aviso e realizadas as diligências necessárias à apuração dos fatos, o juiz intimará o Ministério Público para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, findo o qual o administrador judicial será ouvido se houver impugnação ou parecer contrário do Ministério Público.

§ 4º Cumpridas as providências previstas nos §§ 2º e 3º deste artigo, o juiz julgará as contas por sentença.

§ 5º A sentença que rejeitar as contas do administrador judicial fixará suas responsabilidades, poderá determinar a indisponibilidade ou o seqüestro de bens e servirá como título executivo para indenização da massa.

§ 6º Da sentença cabe apelação.

- Todavia, após a realização do ativo e distribuição do produto apurado, surge a necessidade de uma prestação de contas formal, em autos apartados, como condição de encerramento do feito.

- A eventual desobediência a esses prazos obrigará o administrador judicial a prestar contas no prazo de 5 dias, após a sua intimação, sob pena de configuração do crime de desobediência. Se ainda assim ele não prestar as contas, o juiz destituirá o administrador judicial e nomeará substituto para elaborar relatórios ou organizar as contas, explicitando as responsabilidades de seu antecessor.
- A legitimidade para eventual impugnação será de qualquer interessado no feito, abrangendo o falido, seus sócios, os credores ou o comitê de credores, se houver. Apresentada a impugnação, a lei determina a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos.

- Sem impugnação e sem parecer contrário do Ministério Público, as contas deverão ser julgadas por sentença imediatamente.

- Caso o juiz verifique problemas nas contas prestadas, ele deverá rejeitá-las, por sentença, da qual será cabível recurso de apelação, a ser recebido no efeito suspensivo. Nessa sentença de rejeição, o juiz já deverá fixar as eventuais responsabilidades do administrador judicial.

- Não havendo qualquer irregularidade, o juiz aprovará as contas do administrador judicial por sentença. Tal decisão é passível de recurso de apelação, a ser recebido em ambos os efeitos. Com o trânsito em julgado dessa decisão poderão ser tomadas as medidas subsequentes para extinção do processo falimentar.

Prestação de contas

Art. 155. Julgadas as contas do administrador judicial, ele apresentará o relatório final da falência no prazo de 10 (dez) dias, indicando o valor do ativo e o do produto de sua realização, o valor do passivo

e o dos pagamentos feitos aos credores, e especificará justificadamente as responsabilidades com que continuará o falido.

Sentença de encerramento

• Seu conteúdo será eminentemente constitutivo negativo, mas também dotado de alta carga declaratória.

• Esta eficácia se dá na medida em que a sentença irá declarar a realização de tudo que podia ser feito no processo. Todavia, prevalece o caráter constitutivo, uma vez que a referida sentença irá desconstituir o status de falido e encerrar alguns efeitos, mas não todos, da decretação da falência.

• A princípio, com o trânsito em julgado dessa sentença a condição de falido desaparece, uma vez que sequer existe processo falimentar. Além disso, uma série de restrições impostas ao falido desaparece, como a necessidade de comunicar ao juízo eventuais deslocamentos (Lei n. 11.101/2005 – art. 104, III).

• Do mesmo modo, o falido voltará a ter capacidade processual plena e não mais se cogitará da força atrativa do juízo falimentar.

Extinção das obrigações

• No Brasil, o encerramento da falência é uma das causas de extinção das obrigações e não a única.

Art. 158. Extingue as obrigações do falido:

I – o pagamento de todos os créditos;

I - o pagamento, após realizado todo o ativo, de mais de 25% (vinte e cinco por cento) dos créditos quirografários, facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir a referida porcentagem se para isso não tiver sido suficiente a integral liquidação do ativo;

- Tal hipótese só poderá ocorrer se todos os créditos classificados acima dos quirografários forem integralmente pagos.

V - o decurso do prazo de 3 (três) anos, contado da decretação da falência, ressalvada a utilização dos

bens arrecadados anteriormente, que serão destinados à liquidação para a satisfação dos credores habilitados ou com pedido de reserva realizado;

A fixação desse prazo de 3 anos é feita para não postergar indefinidamente a situação do falido. Se após esses prazos nada mais foi obtido, não há motivo para perpetuar tais obrigações. Registre-se, porém, que tal prazo não se aplica aos créditos tributários, uma vez que haveria necessidade de lei complementar para tanto (STF – Súmula Vinculante 8), seja o prazo prescricional, seja ele decadencial.

VI - o encerramento da falência nos termos dos arts. 114-A ou 156 desta Lei.

Art. 114-A. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o administrador judicial informará imediatamente esse fato ao juiz, que, ouvido o representante do Ministério Público, fixará, por meio de edital, o prazo de 10 (dez) dias para os interessados se manifestarem.

Art. 156. Apresentado o relatório final, o juiz encerrará a falência por sentença e ordenará a intimação eletrônica às Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento e determinará a baixa da falida no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), expedido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

I) Cabimento:

• Como ressaltado, em primeiro lugar, as obrigações do falido são declaradas extintas se o processo de falência for extinto, seja numa falência frustrada (Lei n. 11.101/2005 – art. 114-A), seja numa falência na qual foi concluída a realização de todo o ativo, e distribuído o produto entre os credores (Lei n. 11.101/2005 – art. 156).

Declaração da extinção das obrigações

• No caso de extinção das obrigações pelo encerramento da falência (Lei n. 11.101/2005 –

arts. 114-A e 156), a extinção das obrigações será automática.

• Tendo em vista a previsão de requerimento, no art. 159, é recomendável que o falido requeira a extinção das obrigações também nesse caso, para que não se alegue julgamento além do pedido pelo juiz. Caso não tenha ocorrido a extinção das obrigações na sentença de encerramento, o devedor pode requerer que se declarem extintas suas obrigações em autos apartados.

Art. 159. Configurada qualquer das hipóteses do art. 158 desta Lei, o falido poderá requerer ao juízo da falência que suas obrigações sejam declaradas extintas por sentença.

§ 1º A secretaria do juízo fará publicar imediatamente informação sobre a apresentação do requerimento a que se refere este artigo, e, no prazo comum de 5 (cinco) dias, qualquer credor, o administrador judicial e o Ministério Pùblico poderão manifestar-se exclusivamente para apontar inconsistências formais e objetivas.

§ 2º (Revogado).

§ 3º Findo o prazo, o juiz, em 15 (quinze) dias, proferirá sentença que declare extintas todas as obrigações do falido, inclusive as de natureza trabalhista.

§ 4º A sentença que declarar extintas as obrigações será comunicada a todas as pessoas e entidades informadas da decretação da falência.

§ 5º Da sentença cabe apelação.

§ 6º Após o trânsito em julgado, os autos serão apensados aos da falência.

• Nos demais casos de extinção (pagamento, rateio e decurso de prazo), só há sentido prático no requerimento antes da sentença de encerramento da falência, pois a sentença de encerramento já será causa para a extinção.

• Caso esse requerimento seja feito antes do fim do processo falimentar, o julgamento poderá ocorrer na própria sentença de encerramento.

• Por questões até de celeridade, o requerimento deverá ser autuado em apartado (Lei n. 11.101/2005 – art. 159, § 6º), sendo instruído com as cópias do processo falimentar. Neste último caso, após o trânsito em julgado, os autos serão apensados ao processo de falência. Em todo caso, é o juízo falimentar que terá competência para essa extinção.

• Até 2 anos após o trânsito em julgado da sentença de extinção das obrigações, é possível que qualquer credor promova uma ação rescisória dessa sentença, demonstrando que o falido sonegou bens, direitos ou rendimentos de qualquer espécie anteriores à data do requerimento de extinção. Trata-se de uma típica ação rescisória, com o cabimento mais restrito, pois envolve uma sonegação intencional de informações. Havendo rescisão da sentença de extinção, as obrigações voltam a ser exigíveis.

Art. 159-A. A sentença que declarar extintas as obrigações do falido, nos termos do art. 159 desta Lei, somente poderá ser rescindida por ação rescisória, na forma prevista na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a pedido de qualquer credor, caso se verifique que o falido tenha sonegado bens, direitos ou rendimentos de qualquer espécie anteriores à data do requerimento a que se refere o art. 159 desta Lei.

Parágrafo único. O direito à rescisão de que trata o caput deste artigo extinguir-se-á no prazo de 2 (dois) anos, contado da data do trânsito em julgado da sentença de que trata o art. 159 desta Lei.

Art. 160. Verificada a prescrição ou extintas as obrigações nos termos desta Lei, o sócio de responsabilidade ilimitada também poderá requerer que seja declarada por sentença a extinção de suas obrigações na falência.

:=INEFICÁCIA DOS ATOS DO FALIDO=



Introdução

- A ação revocatória e a declaração de ineficácia se inserem na categoria geral dos meios de conservação da garantia patrimonial dos credores.

Contudo, não se cogita de invalidação dos atos praticados, mas apenas de sua ineffectividade em relação à massa falida.

No Brasil, porém, o ato não é nulo, nem anulável, mas apenas ineffectivaz em relação à massa, isto é, produz efeitos entre as partes e perante terceiros, mas não perante a massa. É como se o ato não existisse para a massa falida, vale dizer, trata-se de uma espécie de inoponibilidade.

Não produzindo efeitos perante a massa falida, os eventuais bens ou valores que saíram devem retornar para a massa falida ou ao menos deve ser restabelecida a condição que os credores possuíam antes desse ato.

Entre as partes ou perante terceiros, porém, o ato pode produzir efeitos, gerando direito a indenizações ou outras consequências jurídicas.

Ineficácia objetiva

Certos atos praticados pelo falido são considerados objetivamente ineffectivaz (Lei n. 11101/2005 – art. 129), isto é, devem ser declarados ineffectivaz independentemente da intenção das partes, da prova de má-fé ou mesmo de fraude.

Ainda que praticado de boa-fé, os atos que se enquadram na ineffectividade objetiva não produzirão efeitos perante a massa falida.

Há uma espécie de presunção absoluta de fraude.

Registre-se ainda que atos praticados pelo falido após a decretação da falência são nulos e não são abrangidos por essa ineffectividade, uma vez que ela se refere a atos do falido anteriores à decretação da falência.

Art. 129. São ineffectivas em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores:

I – o pagamento de dívidas não vencidas realizado pelo devedor dentro do termo legal, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, ainda que pelo desconto do próprio título;

II – o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato;

III – a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente; se os bens dados em hipoteca forem objeto de outras posteriores, a massa falida receberá a parte que devia caber ao credor da hipoteca revogada;

Apenas esses três tipos de atos (sublinhados) são considerados ineffectivaz, isto é, simples alienações realizadas nesse período não são atingidas pela ineffectividade objetiva.

IV – a prática de atos a título gratuito, desde 2 (dois) anos antes da decretação da falência;

V – a renúncia à herança ou a legado, até 2 (dois) anos antes da decretação da falência;

VI – a venda ou transferência de estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, não houver oposição dos credores, após serem devidamente notificados, judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos;

VII – os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenegação anterior.

Parágrafo único. A ineficácia poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo.

1) Atos praticados dentro do termo legal:

Esse termo legal permitirá a determinação “do período anterior à decretação da quebra, que serve de referência para a auditoria dos atos praticados pela sociedade falida”.

O período investigatório terá início no termo legal e se encerrará com a decretação da falência.

Art. 99. A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações:

II – fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 (noventa) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados;

2) Ação declaratória de ineficácia:

Art. 132. A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.

Art. 133. A ação revocatória pode ser promovida:

I – contra todos os que figuraram no ato ou que por efeito dele foram pagos, garantidos ou beneficiados;

II – contra os terceiros adquirentes, se tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar os credores;

III – contra os herdeiros ou legatários das pessoas indicadas nos incisos I e II do caput deste artigo.

a) Prazo:

Deve-se aplicar o mesmo prazo previsto para a ação revocatória do art. 130 da Lei n. 11.101/2005, isto é, um prazo decadencial de três anos contados da decretação da falência.

3) A decisão declaratória de ineficácia

Com a declaração da ineficácia do ato, as partes deverão retornar ao estado anterior, com a restituição do que saiu do patrimônio do devedor, bem como deve ser restabelecida a situação anterior entre os credores.

Art. 135. A sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos.

Parágrafo único. Da sentença cabe apelação.

O terceiro de boa-fé terá direito à restituição dos bens ou valores gastos nos atos que forem declarados objetivamente ineficazes. Essa restituição se dá fora do quadro de credores, permitindo que os terceiros de boa-fé não sejam prejudicados. Ademais, configurada a boa-fé, o terceiro tem a possibilidade de pleitear perdas e danos contra o devedor e seus garantidores por meio de ação própria.

No caso de ajuizamento da ação revocatória, da sentença em tal processo caberá recurso de apelação a ser recebido no efeito suspensivo.

Ineficácia subjetiva

Nesse caso da ineficácia subjetiva, o ajuizamento da ação é essencial, não sendo possível a revogação de ofício dos atos praticados.

Ao contrário da ineficácia objetiva, o cabimento da ineficácia subjetiva se dirige contra fraudes perpetradas pelo devedor.

Pela necessidade de prova dessa fraude, torna-se essencial o ajuizamento de uma ação revocatória para reconhecer a ineficácia de tais atos.

Em todo caso, exige-se a prova do conluio entre o devedor e o terceiro contratante (*consilium fraudis*), bem como o prejuízo da massa falida (*eventus damni*) para essa declaração de ineficácia.

Além do conluio, deve estar presente o prejuízo para que se possa buscar a ineficácia subjetiva. Esse

prejuízo decorre da própria insolvência do devedor do falido e se presume absolutamente com a decretação da falência.

No polo passivo da ação revocatória, devem figurar todas as partes do ato, cuja ineficácia deve ser declarada.

A ação revocatória deve ser ajuizada no prazo decadencial de três anos, contados da decretação da falência.

Sequestro

Para assegurar o resultado útil da declaração de ineficácia, o juiz poderá determinar o sequestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiro (Lei n. 11.101/2005 – art. 137)

PAGAMENTO DO PASSIVO



Introdução

- No Brasil, apesar do art. 149 da Lei n. 11.101/2005, a ordem de pagamento será: (1) extraconcursais (art. 84); e (2) concursais (art. 83), na ordem dos respectivos artigos.

Extraconcursais

• Em primeiro lugar, deverão ser pagos os chamados créditos extraconcursais, que representam as dívidas excluídas do quadro geral de credores.

• A expressão extraconcursais utilizada pela lei quer deixar claro que não são créditos submetidos ao concurso de credores, nem integram o quadro geral de credores.

Art. 84. Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, aqueles relativos:

I - (revogado);

I-A - às quantias referidas nos arts. 150 e 151 desta Lei;

Art. 150. As despesas cujo pagamento antecipado seja indispensável à administração da falência, inclusive na hipótese de continuação provisória das atividades previstas no inciso XI do caput do art. 99 desta Lei, serão pagas pelo administrador judicial com os recursos disponíveis em caixa.

- São despesas cujo pagamento é necessário para a continuidade do processo. Trata-se, na verdade, de dívidas que dizem respeito à massa falida

Art. 151. Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.

I-B - ao valor efetivamente entregue ao devedor em recuperação judicial pelo financiador, em conformidade com o disposto na Seção IV-A do Capítulo III desta Lei;

I-C - aos créditos em dinheiro objeto de restituição, conforme previsto no art. 86 desta Lei;

- Devem ser pagas as restituições em dinheiro, isto é, a retirada de dinheiro da massa falida, fora do concurso de credores.
- Os valores restituídos devem ser devidamente atualizados, uma vez que a correção monetária não representa acréscimo, mas simples recomposição do poder aquisitivo da moeda corroído pela inflação

I-D - às remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência;

I-E - às obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, nos termos do art. 67 desta Lei, ou após a decretação da falência;

II - às quantias fornecidas à massa falida pelos credores;

III - às despesas com arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência;

IV - às custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida;

V - aos tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei

§ 1º As despesas referidas no inciso I-A do caput deste artigo serão pagas pelo administrador judicial com os recursos disponíveis em caixa.

§ 2º O disposto neste artigo não afasta a hipótese prevista no art. 122 desta Lei.

Concursais

- Após o pagamento dos créditos extraconcursais, devem ser pagos os créditos incluídos no quadro geral de credores, na ordem prevista no art. 83 da Lei n. 11.101/2005.

Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

I - os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho;

II - os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;

- Esse é o caso do penhor e da hipoteca, nos quais há respectivamente bens móveis e bens imóveis dados em garantia.

III - os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias;

- Exetuadas as multas tributárias, que terão classificação à parte.

VI - os créditos quirografários, a saber:

- Aqueles créditos comuns, sem qualquer garantia ou privilégio

a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;

b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento; e

c) os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo;

VII - as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias;

- O caráter punitivo é que as coloca numa classificação tão ruim no quadro geral de credores.

- Penas decorrentes de condenações criminais, de infrações de trânsito, decorrentes do exercício do poder de polícia pelo Estado e as tributárias serão classificadas nessa posição no quadro geral de credores.
- Especificamente para as multas tributárias, haverá a separação em relação ao crédito principal que será enquadrado como crédito tributário.

VIII - os créditos subordinados, a saber:

- os previstos em lei ou em contrato; e
- os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado;

IX - os juros vencidos após a decretação da falência, conforme previsto no art. 124 desta Lei.

§ 1º Para os fins do inciso II do caput deste artigo, será considerado como valor do bem objeto de garantia real a importância efetivamente arrecadada com sua venda, ou, no caso de alienação em bloco, o valor de avaliação do bem individualmente considerado.

§ 2º Não são oponíveis à massa os valores decorrentes de direito de sócio ao recebimento de sua parcela do capital social na liquidação da sociedade.

§ 3º As cláusulas penais dos contratos unilaterais não serão atendidas se as obrigações neles estipuladas se vencerem em virtude da falência.

§ 5º Para os fins do disposto nesta Lei, os créditos cedidos a qualquer título manterão sua natureza e classificação.

§ 6º Para os fins do disposto nesta Lei, os créditos que disponham de privilégio especial ou geral em outras normas integrarão a classe dos créditos quirografários.

Privilégio especial: aqueles em favor dos microempreendedores individuais e das microempresas e empresas de pequeno porte

Pagamento

- Não havendo possibilidade de pagamento integral de qualquer categoria e não havendo ordem estipulada dentro da categoria, deverá ser feito um rateio com o pagamento proporcional a todos os credores daquela classe.

• PEDIIDO DE RESTITUIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIRO:



Restituição

- Os pedidos de restituição representam ações judiciais para retirada de bens, inclusive dinheiro, da massa falida.
- Em outras palavras, trata-se de uma ação que visa a corrigir a formação da massa falida, retirando bens que ali não deveriam estar.

I) Pedido de restituição geral:

- O fundamento mais natural para o pedido de restituição é o direito de propriedade sobre o bem que compõe a massa falida.
- Ora, se é o patrimônio do devedor que responde por suas obrigações, os bens que não integram esse patrimônio, por pertencerem a terceiros, não devem responder por suas obrigações.
- Assim, o terceiro de boa-fé nos atos declarados ineficazes terá direito à restituição dos bens que foram entregues ao falido em razão do ato declarado ineficaz (Lei n. 11.101/2005 – art. 136).
- Se o ato foi declarado ineficaz, os bens entregues pelo terceiro já não deveriam compor a massa falida e, por isso, são passíveis de restituição.
- Os proprietários de bens que foram arrecadados ou que estavam em poder do falido no dia da decretação da falência têm o direito de pedir a restituição dos bens que lhes pertencem (Lei n. 11.101/2005 – art. 85, caput).

Embargos de terceiro

- Quando não couber pedido de restituição, os terceiros poderão lançar mão dos embargos de terceiro (Lei n. 11.101/2005 – art. 93), para impedir a apreensão de bens pelo administrador judicial.